

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Lara Elissa Andrade Cardoso

As tonalidades do *soft power* brasileiro: entre a visibilidade e a atuação

Juiz de Fora
2023

Lara Elissa Andrade Cardoso

As tonalidades do *soft power* brasileiro: entre a visibilidade e a atuação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História. Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e Sociabilidades.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cardoso, Lara Elissa Andrade.

As tonalidades do soft power brasileiro: entre a visibilidade e a atuação / Lara Elissa Andrade Cardoso. -- 2023.

131 f.

Orientador: Rodrigo Christofolletti

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

1. Soft Power. 2. Patrimônio Cultural. 3. Imprensa. I. Christofolletti, Rodrigo, orient. II. Título.

Lara Elissa Andrade Cardoso

As tonalidades do *soft power* brasileiro: entre a visibilidade e a atuação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

Aprovada em 23 de março de 2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Marcos Olender
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Bruno M. Zétola
Ministério das Relações Exteriores – DF

*Dedico aos meus pais
Selma e Márcio*

AGRADECIMENTOS

Graças à Deus, ao carinho e apoio incondicional dos meus pais Selma e Márcio, concluo mais essa etapa da minha carreira acadêmica/profissional. Também sou grata aos demais familiares e amigos que estiveram nessa trajetória de “altos e baixos” comigo, estou ciente que colho os frutos de muito esforço, coragem e dedicação, especialmente em meio às decorrências das mudanças e incertezas do contexto pandêmico. Vale ressaltar que essa dissertação não seria concebível sem o suporte que recebi das agências de fomento FAPEMIG e CAPES, reconheço, portanto, o quanto foram imprescindíveis para a materialização da pesquisa.

Agradeço imensamente ao meu orientador Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti, que responde tão prontamente às minhas indagações, me fornece retornos quase que imediatos e me proporciona tanto aprendizado. Sou grata também pelas várias oportunidades de colaboração já disponibilizadas, como a publicação para a editora Springer, a participação no grupo de pesquisa Patrimônio e Relações Internacionais – CNPq, bem como o convite para ministrar a aula na disciplina da pós-graduação “Patrimônio e Refúgio”. Agradeço ao Prof. Dr. Marcos Olender e ao Prof. Dr. Bruno Zétola pois, além de terem aceitado integrar a banca, tive a oportunidade de expandir expressivamente a minha compreensão nas esferas do patrimônio e da diplomacia cultural.

Tema: As nuances do *soft power* (poder brando) enquanto instrumento estratégico da política externa brasileira e o ineditismo do patrimônio cultural.

Pergunta-problema: Como os jornais de circulação nacional noticiaram a relação entre política externa brasileira e o *soft power*, sob o prisma do patrimônio cultural, entre os anos de 1997 e 2018, e como se dá a repercussão sobre o assunto nas mídias selecionadas?

Objetivo: Identificar como o conceito de *soft power* vem sendo aplicado na política externa brasileira em referência à temática do patrimônio cultural nesse período de pouco mais de duas décadas, com base na imprensa de circulação nacional, bem como investigar as repercussões que vigoram na própria mídia.

Delimitação do estudo: Em ordem cronológica como propósito de formular um texto metodologicamente mais preciso, a pesquisa pretende desenvolver o contexto teórico e destacar os principais usos do poder brando brasileiro de 1997 a 2018 em categorias nomeadas “tipificações do *soft power*”. Apesar da predileção pelo recorte cronológico, se fazem evidentes incidências nas quais a temática se sobressai. Os dados serão extraídos dos acervos *online* dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, de modo a mapear as reportagens que contam com o termo chave *soft power*.

RESUMO

O estudo tem finalidade de investigar, a partir de reportagens e notícias de quatro representativos órgãos da imprensa digital nacional — Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil — como a política externa brasileira tem sido noticiada e se articulado para adotar estratégias conectadas ao conceito de *soft power* (poder brando), ao longo de recentes vinte e um anos (1997-2018). Arelado a isso, o *soft power* será apresentado em sua pluralidade categórica como ferramenta política de persuasão, e como tal, será analisado por meio das conjunturas descritas nos textos dos jornais selecionados, buscando referências especialmente voltadas à preservação do patrimônio cultural. Para tal fim, procura-se estabelecer uma intersecção entre os campos da História e das Relações Internacionais, demarcando trajetória também em áreas correlatas no intuito de estabelecer pertinente embasamento teórico. Os jornais operam no estudo investigativo do posicionamento e uso do *soft power* na política diplomática nacional de acordo com o contexto histórico, mediante as interferências decorrentes dos desdobramentos governamentais, viabilizando assim, a repercussão do conceito na própria mídia, ou seja, como os jornais se articulam para abordar seus elementos mais representativos.

Palavras-chave: *Soft Power*; Patrimônio Cultural; Imprensa; História; Relações Internacionais.

ABSTRACT

The purpose of this study is to investigate, based on reports and news from four representative organs of the national digital press — Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo and Jornal do Brasil — how Brazilian foreign policy has reported and also has articulated itself to adopt strategies connected to the concept of soft power over the recent twenty-one years (1997-2018). Linked to this, soft power will be presented in its categorical plurality as a political tool of persuasion, and as such, it will be analyzed through the situations described in the texts of the selected newspapers, seeking references especially aimed at the preservation of cultural heritage. For this purpose, an attempt is made to establish an intersection between the fields of History and International Relations, demarcating a trajectory also in correlated areas in order to establish a pertinent theoretical basis. The newspapers operate in the investigative study of the positioning and use of soft power in the national diplomatic policy according to the historical context, through the interferences resulting from the governmental developments, thus enabling the repercussion of the concept in the media itself, that is, how the newspapers articulate to address their most representative elements.

Keywords: Soft Power; Cultural Heritage; Press; History; International Relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ANCINE – Agência Nacional do Cinema
BBC – British Broadcasting Corporation
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DF – Distrito Federal
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FBI – Federal Bureau of Investigation
FMI – Fundo Monetário Internacional
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISIS – Islamic State of Iraq and Syria
JB – Jornal do Brasil
LAPA – Laboratório de Patrimônios Culturais
MinC – Ministério da Cultura
MPB – Música Popular Brasileira
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PT – Partido dos Trabalhadores
RI – Relações Internacionais
SAV – Secretaria do Audiovisual
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIDROIT – Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de reportagens por décadas.....	59
Tabela 2 - Dados quantitativos acerca das tipificações do <i>soft power</i>	60
Tabela 3 - Acervo O Estado de S. Paulo.....	65

SUMÁRIO

Introdução

O patrimônio cultural na geopolítica atual.....	11
Imersão no conceito de <i>soft power</i>	14
Por que trabalhar esse conceito na intersecção entre História e Relações Internacionais?.....	22
Objetivos plurais dessa abordagem.....	24

1 Os possíveis caminhos do poder: em pauta, o *soft power*

1.1 O viés cultural na política externa brasileira.....	29
1.2 Poder e hegemonia nas Relações Internacionais.....	33
1.3 Paradigmas das Relações Internacionais.....	43
1.4 O patrimônio cultural enquanto <i>soft power</i>	45
1.5 As percepções da memória além da sua materialização.....	49
1.6 O potencial imbricado nos elementos de <i>soft power</i>	52

2 Percurso ilustrativo do poder suave brasileiro

2.1 Metodologia: experiência frente aos acervos.....	56
2.2 Folha de S. Paulo.....	60
2.3 O Estado de S. Paulo (Estadão).....	61
2.4 O Globo.....	62
2.5 Jornal do Brasil (JB).....	63
2.6 Tabela O Estado de S. Paulo.....	64

3 Entre a visibilidade e a atuação: Estadão, um estudo de caso.....

3.1 O <i>soft power</i> em abrangência nacional.....	94
3.2 O <i>soft power</i> em abrangência internacional.....	108
3.3 Um tópico negligenciado: o patrimônio cultural como <i>soft power</i>	114

Considerações finais.....

Referências bibliográficas.....	125
--	------------

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural na geopolítica atual

Esta base introdutória visa contextualizar a intersecção das áreas da História e das Relações Internacionais. O estudo em questão, aborda uma pesquisa do tempo presente¹ ao passo que traz o conceito de *soft power* enquanto objeto de estudo, abarcando suas aplicações e nuances em âmbito nacional, ao longo de recentes vinte e um anos – de 1997 a 2018. Por meio de reportagens do acervo digital de quatro expressivos jornais brasileiros — Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo², O Globo e Jornal do Brasil — busca-se historiar como o conceito foi noticiado, quais aplicações foram mais recorrentes e como as matérias que os noticiaram veicularam seus elementos mais representativos.

Os instrumentos de *soft power* marcam a imagem de seus respectivos países e contribuem para o enriquecimento em termos financeiros, de abrangência internacional, turísticos e sociais. Ressalta-se, como exemplo, o caso da arte africana que se faz presente nos museus europeus. Valiosa, rara e inestimável, desperta a atenção de historiadores, antropólogos, museólogos, artistas, admiradores e empresários há décadas. Na atualidade, os africanos lutam para recuperar os artefatos que lhes pertencem por direito. Demais nações e grupos sociais também se unem para reivindicar perante organizações mundiais, a partir do avanço, porém ainda embrionário diálogo acerca de políticas internacionais, o retorno de seus bens culturais, abrindo portas para os temas da repatriação, devolução, salvaguarda, restituição, discurso, nacionalismo, simbolismo, memória e tradição.

O mundo contemporâneo é demarcado pela incidência de tráfico ilícito de bens culturais, pela destruição material e apagamento de memórias. A evolução dos instrumentos tecnológicos de comunicação e transporte, bem como os conflitos bélicos atuais contribuem, de certa forma, para a expansão do interesse em relação a esses bens, assim como para a facilidade de incidências de contrabando e deterioração, refletindo na vulnerabilidade desses espaços de proteção de memórias coletivas³. A diversidade de legislação concomitante ao despreparo

¹ A História do Tempo Presente remete a um campo da historiografia voltado à análise de rupturas e permanências do passado no presente. De acordo com Bédarida (2002), essa noção sustenta a ideia de conhecimento provisório que sofre alterações ao longo do tempo, dado que “a história do tempo presente é feita de moradas provisórias” (BÉDARIDA, 2002, p.221).

² Ao longo desta abordagem adota-se a alcunha “Estadão”.

³ A categoria “memória coletiva” foi desenvolvida pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945) em “A Memória Coletiva” (1990, p.81/82) e implica que a recordação de vivências e lembranças devem ser consideradas de forma grupal, levando em conta os contextos sociais em que atuam.

frente ao manejo dessa tipificação criminosa desperta a atenção diante da pouca divulgação do tema. Esses são alguns dos desafios que realçam a necessidade da aplicação de ferramentas eficazes à proteção do patrimônio cultural (CARDOSO L. E. A.; N. A. AGOSTINHO, 2021). Destaca-se um período crítico no âmbito do patrimônio cultural, que se verifica por meio dos crimes perpetrados por grupos radicalizados do Estado Islâmico, como o ISIS (*Islamic State of Iraq and Syria*), similares ao *Taliban* ou à *Al-Qaeda*. O grupo vem desde 2014 destruindo artefatos, estátuas e monumentos frente às câmeras da televisão por constatarem que estes estão desalinhados à visão extremista do islamismo. Além do radicalismo em si, percebe-se a deterioração dos patrimônios em sentido amplo, tendo em vista a ausência de sensibilidade de alguns atores políticos no que diz respeito à salvaguarda e repatriação de seus bens culturais e, especialmente, ao processo de comercialização ilegal do patrimônio cultural, que vem sendo configurada como a terceira maior prática ilícita do globo, cuja rentabilidade vem gerando movimentação financeira em torno de seis bilhões de dólares anualmente conforme dados do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) (CHRISTOFOLETTI, 2017, p.117).

Um dos mais lucrativos segmentos das relações comerciais internacionais, o tráfico ilícito de bens culturais inclui espólio bibliográfico raro, artefatos arqueo-paleontológicos e demais antiguidades significativas que são roubadas, subtraídas ou furtadas de seus lugares de origem e encaminhadas para o comércio internacional, na medida em que as motivações para a incidência desse tipo de crime se revelam no grandioso valor financeiro travestido de valor cultural. Então, além do alto valor financeiro, também vigoram a raridade e a preciosidade que os bens carregam, assim como a relevância histórica e científica, em conformidade ao significado que representam para a sociedade. Diante de tais atos, predomina-se um obstáculo no tocante às ações destinadas à repressão e combate aos ilícitos. Ainda assim, elas vêm conquistando notoriedade na última década, em âmbitos nacional e internacional, sendo que a França se enquadra como a nação que toma as medidas mais progressistas acerca da legislação voltada para esses crimes (CHRISTOFOLETTI, 2017, p.116).

Motivado pelo intermédio de uma medida cabível, Christofolletti (2017) apontou o ativista político indiano Shashi Taroor que em sua perspectiva se diz necessário estar conectado para o exercício do *soft power*, seguindo a linha da cooperação internacional em meio à gestão, difusão e interação dos patrimônios culturais. Portanto, a discussão segue adiante a partir da consideração de que atos que remetem à destruição, subtração ou transferência ilícita de bens culturais se inserem como as principais causas de empobrecimento cultural ao país de origem e, diante disso, a alternativa mais viável à salvaguarda patrimonial se alinha à cooperação internacional, cuja perspectiva se fortalece a partir da noção do *soft power*. Caso contrário,

frente à negação da relevância em punir agentes ou instituições que estão imbricados às organizações criminosas transnacionais, as consequências se limitarão em representações identitárias cada vez mais sequestradas e interdidas em estantes particulares, em um encadeamento sistemático da privatização do bem comum.

Os órgãos e agentes especializados na proteção e segurança dos bens culturais se diferem de acordo com cada país, visto que os Estados detêm a liberdade frente à decisão de aderirem aos tratados. Nesse sentido, os países escolhem qual ou quais bens pretendem destinar sob tutela e proteção internacional, de modo que os países possuem autonomia para definir seus próprios meios de proteção do patrimônio, dado que a atuação internacional referente à salvaguarda é insuficiente e uma das falhas remete à falta de adesão de Estados-partes, na medida em que países de primeiro mundo dispõem de suas medidas exclusivas. Realçam-se, a seguir, estes três tratados internacionais: a Convenção de Haia de 1954, a Convenção da UNESCO de 1970 e a Convenção de UNIDROIT de 1995, ao passo que cada um deles se dispôs a intervir buscando medidas que correspondem ao contexto da época em que surgiram, como o pós-colonialismo, em menção aos tempos de guerra e tempos de paz.

Em alusão ao Brasil, salienta-se que há um instituto encarregado de zelar por essas medidas aos patrimônios de cunho histórico, artístico e paisagístico nacional – o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Vinculado ao Ministério do Turismo, o Iphan é responsável por proteger e promover os bens culturais nacionais, na medida em que garante sua longevidade e usufruto para os povos presentes e as gerações futuras. Estão na lista dos pedidos de preservação os patrimônios materiais, conhecidos como “pedra e cal”, como prédios, chafarizes e conjuntos urbanos representativos, e os patrimônios imateriais⁴ que compõem o dossiê de registro, subdividido em quatro categorias: a dos saberes; celebrações; formas de expressão e de lugares. Ao decorrer da história e até atualmente, determinados grupos sociais são mais privilegiados e mais bem vistos tanto para a sociedade em geral quanto para o próprio Estado. Como sustenta Karine Lima da Costa (2018), há claras evidências de que “as questões que envolvem a propriedade do patrimônio cultural, embora comumente proclamado como pertencente a todos os indivíduos, estão delimitadas por esferas e contextos bastante específicos” (COSTA, 2018, p.116).

⁴ Embora não haja uma concordância quanto a distinção material e imaterial do patrimônio pelos historiadores, uma vez que elas coexistem, o segundo alcançou notoriedade a partir da Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216 e inclui práticas, modos de fazer, domínios da vida social, saberes, celebrações e festividades, artes cênicas, plásticas, lúdicas ou musicais, bem como os lugares onde se manifestam práticas culturais.

Dessa forma, uma série de expressões, tradições, manifestações, vivências e lembranças entram para a lastimável estatística do silenciamento e o conseqüente apagamento cultural, o que levou à falta de registros de memórias de povos indígenas, quilombos, terreiros, cortiços e vilas operárias. Vale ressaltar que toda a pluralidade cultural cumpre seu papel de proeminência e contribui para a vasta riqueza e diversificação que constitui o país. Diante do que foi salientado, a problemática que envolve questões de repatriação e restituição aparenta estar em determinados nichos justificados por esferas de poder e domínio, naquele jogo de quem manda e quem obedece. O próprio apelo de intelectuais engajados na pauta preservacionista, de órgãos internacionais e da própria parcela da população, opera como incentivo a fazer com que haja maior alcance e, com efeito, todos fiquem à par das esferas em disputa no que diz respeito à temática e, conseqüentemente, estimula o encorajamento de se reconhecer a real proporção do debate, de modo a reforçar o papel da política externa em reconhecer a grandeza atrativa e o potencial que carregam em zelar por seu patrimônio.

A princípio, infere-se que o patrimônio cultural brasileiro enquanto um elemento basilar em matéria de *soft power* se encontra, portanto, em risco. Direciona-se, no próximo tópico, à análise mais apurada e pragmática do conceito que integra o objeto de estudo desta presente pesquisa, de modo a estabelecer uma descrição clara e concisa desde a “concepção” à luz de sua aplicação em diferentes possibilidades/esferas para além do patrimônio, que será, por sua vez, retomado em conteúdo posterior.

Imersão no conceito de *soft power*

O que define a grandeza atrativa das produções audiovisuais de Hollywood? E a apreciação ao turismo no litoral brasileiro? O que faz a moda francesa despertar atenção mundial? Qual a explicação para a cultura *K-pop* coreana chegar onde chegou e alcançar tal visibilidade? Por séculos a Igreja Católica vem sendo a instituição mais eficiente do planeta Terra, seria por sua imposição ou persuasão? As normas e deveres católicos, bem como os ensinamentos do papa, são respeitados por uma infinidade de fiéis no mundo todo a partir da legitimidade das palavras. E a delicadeza, serenidade e refinamento presente na encantadora arte milenar chinesa com suas cerâmicas, caligrafia e seda? Certamente batem recordes de vendas e chamam atenção do mundo inteiro. Os episódios mencionados acima, embora possuam histórias, origens e contextos distintos, apresentam um recurso estratégico em comum, sendo este, intangível, imensurável e invisível, conhecido como *soft power*. Dentre os exemplos elencados, sobressaem-se iniciativas privadas como a expressiva indústria cinematográfica de

Hollywood, as que provêm diretamente do governo federal, como no caso do turismo despertado a partir da atratividade do litoral brasileiro, bem como casos em que ambos se mesclam tal como o que ocorre com a cultura *K-pop* da Coreia do Sul, liderada por empresas privatizadas que são, por sua vez, subsidiadas pelo Estado.

Joseph S. Nye Jr. é a figura central em torno do conceito de *soft power*. O cientista político estadunidense sustenta experiências tanto na área acadêmica quanto no viés político, sobretudo na prática da administração pública. Em ambos os cargos, obteve saldo de prestígio e visibilidade global. A título de ilustração, Nye ocupou a posição de diretor da Escola de Governo John F. Kennedy, da Universidade de *Harvard*, e foi membro do conselho de secretaria de Defesa dos Estados Unidos durante o governo de Bill Clinton (1993-2000). Nye começou a concretizar e desenvolver o conceito de *soft power* ao final da década de 1980, de modo que a primeira menção se fez presente em sua obra da década posterior: “*Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*”, cujo significado viria enquanto uma alternativa frente ao chamado *hard power*, ou poder duro, na tradução para a língua portuguesa. Publicado em 1990, portanto antes do fim da União Soviética, o estudo visava apontar soluções para o declínio da hegemonia norte-americana, em um momento em que Paul Kennedy⁵ e demais acadêmicos apontavam que o país perdia espaço na esfera econômica e cedia lugar principalmente para Europa (Alemanha) e Japão. Nye, no entanto, julgava um equívoco identificar os Estados Unidos enquanto uma nação fraca em termos de poder, visto que o país se configura enquanto o mais forte do globo nos aspectos militar, econômico e em uma terceira dimensão de poder, o *soft power* (GUERALDI, 2006).

O teórico conquistou notoriedade quando publicou, juntamente com Robert Keohane, outro renomado estudioso da área de Relações Internacionais, a obra “*Power and Interdependence*” (Poder e Interdependência). Em um trabalho posterior, cujo título traduzido para o português é “O Paradoxo do Poder Americano”, Nye buscou analisar a política externa dos Estados Unidos, defendendo a posição de que a Casa Branca, mesmo estando na linha de frente do governo de uma superpotência, não deveria exercer sua função seguindo postura isolacionista, pois precisaria cooptar demais nações para facilitar custos e estreitamento de alianças. Diante disso, Nye se posicionou a favor do poder brando, caracterizado como instrumento de se alcançar objetivos por meio de influência em detrimento da coerção.

Os recursos de *soft power* entram nos âmbitos intangíveis de instituições, cultura, ideias, valores e ideologia, ao passo que o êxito de um ator internacional em assuntos da agenda da

⁵ Historiador britânico especializado na história das Relações Internacionais e poder econômico. É autor de proeminentes títulos sobre grandes lutas pelo “poder”, bem como sobre a história da política externa britânica.

política externa estaria atrelado à capacidade de atração desses valores dados como admiráveis e legítimos, em função de, mediante persuasão, esses tais elementos intangíveis se harmonizarem com elementos tangíveis como dinheiro e força, majoritariamente associados ao *hard power*, cuja base se relaciona à força dos mecanismos convencionais: militar, política ou econômica. Para Joseph Nye Jr., os atores e Estados-nações que se alinham exclusivamente aos recursos de força militar ou econômica na atual Era da Informação, seguem um direcionamento de forma unidimensional, se distanciando da oportunidade de êxito que os recursos culturais do poder brando possibilitam (GUERALDI, 2006).

A fé, o idioma, a cultura, o futebol, o audiovisual e a dança são tipificações de poderes que seduzem e são, portanto, eficientes em manipular uma multidão sem recorrer à força bruta. Já o *hard power* é representado pelo poderio bélico, ameaça, coerção e poder econômico, configurados enquanto medidas mais primitivas da história das Relações Internacionais. Em contraponto, o original *soft power*, traduzido como poder brando ou poder suave, consiste em uma série de estratégias e habilidades peculiares ao universo geopolítico no qual opera o sentido de convencimento e persuasão em detrimento da imposição coercitiva, ilustrada pelo *hard power*. Nesse sentido, o *soft power* trabalha com uma série de artifícios que seduzem e, portanto, conquistam adeptos por despertar o interesse:

‘Poder brando’ corresponde à habilidade de conseguir o que se quer por meio de atração em vez de coerção ou pagamento de subornos. Esse poder de atração surge da cultura, dos ideais e das políticas adotadas por um país. Quando tais políticas são vistas com legitimidade pelos olhos dos outros, o poder brando é enaltecido. Quando você conquista a admiração dos outros e faz com que eles passem a desejar aquilo que você quer, você não precisa fazer uso da força física ou econômica para conseguir seus objetivos. Direitos Humanos, democracia e oportunidades individuais são valores muito sedutores. Entretanto, atração se torna rapidamente repulsão quando você age de forma arrogante destruindo a real mensagem que tais valores pretendem transmitir. Funciona como a analogia da credibilidade, muito difícil de construir, mas que desaparece ao menor erro ou desvio (GUERALDI, 2006, p.66).

Isto posto, cabe apresentar uma aplicação empírica do objeto em referência às grandes produções audiovisuais de Hollywood e o conseqüente entusiasmo em vivenciar o universo do chamado *American way of life*, retratado nessas produções. Os produtores e responsáveis pelos meios de divulgação, motivados pelo objetivo de alcançar recordes de vendas nas bilheterias frente ao lançamento de uma produção hollywoodiana, por exemplo, tendem a adotar estratégias persuasivas de modo que o público se sinta atraído e, concomitantemente, à vontade sobre a decisão de ir prestigiar o longa, de maneira que assistir o lançamento seja tão satisfatório a ponto de ser indicado a outras pessoas e estas também sugerirem para outras, incentivando assim, “uma hipérbole centrífuga de ação constante” (CHRISTOFOLETTI, 2019).

E tanto se fala de *American way of life*, que muito disso se tornou parte da própria cultura latino-americana. Todo o *soft power* estadunidense provém da iniciativa privada, o *American way of life*, portanto, não é vendido pelo governo ao passo que não há uma área da diplomacia cultural ativa (informação verbal)⁶. Atrelado a isso, é válido ressaltar que os filmes norte-americanos inspiram uma massa global dentre uma infinidade de tradições e hábitos, por exemplo: no que diz respeito ao modo de vestir como o uso da calça jeans, à culinária como o consumo de *fast foods* e o estilo musical, como o *rap*, o *hip-hop* e o *pop*, típicos ritmos norte-americanos. Em suma, cabe relatar que o público se sente motivado em aclamar o estilo de vida de seu personagem favorito de modo que, em geral, se torna inspirado em escolher tal referência e trazer para sua realidade na medida em que se insere como algo cativante. Por isso, dotado de eficiência e rompendo com a brutalidade de medidas provenientes do *hard power*, o *soft power* manifesta-se sutilmente no meio amplo da cultura, de modo a abarcar, dentre outros campos, a cinematografia, os estilos musicais, a dança, as artes cênicas, o pluriverso das linguagens, a culinária, o esporte, a moda, o comércio e as políticas de preservação e salvaguarda do patrimônio histórico-cultural.

O poder brando, no entanto, embora cabível e eficaz em múltiplos contextos, faz-se praticamente impossibilitado de ser quantificado devido sua intangibilidade e relatividade. Ademais, segundo Nye, os resultados obtidos a partir do *soft power* nem sempre são previsíveis e desejáveis. A nível global, vale ressaltar o fato de que as culturas se pluralizam e, muitas vezes, atravessam fronteiras e se chocam. Logo, um ritmo musical, um posicionamento político, uma percepção cultural ou uma tradição que recorrentemente é aclamada em determinada região, pode representar repulsa às demais partes do globo.

Outra situação que ilustraria a manifestação do *soft power* seria representada a partir de uma nação sediando um megaevento como a Copa do Mundo. Nota-se que o ato de uma nação sediar um evento desse porte, abarca, de certa forma, interesses políticos, culturais e econômicos, em detrimento de meramente promover um local para que aconteça. Logo, não se encaixa como um detalhe e nem finalidade exclusiva de unir as nações pelo sentimento universal de paixão pelo futebol, embora essa interpretação também seja válida. No entanto, importa ressaltar em primeiro plano que os efeitos implicam movimentações econômicas, atração de turistas, geração de empregos, ampla cobertura midiática e dentre outros fatores que despertam o olhar do mundo de modo que o país sede seja o centro das atenções, ainda que momentaneamente. Ademais, esse momento pode ser oportuno enquanto intuito de quebra de

⁶ Informação concedida pelo Prof. Dr. Bruno M. Zétola no exame de qualificação do presente trabalho, em 1 de setembro de 2022.

estereótipos, por exemplo. No caso específico do Brasil, diz-se que ele é reconhecido internacionalmente pelo alto índice de violência. Então, diante da maior visibilidade que o país recebe sediando o megaevento, os atores políticos dispõem da oportunidade de direcionar o trabalho para a segurança do público local e do expressivo número de turistas a fim de despertar uma outra impressão, sendo esta baseada em acolhimento, segurança e proteção, visto que, dessa forma, o resultado seria atrativo e eficaz.

“*Here comes the sun*”! Estendendo-se a relação entre estilo musical e *soft power* em suas mais variadas nuances é válido referenciar a banda de *rock* inglesa mais influente de todos os tempos. Originada em 1960 em Liverpool, *The Beatles* caminha lado a lado com o poder brando na medida em que se configuravam como a “comissão de frente” de um batalhão de outros músicos que proporcionaram à Inglaterra avantajados recursos nos âmbitos culturais, políticos, econômicos, turísticos e sociais que refletem até mesmo nos dias atuais. A inspiração originária das vozes de “*Hey Jude*” se refletia nos instrumentos, nas vestimentas e nas performances de demais grupos, bem como uma legião de fãs que se sentiam e se sentem representados pelas letras das canções e estilos de vida. Outra referência que se define como um *soft power*, dessa vez brasileiro, é configurado como o ritmo nacional mais internacional, com potencial de elevar a Música Popular Brasileira (MPB) para a pauta de jornais, rádios, revistas, filmes hollywoodianos, cafés da Austrália e bares do Japão: é a bossa-nova. O auge da bossa-nova “caiu como uma luva” com o contexto de sua época, o otimismo desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek⁷ e, segundo o jornalista Frantjesco Ballerini, “ao fazer sucesso no mundo inteiro, ela intensificou a imagem otimista de um país cujo poder político transmitia o mesmo sentimento (BALLERINI, 2017, p.121). A título de ilustração, uma outra referência de recurso de poder suave britânico, dessa vez no meio dos noticiários, é a *British Broadcasting Corporation* (BBC), corporação de rádio, *internet* e televisão com origem em 1922, no Reino Unido. Traduzida em mais de quarenta idiomas, BBC apresenta um elevado alcance e boa reputação tanto internamente quando em âmbito global.

Migrando para o Japão, quão grandiosa é a cultura *MAG* japonesa? Representada por suas indústrias de *mangás*, *animes* e *games*, trata-se de um *soft power* que vem rompendo barreiras há décadas, considerado o recurso mais moderno e lucrativo do Japão. Diante do tema, Ballerini ressalta um interessante aspecto da cultura *MAG* japonesa enquanto um instrumento de *soft power* que atravessa gerações, com amplo potencial de conquistar desde aqueles que

⁷ O mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1961), celebrado pelo lema “50 anos em 5”, é marcado na história da política brasileira pelo período do desenvolvimentismo, cuja ambição era o crescimento econômico do país. Seu Plano de Metas envolveu amplo investimento em transporte, produção de energia e indústrias de base.

nasceram nos anos 1970 quanto os que nasceram no presente século, sendo certamente um feito inusitado. Afirma-se que esse caso japonês combinado com o *Hallyu*⁸ sul-coreano ilustram o potencial da iniciativa privada aliada ao poder público, na medida em que a política opta por acolher o poder suave, sucedendo resultados como geração de movimentações econômicas, turísticas e sociais em escala universal (BALLERINI, 2017). Já o substancial cartão de visitas da Rússia, o Teatro Bolshoi, consolidado patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas (ONU) se identifica como a maior companhia de *ballet* do mundo, sendo também a mais renomada, cuja composição traz uma quantidade maior do que 200 dançarinos e 3 mil funcionários. Hoje em dia predomina uma infinidade de escolas do *ballet* russo espalhadas pelo mundo e o Teatro Bolshoi se insere como inspiração para essas escolas. No entanto, a única companhia que recebeu autorização oficial do Teatro Bolshoi é brasileira e é localizada em Joinville, Santa Catarina. Nesse sentido, o governo brasileiro se utiliza dessa oportunidade para agir na captação de turistas russos e demais admiradores da dança. O *ballet* e sua dança enquanto poesia corporal tem mantido seu potencial mesmo diante de fortes concorrentes do século atual: cultura eletrônica, *games*, *animes* e séries de TV, por exemplo.

Em uma visão geral do conceito, Ballerini (2017) também trouxe uma fala bastante pertinente de Nye: “Esse poder suave – fazer com que os outros queiram os resultados que você almeja – coopta as pessoas em vez de coagi-las. Ele se utiliza da capacidade de modelar as preferências dos outros” (BALLERINI, 2017, p.19) e o exercício do *soft power* seria justamente esse ato de modelar as preferências alheias fazendo com que o sujeito prefira assistir uma produção cinematográfica hollywoodiana em detrimento do cinema brasileiro, ou ainda adquirir uma peça de roupa de grife francesa ao invés de investir no mercado da moda argentina, por exemplo.

Em referência ao Brasil e aos dois primeiros mandatos do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), cabe salientar que os programas sociais que marcaram essa época, o “Bolsa Família” e o “Fome Zero”, apesar das inúmeras críticas que envolvem fraudes e política macroeconômica de juros altos, atingiram expressivo prestígio e legitimidade mundo afora. Os efeitos dessas iniciativas levaram a política externa a absorver o manuseio do *soft power* por parte do governo Lula, o que acaba sendo bastante benéfico para o Brasil. Evidências disso e de demais feitos, como a proposta de se vincular uma taxa sobre o comércio de armas a fim de destiná-la a um fundo voltado para combate à pobreza; a união dos principais países em desenvolvimento, o G-20; a mobilização por um assento permanente no Conselho de

⁸ O vocábulo se refere à onda de popularização da cultura sul-coreana a partir dos anos 1990 mediante filmes, grupos de estilo *K-pop*, séries de televisão, filmes etc.

Segurança da ONU; liderança mediante os países em desenvolvimento na rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) se fazem visíveis na mídia internacional, a partir de reportagens de destaque no “*New York Times*”⁹ e na revista “*Time*”, em que o presidente foi classificado como uma das 100 personalidades mais influentes do mundo, o que não é mero detalhe.

Ainda sobre a influência internacional brasileira na Era Lula (2003-2010), em 23 de setembro de 2004, Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores na época, em entrevista para o canal de televisão por assinatura, *Globonews*, alegou ao apresentador William Waack que a cadeira permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU se inseria como uma contribuição para a inserção internacional brasileira que, entretanto, não se manifestava a partir de forças da economia ou militar, mas pela força moral. Episódios como a implementação de programas para solucionar a questão da fome no Brasil e a ajuda humanitária no Haiti indicam, para Amorim, que Lula aplicava essa potencialidade e força:

Amorim completou afirmando que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem essa força ética e moral, comprovada pela campanha que ele começou a favor da erradicação da fome no mundo, na ajuda humanitária ao Haiti e em episódios de auxílio aos vizinhos da América do Sul em momento de crise, como Bolívia e Venezuela (GUERALDI, 2006, p.6/7).

“Quando o hard power intervém demais no soft power, torna-se inócuo” (BALLERINI, 2017, p.84). Diante desse cenário, e em conformidade com o recente contexto internacional, o poder de influência despertado a partir da ajuda humanitária pode apresentar uma imagem e reputação nacionais mais eficientes do que uma atitude unicamente motivada pela sanção econômica. Para Leticia Pinheiro (2000), a política externa brasileira do século XIX até a atualidade pode ser dividida em quatro períodos¹⁰: o americanismo, em referência à esfera de influência norte-americana; o globalismo, que é quando o país assume postura mais

⁹ O *New York Times* publicou em 24 de janeiro de 2004 um editorial que trazia um encorajamento ao presidente dos Estados Unidos na época, George W. Bush, a estreitar os laços com a capital brasileira para obter maior aproximação com a América Latina. Cinco meses depois, em 27 de junho de 2004, o jornal publicou um editorial destinado à Lula, categorizando-o enquanto o último representante do idealismo socialista no mundo.

¹⁰ O americanismo, paradigma que concebia os Estados Unidos como eixo da política externa brasileira, estaria presente e oscilava com o globalismo a partir da gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912) até o início do governo do presidente Collor de Mello (1990). O globalismo se inseria enquanto uma alternativa ao anterior em defesa de uma maior diversificação em meio às relações exteriores no Brasil e consequente aumento do poder de barganha. Ainda que mantenham sua base realista, para Pinheiro há possibilidade de se falar sobre diferentes tipos de globalismo: um de natureza hobbesiana e outro de natureza grotiniana, sendo o primeiro sustentado pela noção anárquica do sistema internacional de Estados e o segundo, embora reconheça a anarquia das nações, supõe que o sistema é normativamente regulado, ao passo que os Estados agem em busca de ganhos relativos e absolutos.

independente; a ótica hobbesiana, levando em conta a concepção do “estado de natureza”¹¹ de Thomas Hobbes e a grotiniana, que impõe normas e regras para o ordenamento do sistema internacional com base em Hugo Grotius. Esses paradigmas, segundo a autora, foram qualificados por estudiosos da diplomacia brasileira a fim de facilitar a compreensão contextual e não devem ser rígidos/engessados a ponto de ignorar as nuances que constituem na prática o dinamismo da política externa.

Cultura, valores e formação das agendas doméstica e externa são os tópicos essenciais que conduzem o chamado *soft power*, que se refere, em termos geopolíticos, à habilidade de fazer com que os outros façam o que você quer movido pela atração em detrimento da coerção. O processo de formação de agenda é guiado pelo Estado burocrático e a estrutura de oportunidades, com intervenção dos vários atores que compõem o governo. São os atores internos: presidente, parlamentares, articuladores políticos e burocratas; e os atores externos: mídia, opinião pública, grupos de interesse e campo acadêmico. No entanto, nem sempre o poder suave é produzido pelo Estado, como por exemplo no caso das empresas não estatais *Microsoft Corporation*, *Apple* e Havaianas. Posto isso, vale lembrar que o poder suave nem sempre é produzido pelo Estado, estando sob o risco de perder sua eficácia caso venha a ser controlado pelo governo. Dessa forma, ainda que o presidente da República seja o principal responsável pela formação das agendas, ele, no entanto, não controla as alternativas e tomadas de decisões.

Na visão de Nye (2004), o Brasil tem *soft power* em potencial para ser explorado a partir de sua política externa¹², em vista da atração despertada por sua promessa de futuro e magnífica cultura. Trata-se de um país rico, abundante, diverso em formação étnica e cultural, fatores que ampliam as oportunidades de interlocução interestatal. Além disso, o Brasil é reconhecido pelos valores da paz e cooperação, e diferente de outras nações, mantém tradição de convivência pacífica com os vizinhos. Esse potencial, todavia, precisa ser devidamente explorado para prosperar. De acordo com Roberto Abdenur (1997), existem dados concretos que devem ser considerados acerca da inserção do Brasil no plano internacional. Para o autor, a habilidade de diálogo com os demais países é favorecida ao passo que o Brasil se localiza em uma região privilegiada por se encontrar distante de conflitos étnico-religiosos, das catástrofes naturais mais críticas e com reconhecimento de marcos diplomáticos demarcados pela inclusão.

¹¹ Na obra “Leviatã”, Thomas Hobbes concebe o estado de natureza no qual os indivíduos se encontram em uma constante “guerra de todos contra todos”, onde não predominam regras sociais e nem mesmo um governo centralizado.

¹² Esta declaração de Nye ocorreu em meio aos dois primeiros mandatos do presidente Lula (2003-2010).

Ademais, o fato de o Estado exibir padrões, concomitantemente, de subdesenvolvimento e de país de primeiro mundo¹³, favorece a interlocução. Em vista das dificuldades, Abdenur (1997) sugere atuação externa mais firme, que pode vir a se materializar a partir da exploração de oportunidades na agenda da política externa e mediante transformação de tópicos caros aos países desenvolvidos, como terrorismo, meio ambiente, crime internacional e direitos humanos.

Por que trabalhar esse conceito na intersecção entre História e Relações Internacionais?

O campo de Relações Internacionais é pouco difundido em nível nacional, então, o estudo visa explorar conceitos de uma área que é ainda limitada a um seleto grupo de estudiosos, e tal escolha decorre a partir do objeto de estudo: o *soft power* na política externa brasileira. Então, trata-se de uma pesquisa inovadora que tem História e Relações Internacionais como áreas interdisciplinares. Em língua portuguesa, três expressivos e recentes títulos são fontes substanciais quando se trata do *soft power*, os livros: “Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do *Soft Power*” (2017), organizado pelo Professor Dr. Rodrigo Christofolletti; uma compilação intitulada “Poder Suave (*Soft Power*)” (2017), do jornalista brasileiro Frantjesco Ballerini, e a dissertação de mestrado de Ronaldo Guimarães Guerardi, cujo título é “A Aplicação do Conceito de Poder Brando (*Soft Power*) na Política Externa Brasileira” (2006).

Como previamente mencionado, o acervo nacional referente ao tema ainda é realmente escasso, a bibliografia em língua portuguesa possui limitados trabalhos a respeito e, diante disso, o presente estudo se insere como mais uma valiosa contribuição a preencher esta lacuna. Pode-se constatar que os textos em inglês se configuram enquanto os mais atuais e densos, motivo pelo qual a literatura que sustenta esta pesquisa é majoritariamente oriunda de países de língua inglesa. “*Soft Power: The Forces of Attraction in International Relations*”, pelo Professor Dr. Hendrik W. Ohnesorge é um deles. Publicado em 2020, a obra possui um rico, atualizado e interdisciplinar conteúdo sobre o *soft power* e, em vista disso, há forte contribuição deste no referencial teórico do presente estudo. “Poder Suave (*Soft Power*)”, de Ballerini (2017) também engloba um rol de informações pertinentes para o presente trabalho, ao passo que examina o *soft power* a partir da chave da cultura configurada como arte e/ou entretenimento. Com linguagem acessível e de fácil compreensão, o material é devidamente indicado para os estudiosos e entusiastas que pretendem iniciar o aprendizado nesse campo. Na obra, o jornalista

¹³ De acordo com a Teoria dos Mundos, a categoria país de Primeiro Mundo (ou desenvolvido) foi criada no período da Guerra Fria para fazer referência à nação com altos indicadores econômicos e sociais.

aborda o poder suave em suas diferentes aplicações, como o *Ballet Bolshoi* (balé russo), a moda francesa, as indústrias cinematográficas estadunidense e indiana: Hollywood e Bollywood, as telenovelas brasileiras e mexicanas, gêneros musicais como a Bossa Nova e o Tango, as produções artísticas africanas e chinesas, e até mesmo as manifestações culturais japonesas que vem conquistando cada vez mais espaço, especialmente para o público jovem em meio ao consumo de *mangás*, *animes* e *games* (BALLERINI, 2017).

Isto posto, este trabalho opta pela utilização da mídia eletrônica para o presente trabalho envolvendo o acervo da história nacional, na medida em que opera enquanto um meio viável para a eficácia e aprofundamento do estudo, em que se procura mapear, a partir da conexão entre os campos da História e das Relações Internacionais, as incidências de *soft power* em vinte e um anos da história da imprensa brasileira, perpassando por diferentes governos, contextos e atores, entre 1997 e 2018. Sobre a delimitação temporal da pesquisa, tendo em vista que o conceito de *soft power* se fez evidente na academia recentemente, pretende-se recuar apenas consideravelmente no tempo. O marco inicial do recorte se dá em 1997 por ser o ano em que as mídias eletrônicas começaram a circular no Brasil e a data final em 2018, período em que se detecta uma queda substancial no trato do conceito de *soft power*, por parte da imprensa brasileira, sobretudo se comparado à década anterior. Este momento engloba o mandato do ex-presidente Michel Temer, antessala de uma política daquilo que se nomeia “*soft power* com sinal trocado”: a produção de uma sucessão de notícias que mostram o quanto a política externa brasileira patrocinada pelo governo de Jair Bolsonaro negligenciou ao extremo o potencial do *soft power* brasileiro, após sucessivas demonstrações de isolacionismo vistas nos seus quatro anos de mandato (2019-2022). Apesar deste corolário negativo não fazer parte dessa dissertação, segue como um nexos causal fundamental a ser compreendido.

Ainda que o âmbito nacional esteja em primeiro plano nesta pesquisa, ou seja, tendo como foco a diplomacia doméstica, vale trazer comparações também com os demais países que compõem o sistema interestatal, visto ser relevante a fim de se obter um panorama de como as demais nações, em suas políticas externas, vêm se posicionando, cada qual com suas próprias estratégias em defesa de seus princípios, valores e interesses. A partir desse paralelo, há a possibilidade de identificar como o Brasil tem sido reconhecido mundo afora, quais os estereótipos moldam o país, em quais governos o *soft power* se fez mais evidente e bem elaborado, quais os efeitos disso etc. Nesse sentido, o estudo proposto se justifica por ser uma colaboração que dialoga expressivamente com acadêmicos brasileiros e estrangeiros que precederam essa pesquisa, de modo a propor um estudo inédito sobre a temática e lançando

base para uma compreensão mais acurada do conceito em língua portuguesa, acentuando aspectos como originalidade, inovação, viabilidade e relevância.

Lynne Weil (2001) chamou atenção por justificar a pertinência que o cenário internacional e a política externa têm na vida da população, ainda que os próprios cidadãos não tenham consciência explícita disso. Sendo assim, a população deve se conscientizar dessa relevância e estar ciente acerca dos desencadeamentos do governo no exterior, visto que a democracia depende da confiança e apoio popular, ao passo que a falta de consenso poderia paralisar uma política pública. Weil (2001) também pontuou como alerta que o fato de o governo não estar atento às ligações com demais países acaba tendo como consequência a perda de oportunidades de capitalizar lucros, comprometendo assim, a prosperidade, que poderia entrar como um resultado de tais alianças. Para a autora, a solução para essa questão, a qual ela chama de “déficit de informação”, estaria conectada à conscientização popular a partir dos formadores de opinião pública; são eles: o governo, os legisladores, o meio acadêmico e a mídia. Logo, o argumento de Weil (2001) legitima a escolha em explorar a imprensa nacional no intuito de buscar as perspectivas e alcance do *soft power* brasileiro, avaliando a política dentre suas posturas e tomadas de decisão; levando em consideração, como previamente mencionado, a escassez de material referente ao tema produzido em território nacional.

Objetivos plurais dessa abordagem

Além dos títulos já mencionados, vale destacar que o presente estudo teve como ponto de partida e inspiração, o projeto de iniciação científica “Bens Culturais e Relações Internacionais: O *Soft Power* na Mídia Eletrônica. Duas Décadas de Transformações (1997-2017)”, por Carolina Munck Schaeffer, sob orientação de Rodrigo Christofolletti, bem como o trabalho de conclusão de curso “Duas Décadas de *Soft Power* na Mídia Eletrônica Brasileira (1997-2017)”, cuja autoria é assinada por quem vos escreve no artigo destinado à formação do curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas em 2018. Então, partindo dessas propostas guiadas por esses trabalhos, almeja-se ampliar o estudo do poder brando em território brasileiro elencando mais três jornais, tendo em vista que a principal fonte desses estudos anteriores focou somente no acervo *online* do Folha de S. Paulo. Isto posto, opta-se neste estudo trabalhar com Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, a fim de amplificar a abrangência do conteúdo, viabilizando a busca frente às diferentes interpretações que as mídias apresentam acerca do *soft power* no período selecionado. Ademais, estende-se o recorte temporal de 2017 para 2018 no intuito de englobar um conjunto documental já fechado,

bem como trazer um contexto ainda mais atualizado¹⁴. Com isso, de 1997 a 2018, no âmbito governamental, examinam-se incidências do poder brando na mídia abarcando períodos dos governos Fernando Henrique Cardoso até Michel Temer.

De acordo com Joseph Nye, o conceito de poder brando foi incluso no tripé do poderio norte-americano ao final da década de 1980, sendo eles: o militar, o econômico e o *soft power* (NYE, 2004). Dessa forma, mediante tal raciocínio e seguindo o exemplo do estudo que posiciona os Estados Unidos em primeiro plano, pretende-se explorar, a partir de fontes oficiais do governo, o conceito de *soft power* e suas diferentes nuances políticas. O outro corpo de fonte, a mídia eletrônica, cumpre papel de propiciar a compreensão de como esse conceito de *soft power* lido por diversos governos foi, por sua vez, lido pelos jornais elencados e, posteriormente, é analisado o manejo do *soft power* em terras brasileiras, ao passo em que se elabora uma espécie de cotejamento, ou seja, a repercussão do conteúdo através da imprensa, no intuito de verificar se ela está alinhada com o outro corpo de fonte, se a mídia está acompanhando a sua opinião adequada ou não adequadamente frente a essas questões. Então, em meio a esse contexto, serão verificados editoriais/reportagens que evidenciam aspectos culturais, ideológicos, sociais, éticos e morais, bem como autores correlacionados ao tema, mediante o propósito de atingir os objetivos do presente trabalho.

Assim, a finalidade central do estudo consiste em identificar como o conceito de *soft power* vem sendo aplicado na política externa brasileira no período de vinte e um anos com base na imprensa nacional de significativa circulação tendo como base o patrimônio cultural, bem como a investigação das repercussões que vigoram na própria mídia. Por meio do acesso *online* das reportagens dos jornais de maior circulação nacional, os paulistas Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo e os cariocas O Globo e Jornal do Brasil, em um período de pouco mais de duas décadas (1997-2018), o presente trabalho pretende discutir como o *soft power* e, sobretudo, o patrimônio cultural marcam presença em diferentes configurações ao longo desses anos na política brasileira. Em outras palavras, como esses jornais abordam o poder de persuasão e convencimento nacionais durante o recorte temporal destacado, sobretudo com relação à esfera cultural? A partir desse panorama, o estudo despertará a percepção de como o país tem se articulado para a utilização e a mensuração do desempenho desse poder brando. Exemplo cabal é o fato de que alguns governos têm se dedicado à construção de uma “boa

¹⁴ Apesar do contato com dados até o ano de 2023, que inclui o mandato subsequente do presidente Jair Bolsonaro e de seu sucessor Lula, que se prolonga, portanto, para além do ano estipulado no recorte da pesquisa, opta-se por demarcar o fim da baliza temporal em 2018 na pretensão de englobar um conjunto documental mais fechado e orgânico.

imagem” do país em âmbito internacional. Então, em que medida essa construção aparece nas reportagens? De que forma os estereótipos são tratados? Como o país é visto no exterior? Essas indagações motivam a seleção das reportagens e notícias estudadas nesses jornais por meio eletrônico e se constituem em fins de compreensão sobre o *soft power*. A hipótese que norteia esta pesquisa versa que a imprensa brasileira desconhece em profundidade as noções do *soft power* conforme consagradas pela política externa brasileira, ao passo que se limita a uma análise rasa e de curto prazo na medida em que releva os ganhos de médio prazo, pois os tempos da diplomacia se aparentam diferentes dos tempos da imprensa. Como evidência, durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016), vigorou-se um programa que foi de certa forma atacado pela mídia, o “Ciências sem Fronteiras”¹⁵. O programa foi um esforço de *soft power* brasileiro que teve repercussão significativa e interessante por diversos interlocutores internacionais, visto como tal por diferentes chancelarias, embora não tenha sido identificado da mesma maneira pela imprensa brasileira. Apesar desta iniciativa ter sido bem acolhida e apresentado repercussão altamente positiva no exterior, principalmente nos países para onde os estudantes se deslocavam, a imprensa reagiu, majoritariamente, em tom pejorativo. Diante dessa evidência, vale enfatizar que os posicionamentos e os silêncios da imprensa são igualmente relevantes para a presente análise, como a própria singularidade do patrimônio cultural enquanto instrumento de *soft power* brasileiro.

Dado que esta pesquisa visa envolver a análise da imprensa nacional, cujo conteúdo é acessível a partir da *internet*, nota-se que a mídia cumpre papel expressivo frente à possibilidade de precisão na busca quantitativa de ocorrências em que o termo chave aparece em determinado ano, mês e dia a partir de atuais e eficientes buscadores digitais que estão vinculados aos acervos dos jornais elencados. É válido salientar que esses *searches*, são hoje, ferramentas precisas, cuja potencialidade ainda merece ser mais explorada. Ademais, adotando a imprensa e seus acervos como instrumentos de pesquisa, a versão apresentada das reportagens tende a trabalhar com exemplos historiográficos brasileiros de modo a explicitar os arranjos de poder político, econômico e cultural. Em meio a isso, a precisão temporal se faz relevante e merece ênfase, na medida em que o intuito do trabalho versa pela análise cronológica a partir da observação histórica das ocorrências de *soft power*, além de suas repercussões na mídia, no cenário e conjuntura locais, abrindo espaço para a compreensão da maneira como o poder brando operava na época, se a política exterior contribuiu positivamente para a sua eficácia, se a diplomacia

¹⁵ Programa criado em julho de 2011 no governo Dilma Rousseff. Financiada pela CNPq, Capes e demais empresas brasileiras, o “Ciências sem Fronteiras” distribuía bolsas de iniciação científica para alunos brasileiros terem oportunidade de promoverem a ciência, tecnologia e inovação em universidades de prestígio no exterior.

trabalhou com habilidade e demarcou boas estratégias para lidar com a imagem nacional frente ao cenário global, e até mesmo as nuances e desdobramentos dessa engenhosidade de poder. Embora vigore a predileção pelo recorte cronológico como finalidade de viabilizar a precisão metodológica, o recorte temático também se faz presente e entra em vigor à medida que o tema se sobressai em relação ao marco temporal. Atrelado a isso, a pesquisa incorpora rico acervo acadêmico no tocante ao embasamento teórico, que se insere, sobretudo, a partir das áreas das Relações Internacionais e da História, em ordem de contextualização e investigação das reportagens.

Do ponto de vista qualitativo, os acervos pesquisados disponibilizam textos informativos, entrevistas, notícias, artigos de opinião e alguns editoriais, ou seja, a opinião do jornal. Dessa forma, a investigação que vigora nesta pesquisa tem como finalidade extrair as possíveis conjunturas em que o *soft power* é mencionado e como tem sido apresentado na visão da mídia eletrônica estudada, como tópico essencial da política externa do país. Neste ponto é de suma relevância destacar que a imprensa brasileira, em contraponto ao jornalismo europeu, como o italiano *Corriere della Sera*, possui um espectro mais reduzido frente à dualidade linha editorial *versus* linha investigativa, ao passo em que há claras evidências de jornalismo se confundindo com opinião. Esse espectro reduzido, por sua vez, baliza a análise crítica do perfil dos jornais nacionais dado que, constantemente, a imprensa reproduz o grande achado das agências internacionais que se faz praticamente como um reboque do que está sendo publicado nas *Reuters* ou demais agências de noticiário internacionais.

Em referência ao objeto de pesquisa e a teoria envolvida, ressalta-se que se aplicado com discernimento, molda a perspectiva de uma nação em níveis doméstico e global, de modo a alcançar legitimidade e reconhecimento perante aos demais componentes do sistema internacional de Estados e, por outro lado, a ausência do *soft power* ocasionaria o oposto, ou seja, o isolacionismo, o declínio; resultando em um país distante de importantes acordos comerciais, por exemplo, que beneficiaria a política doméstica e sua própria reputação. Em síntese, a pesquisa encaminha-se por dois corpos de fontes: as fontes do governo e as fontes da imprensa - e se subdivide em três capítulos. O primeiro se destina à compreensão e aplicação do conceito de *soft power* pela política externa brasileira, bem como suas diferentes nuances políticas a partir da análise de documentos oficiais da diplomacia. Adiante, a segunda pauta se destina a investigar como esse conceito compreendido por diversos governos foi, por sua vez, lido pelos jornais elencados. Por fim, cabe um espaço dedicado ao cotejamento, ou seja, a repercussão disso, qual a abordagem e percepção da imprensa frente a essas questões

igualmente ideológicas dos governos, de modo a contrastar ou coincidir as perspectivas entre os dois corpos de fontes.

1 OS POSSÍVEIS CAMINHOS DO PODER: EM PAUTA, O *SOFT POWER*

O poder é como um iceberg; a qualquer momento, a maior parte fica abaixo da linha d'água.

(PIERSON apud OHNESORGE, 2020, p.24, tradução nossa).

1.1 O viés cultural na política externa brasileira

Adiante, cabe evidenciar as semânticas e noções imbricadas ao campo diplomático brasileiro a fim de que se haja maior clareza na compreensão dos tópicos que envolvem os mecanismos de atuação da política externa brasileira. A contemporaneidade é demarcada pelo surgimento constante de novos aparatos tecnológicos, sobretudo nos meios de comunicação, imprensa de cobertura global, redes internacionais e ambiente global de cada vez mais democracias. Posto isto, dois principais aspectos se fazem relevantes e devem ser considerados: o público que se pretende alcançar e a mensagem pela qual ele é alcançado.

De acordo com o relatório de gestão do exercício de 2018¹⁶, neste referido ano, o país “recebeu 197 visitas de autoridades estrangeiras, incluindo 23 Chefes de Estado ou Governo, 12 Vice-Presidentes e 50 Ministros. Foram assinados 129 acordos internacionais, sendo 89 bilaterais e 40 multilaterais” (MRE, 2019, p.8). Neste mesmo relatório em questão, o Itamaraty ou Ministério das Relações Exteriores (MRE) é descrito como o órgão administrativo brasileiro que se responsabiliza pela política externa e atividades consulares do país em conformidade com a Constituição Federal e outros instrumentos legais cujo propósito é o de preservar os valores da sociedade brasileira e a defesa pela segurança do Brasil no plano internacional. A missão do MRE se alinha ao investimento em *soft power* nacional na medida em que visa projetar a imagem, promover a cultura e ensino da língua portuguesa em sua variante brasileira em todos os cantos do globo. Ademais, o órgão investe na consolidação de alianças entre o Brasil e outros países em bases colaborativas que se beneficiem mutuamente em negociações subdivididas nos âmbitos econômico, social, comercial, político e ambiental. Por meio de sua sede em Brasília – DF e de Postos mundo afora, o MRE representa o Brasil e encabeça serviços aos brasileiros no exterior, programas de assistência humanitária e acolhimento aos imigrantes.

¹⁶ A escolha deste relatório foi motivada a partir da baliza temporal que norteia o presente trabalho, sendo 2018 o ano de encerramento do recorte.

Em meio ao episódio dos incêndios que atingiram drasticamente o Museu Nacional em 2 de setembro de 2018, destaca-se uma dessas cooperações, desta vez, recebida pelo país:

O Brasil recebeu, para tanto, ofertas de cooperação de governos estrangeiros, empresas privadas e organismos internacionais. Nesse quadro, a ABC concebeu 'projeto-padrão' para facilitar a elaboração de projetos de cooperação técnica internacional em apoio à recuperação do Museu Nacional, a serem identificados pelo Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional e Instituto Brasileiro de Museus (MRE, 2019, p.69).

Isto posto, a diplomacia pública pode ser sinteticamente definida como um conjunto de atividades governamentais que buscam influenciar o público estrangeiro a partir da promoção dos interesses nacionais, abrangendo três níveis que se articulam a depender do tempo de relacionamento, sendo a diplomacia cultural uma dessas camadas que tratam do desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo. Constituído como um subcampo da diplomacia pública, a diplomacia cultural se caracteriza como um significativo instrumento de aproximação entre os povos, em ordem de contribuição para abertura de mercados no meio da indústria cultural, bem como o estabelecimento de vínculos linguísticos. Atua como um segmento político que visa promover o interesse nacional, bem como o diálogo com demais atores interestatais e funciona como uma ponte entre o governo e audiências estrangeiras a fim de influenciá-las positivamente, mobilizando recursos culturais a fim de alcançar objetivos de interesse nacional. É válido salientar que a natureza desses tais objetivos e recursos culturais mobilizados no intuito de alcançá-los tem sido alvo de modificações constantes ao longo da história e, perante isso, uma série de nomenclaturas vem sendo utilizadas para categorizá-los de acordo com os diversos contextos nacionais.

O interesse pelo termo por parte de acadêmicos e líderes políticos ressurgiu a partir dos anos 2000 e conta com interpretações distintas, reformulações, incertezas e, às vezes, falta de clareza sobre como é aplicado. Dado que as nações se concentram em disseminar aspectos de sua cultura e história de seus povos, enquanto subcampo da diplomacia pública, a diplomacia cultural é responsável pela difusão da cultura brasileira para o exterior, buscando estabelecer vínculos, abrir mercados e aproximar os povos por meio de ações simbólicas relacionados à cultura em geral, perante difusão de elementos como valores, artes, discursos filosóficos, recursos audiovisuais, culinária e dança. É das mais relevantes ferramentas políticas para conquistar espaço no exterior, buscar entendimento mútuo, cooperação, interesse e boa visibilidade perante o globo. Para M. J. Waller, conforme citado por Christofolletti (2017, p.27), a diplomacia cultural seria identificada da seguinte forma: “[...] é um tipo de diplomacia pública que transita nos domínios do soft power e que inclui a troca de ideias, informação, arte e outros

aspectos da cultura entre as nações e os seus povos a fim de promover a compreensão mútua”. A fins de complementação, na página oficial do governo disposta na internet, na aba do Ministério das Relações Exteriores o conceito se encontra disposto da seguinte maneira:

A diplomacia cultural e educacional é instrumental para a aproximação entre os povos, contribuindo para abrir mercados para as indústrias criativas e culturais, bem como para o estabelecimento de vínculos culturais e linguísticos. Permeando os diálogos políticos e econômicos, a diplomacia cultural e educacional é uma atividade de estado que cria bases sólidas sobre as quais se erguem o entendimento mútuo e os laços de confiança, interesse e respeito entre as nações (GOVERNO FEDERAL. Fragmento retirado da internet).

Portanto, a diplomacia cultural opera como uma estratégia da política externa dos países em fins de consolidar os espaços conquistados no âmbito global por meio do *soft power*. Ademais, o estudioso estadunidense Milton Cummings (2009) trouxe a seguinte definição:

Troca de ideias, informações, arte e outros aspectos da cultura entre as nações e seus povos, a fim de promover o entendimento mútuo que também pode ser mais uma via de mão única do que uma troca de mão dupla, como quando uma nação concentra seus esforços na promoção da língua nacional, explicando suas políticas e pontos de vista, ou ‘contando sua história’ para o resto do mundo (CUMMINGS apud CLARKE, 2020, p.1, tradução nossa).

Em referência à colocação de Cummings sobre a promoção do entendimento que pode se aproximar mais de uma via de mão única do que benefício mútuo para as nações envolvidas, o ex-ministro de Estado das Relações Exteriores Ernesto Araújo, em mensagem ao Relatório de Gestão do Exercício de 2018 enfatiza que o MRE “trabalha pelo fortalecimento das relações entre o Brasil e seus parceiros, em bases cooperativas e mutuamente benéficas” (MRE, 2019, p.8), desvincilhando-se da designação protocolar do interesse exclusivamente nacional. Em caráter contraditório à sua arguição neste relatório, em cerimônia dos novos diplomatas em outubro de 2020 no Instituto Rio Branco, Araújo teceu críticas ao multilateralismo, sustentando a posição de que o Brasil estava perdendo a identidade nos governos que precedem o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro: “Esse pária aqui, esse Brasil, essa política do povo brasileiro, tem conseguido resultados. Talvez seja melhor ser esse pária deixado ao relento, deixado de fora, do que ser um conviva no banquete no cinismo interesseiro dos globalistas, dos corruptos e semicorruptos” (ARAÚJO apud FERNANDES, 2020).

Vale enfatizar que Ernesto Araújo exerceu o cargo de ministro das Relações Exteriores durante o governo de Jair Bolsonaro, entre janeiro de 2019 e março de 2021, e sua visão política foi demarcada por ideais conservadores e teorias conspiratórias que buscavam o fim do marxismo cultural que comprometem os ditos “valores ocidentais”. Enquanto chanceler, os

lados pessoal e profissional de Araújo se mesclavam, ao passo que buscava levar para a carreira diplomática seus anseios de transcendência, o conservadorismo e paixões pela fé cristã que fundamentam sua maneira de compreender a política. Dividindo opiniões, assumia posições controversas em recusa aos pensamentos científicos e às concepções iluministas em defesa à Deus como figura elementar para guiar os princípios da vida pública e privada. Sendo assim, Araújo procurava acentuar o caráter místico da Pátria em defesa da civilização ocidental enquanto espaço harmonioso onde, desde a Grécia Antiga, Deus se faz presente e se manifesta (VAZ; GARCIA, 2021).

Isto posto, alinham-se, em sequência, as noções de uma outra perspectiva da diplomacia: a diplomacia presidencial. No cenário pós-Guerra Fria, evidencia-se uma nova ordem internacional pautada para além da bipolaridade, ao passo que novos atores propiciaram a reestruturação dos mecanismos da política externa, a fim de que as nações pudessem projetar e orientar seus interesses em consonância com as tendências globais vigentes. Nesse sentido, os atores e interlocutores tradicionais da política externa brasileira passaram a estabelecer amplo volume de interações com demais nomes que se relacionavam com esta esfera política (PINHEIRO; MILANI, 2012 apud SANTOS, 2021). Em ordem conceitual, a diplomacia presidencial ou diplomacia de cúpula é caracterizada como um instrumento diplomático da política externa que mescla política, interesses e características pessoais do chefe do Executivo, na medida em que excede tais atribuições constitucionais:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...) VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX - decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

(...) XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

(...) XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente; (...) (BRASIL, 1988, p. 29 apud PINHO, 2016).

Logo, no corrente sistema internacional de Estados, a conjunção dos fatores políticos e pessoais da figura presidencial estão atrelados ao sucesso da diplomacia presidencial, em prol de êxitos e prestígio global. Cada um à sua maneira, com êxitos ou não, notoriedade ou a ausência dela, a prática da diplomacia de cúpula se consagra a partir da manifestação do mandatário na participação de tomadas de decisões no que diz respeito à agenda da política

externa. Na história da política brasileira, dois líderes se destacam pela atuação neste ramo: o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) e o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seus dois primeiros mandatos (2003-2006; 2007-2010). FHC alcançou respeito mediante os outros países a partir de sua carreira acadêmica consolidada, bem como pela participação ativa nos processos de condução dos temas diplomáticos do Brasil. Já o presidente Lula é reconhecido por ter conduzido uma política pautada em seu próprio carisma pessoal e tom personalista, características que foram efetivas em variadas facetas da política externa brasileira nestes períodos e classificadas positivamente por uma série de estudiosos da política externa como ilustrado nesta arguição de Rubens Ricupero (2010):

O presidente Lula potencializou e multiplicou essas condições propícias ao simbolizar de certo modo, pela sua história pessoal, o exemplo de ascensão do país como um todo. Sua identificação com as grandes causas sociais de luta contra a fome e a pobreza, o carisma de personalidade autoconfiante, a vocação inata à negociação foram elementos adicionais para reforçar a percepção externa da emergência do Brasil como ator global (RICUPERO, 2010, p. 38 apud PINHO, 2016).

A partir da noção de diplomacia presidencial e da difusão de culturas mundo afora, os atores estatais dispõem de oportunidades de reafirmar sua identidade e contribuir para o estabelecimento de alianças com demais nações, sendo que os benefícios da atuação caminham no sentido de contribuir para o *branding* de uma nação, na elevação do perfil, na promoção de interesses centrais e específicos, conexão com públicos diversos, oportunidades de incluir e ceder espaço para os grupos subalternizados¹⁷ como as minorias raciais, grupos religiosos e linguísticos, apresentando sua cultura e, de certa forma, convidando alunos estrangeiros para se estabelecerem em território nacional a fim de ampliar a gama educacional ou até mesmo promovendo programa que beneficiem os alunos que optam por estudar no exterior.

1.2 Poder e hegemonia nas Relações Internacionais

Tendo em vista que o objeto de estudo consiste em uma das variações de “poder”, para um estudo mais denso e compreensão ainda mais acurada do conceito de *soft power*, vale explorar os sentidos de “poder” na história das Relações Internacionais e suas implicações, considerando, de imediato, que seu significado não é estático, uma vez que varia conforme o decorrer do tempo e, principalmente, o contexto. Desta forma, evidencia-se que em termos de

¹⁷ Os grupos subalternizados, marginalizados ou minorias sociais são caracterizados pelos grupos sociais historicamente excluídos do direito de garantias básicas por razões raciais, étnicas, de origem, financeira, de gênero e sexualidade.

nações, distintos países puderam exercer seu papel de hegemonia mediante o panorama histórico do momento.

À vista disso, cabe ressaltar as modificações na semântica de poder. A premissa inicial relacionava espaço territorial, recursos naturais e volume demográfico enquanto sinônimos de poder. Então, cada nação contava com o seu limite territorial e a maior preocupação era com os vizinhos, que apresentavam a ameaça mais próxima, assim, a princípio, o poder era atribuído à nação com maiores dimensões territoriais e aliado à força militar; essa foi a ideia de hegemonia na qual os países lutavam incessantemente pela expansão territorial. Mediante esse cenário, a percepção de poder migra e, sobretudo, coexiste com a noção capitalista ao passo que, nessa esfera, é a força econômica que dita o nível de poder. Então, como apresentado, conforme o decorrer dos tempos, a semântica de poder se modificou e, conseqüentemente, os Estados se viram na necessidade de adaptação a diferentes realidades, sobretudo no que diz respeito ao engajamento, acordo e restabelecimento frente aos demais. Para Ignácio Ramonet (2003), as antigas fontes de poder não apresentavam mais eficácia, pelo contrário, se classificavam enquanto onerosas desvantagens na era pós-industrial, cuja prosperidade se revela na capacidade intelectual, na promoção do saber, na pesquisa, criatividade e habilidade de inovação enquanto, por outro lado, a produção de matérias-primas perdeu força nesse quesito. Sob a premissa de ilustrar seu argumento e reconhecendo os Estados Unidos como uma exceção, Ramonet citou um grupo de países que contam com riqueza em recursos naturais e significativo volume demográfico ao passo que se encontram em desvantagem em meio ao esquema de distribuição de poder. São eles: Brasil, Rússia, Índia, China, México, Nigéria e Indonésia. A China, embora tenha sido listada por Ramonet (2003) nessa categoria, vem se apresentando cada vez mais enquanto uma potência de *soft power* perante o sistema internacional de Estados, o que seria equivocado afirmar que estaria em desvantagem perante a distribuição de poder. De acordo com Paulo Menechelli (2021), especialista em diplomacia cultural chinesa, o país possui um papel preponderante no âmbito cultural nas relações internacionais, ao passo que se classifica como, dentre outras esferas, um dos principais atores no mercado audiovisual global, sendo a indústria cinematográfica um expressivo instrumento de *soft power* do país.

Assim como as demais esferas de poder, a dimensão do *soft power* se apresenta enquanto testemunha de mudanças fundamentais de poder atualmente. Então, cabe enfatizar que o cenário mundial sofre mudanças constantemente, e assim também é o *soft power*. Não é estático, pelo contrário, se modifica conforme o contexto. Em referência ao auge dos grandes impérios, Matthew Fraser (2003) discorreu um fragmento apropriado a respeito da busca pelo poder:

Nenhum império - grego, romano, francês, otomano, britânico - foi indiferente aos efeitos de seus recursos de *soft power*. Em nossa atual era da informação, no entanto, uma ampla gama de países, bem como outros atores nas relações internacionais, aumentou dramaticamente sua busca pelo *soft power* em uma escala sem precedentes (FRASER, M., 2003, apud OHNESORGE, 2020, p.11, tradução nossa).

Com isso, é nítido que, apesar de ser reconhecido como a figura central do conceito de *soft power*, seria inadequado afirmar que foi Joseph Nye quem o inventou. Ele, na verdade, alavancou a sua disseminação, visto que a ‘essência’ do *soft power* sempre existiu, até mesmo na época dos grandes impérios, segue coexistindo com demais fatores e se adaptando aos distintos cenários, de modo que a noção de poder e adaptação ao que era viável em cada contexto já se fazia presente. Ballerini considera imprescindível enfatizar que o conceito de *soft power* não foi originado do zero, pois teóricos apontam indícios de que ele aparenta ser uma atualização e adaptação para aquilo que o filósofo italiano Antonio Gramsci (1831-1937) caracterizava em vista da divisão de poder: “hegemonia dirigente” e “hegemonia dominante”, ao passo que o primeiro se refere à atuação no setor cultural e ideológico enquanto o segundo seria referente ao campo militar (BALLERINI, 2017). Sendo assim, diante dessa discussão, o que deve estar evidente é que, em cada circunstância, utilizavam-se distintos artifícios e estratégias do que hoje é denominado *soft power*. Hoje em dia, na chamada Era da Informação, alguns estudiosos parecem se alinhar com Fraser (2003) e Gueraldi (2006), e mediante o fenômeno da Globalização, os recursos são outros, as demandas são diferentes, a tecnologia é mais avançada. Em sua dissertação de mestrado, Gueraldi (2006) defende que o controle da informação se caracteriza como um forte aliado de uma nação hegemônica. Em referência ao avanço, Nye pontuou que em decorrência dos desenvolvimentos, fluxo de informações e globalização, novos atores estão associados ao sistema internacional: “Estados, atores não estatais, grandes potências, poderes normais, estados nocivos, terroristas, ONGs (Organizações Não Governamentais) e multinacionais (empresas multinacionais) [...]” (OHNESORGE, 2020, p.7, tradução nossa).

Além disso, a ênfase do poder se deslocou fortemente do poderio militar para o desenvolvimento tecnológico e, diante disso, cabe à política externa de cada país se atualizar ao que está em pauta no mundo hoje e se alinhar com as demandas atuais, de modo que, segundo Nye (2004), ignorar valores como democracia e liberdades individuais pode comprometer sua eficiência e, conseqüentemente, levar ao isolacionismo. Segundo Gueraldi, a definição da viabilidade do exercício do *soft power* “[...] engloba conceitos mais tangíveis, dependendo dos recursos financeiros, de prazos, da disponibilidade potencial de informação e o estado de

teorização a respeito” (GUERALDI, 2006, p.8). E, via de regra, são as grandes potências as responsáveis por ditar as diretrizes do sistema internacional, levando em conta que esses governos procuram compreender e estudar as estruturas internacionais, seu funcionamento e seus desencadeamentos. Todavia, vale salientar uma ponderação particular ao caso da China devido ao fato de que não ser uma campeã no quesito democracia não se insere como um impeditivo para o país ser uma potência de *soft power*, conforme tem se apresentado contemporaneamente.

A maioria das universidades estadunidenses possui um departamento específico de estudos sobre a América Latina e demais culturas, como a chinesa, francesa e/ou árabe. Países europeus também tendem a investir em centros de estudos acerca de outras nações, enquanto, por outro lado, as universidades latino-americanas carecem de núcleos de pesquisas sobre seus vizinhos, estando conseqüentemente, segundo o ex-secretário-geral das Relações Exteriores embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2002) sujeitos e à mercê de avaliações e estudos provenientes de países que compõem o centro hegemônico, que ditam regras, direcionamentos e tradições perante os demais. O fato de o Brasil não possuir um centro de estudos visando a Argentina se configura enquanto um erro estratégico que, de acordo com Guimarães, demonstra a vulnerabilidade dos países periféricos e de suas políticas externas. Há também uma significativa escassez no que se refere à cobertura midiática do Brasil no exterior, o que leva, aparentemente, à constatação de que os brasileiros são voltados para si mesmos e se bastam. Isto posto, o presente trabalho pretende oferecer um estudo investigativo do *soft power*, de modo a construir uma ponte entre teoria e prática, demonstrando a aplicação pragmática do *soft power* na política externa brasileira à luz da imprensa nacional.

Ainda sobre o caráter instável do poder, Joseph Nye Jr. discorreu que os recursos se modificam conforme o contexto em mudança, ou seja, eles variaram no passado e continuarão a fazê-lo no decorrer dos anos. Em referência ao *soft power* norte-americano, por exemplo, pode-se cogitar que as tendências históricas do episódio da Guerra Fria não se identificam enquanto guias confiáveis para previsão de fluxo e refluxo do *soft power* americano em combate às forças do terrorismo. Logo, com base nas repercussões do *Congressional Smart Power* de 2007 (presidida por Richard Armitage e o próprio Nye), destaca-se sua colocação: “concluimos que a imagem e a influência da América declinaram nos últimos anos e que os Estados Unidos tiveram que passar de exportar medo para inspirar otimismo e esperança” (NYE apud OHNESORGE, p.5, tradução nossa). Assim, conforme Nye (2004), o *soft power* se caracteriza enquanto um dos mais relevantes poderes de influência da cultura norte-americana, que confere legitimidade a uma série de ações da política externa dos Estados Unidos, de modo que o fato

de o poder brando ter cumprido por longos anos um papel relevante na política externa lá, torna essa percepção de declínio do poderio norte-americano particularmente significativa e preocupante. Deste modo, enfatiza-se que o próprio Nye foi retrabalhando a ideia do conceito a partir de críticas que recebeu pela defesa da aplicação isolada do *soft power*, estando atualmente mais voltado para a noção do chamado *smart power*, cuja definição não se limitaria a uma mera variação de *soft power*, mas a uma estratégia de combinação de *soft* e *hard power*, da qual a aplicação se daria frente a distintos cenários e contextos. Nesse sentido, o *smart power* não define um ato político como brando ou bruto, na medida em que se adapta a fins distintos e pode estar exposto à mutação, dependendo do caso. A título ilustrativo, o poderio e a capacidade militar de uma nação não devem ser categorizados regularmente como instrumentos de *hard power*, uma vez que sua utilização pode estar sendo destinada a atrair outro Estado a partir da cooperação, estratégia ou troca de conhecimentos. Retomando a discussão acerca da definição de poder, para Robert Dahl (2001), “o conceito de poder envolve a habilidade para conseguir que outra pessoa faça alguma coisa que, de outra forma, não seria feita” (DAHL apud GUERALDI, 2006, p.31). Já na versão do renomado cientista político francês Raymond Aron, referenciado por Vítor Ramon Fernandes (2002), prevalece uma distinção entre poder, que ora se dá ofensivo, e ora se dá defensivo:

Poder ofensivo é a capacidade de uma unidade política de impor sua vontade sobre as demais e sua capacidade de não deixar que a vontade alheia lhe seja imposta. [...]. [E já o poder defensivo] consiste em um Estado salvaguardar sua autonomia, manter seu próprio estilo de vida, [e] não aceitar que suas leis internas ou ações externas sejam subordinadas aos desejos de outros países (ARON apud FERNANDES, 2002, p.32).

Na concepção de Aron, a nação que se fundamenta somente no chamado “poder defensivo” se dispõe vulnerável ao risco de assumir uma postura isolacionista, o que para o teórico não é sempre recomendável, como ocorreu frente à postura agressiva do general Charles de Gaulle cuja intenção era a ascensão da França para o patamar de primeira potência.

Em vista disso e do que já foi apresentado, dentre diferentes categorizações e sentidos atribuídos a poder, Hendrik W. Ohnesorge (2020) no segundo capítulo de sua obra intitulada “*Soft Power: The Forces of Attraction in International Relations*”, pontuou que prevalecia seu objetivo de ampliar a discussão sobre poder, alegando ser fruto de uma pesquisa inconclusiva diante de sua alta complexidade de mecanismos e processos. Para ilustrar de modo lúdico, ele ainda destacou uma fala de Paul Pierson, que se apresenta da seguinte forma: “o poder é como um iceberg; a qualquer momento, a maior parte fica abaixo da linha d’água” (PIERSON apud OHNESORGE, 2020, p.24, tradução nossa).

A partir de uma análise mais densa, ressalta-se que no campo das Relações Internacionais há a predominância de um tradicional embate teórico entre realismo e liberalismo e este será melhor desenvolvido adiante. No tocante ao poder brando e suas implicações, Ronaldo Guimarães Gueraldi (2006) caracterizou *soft power* da seguinte maneira:

é a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você deseja pela atração em vez da coerção. O poder coercitivo seria a ostentação militar e sanções econômicas, classificadas por Nye como ‘poder bruto’ [ou *hard power*], enquanto identidade cultural, ideológica e política comporiam o ‘poder brando’ (GUERALDI, 2006, p.65).

Em termos ilustrativos, verifica-se, então, que o *soft power*, especialmente em sua esfera cultural, opera com noções sedutoras de convencimento e persuasão, promovendo resultados atrativos como direitos humanos, democracia e oportunidades individuais. Logo, cabe ressaltar de imediato que o poder brando estaria bem distante de carregar um sentido pejorativo, manipulador ou maquiavélico como ocorre na concepção de natureza humana de autores realistas. Predominam-se formas de poder consideravelmente mais visíveis como a econômica e o poderio militar, e já outras invisíveis, que entram no papel de persuadir, atrair e influenciar a opinião das demais pessoas para agir conforme você quer. Dito isto, verifica-se que esse poder menos explícito - o *soft power* - em geral não se encontra alinhado com os pensamentos de autores realistas nas RI, que definiram a opinião pública por seu caráter manipulador do poder político. Nesse sentido, a natureza do poder brando se aproxima com maior proeminência à interpretação de Lynne Weil (2001) no sentido de a opinião pública ter condições de moldar a agenda política internacional. De acordo com Edward Carr (2001), teórico defensor do realismo clássico, o poder se daria distribuído em pelo menos essas seguintes categorias: militar, econômico e poder sobre a opinião. Este último parece apresentar aspectos do *soft power* e seu sentido remete ao domínio estratégico da persuasão, portanto, dentre os dois paradigmas apresentados, esta pesquisa se alinha à teoria clássica do liberalismo nas Relações Internacionais, de modo a estabelecer aproximações mais perceptíveis com o *soft power* enquanto variedade de poder.

Como observado, os poderes advindos da indústria bélica e da imposição constroem uma tendência hegemônica, na medida em que provocam a competição interestatal em meio a luta por seus próprios interesses. Ainda sobre hegemonia, céticos, Thayer e Layne discorrem que “em política internacional, hegemonias benevolentes são como unicórnios” (LAYNE; THAYER, 2007, p.68, tradução nossa), fazendo referência às figuras imaginárias de unicórnios que são majoritariamente presentes no universo infante-juvenil. De modo a estabelecer uma

correlação entre segurança e poder estatais, esse empenho defensivo com fins de tirar vantagem a qualquer custo vigora nos assuntos que dizem respeito às relações internacionais, mais precisamente, na tendência realista cujas premissas caminham de mãos dadas com o *hard power*. Após a demonstração das aproximações e comparações entre *hard power* e realismo e *soft power* e liberalismo, embora igualmente sustentadas por demais estudiosos do campo das Relações Internacionais, se apresentam como inviáveis para Joseph Nye Jr:

‘Não há contradição entre realismo e soft power. O soft power não é uma forma de idealismo ou liberalismo. É simplesmente uma forma de poder – uma maneira de obter os resultados desejados.’ Na mesma linha, Nye argumentou que, embora alguns observadores tentem distinguir entre *hard power* e *soft power* como pertencentes ao realismo e ao campo liberal na teoria de RI, respectivamente, ‘o sapato não serve’ (NYE apud OHNESORGE, 2020, p.60, tradução nossa).

Logo, para Nye, o *soft power* e o *hard power* não devem ser visualizados como pertencentes às categorias teóricas das Relações Internacionais, visto que se caracterizam, efetivamente, enquanto variações de tipos de poder. Importante ressaltar que o sentido de poder vai muito além da dicotomia entre *hard* e *soft power* e que, nos últimos tempos, a discussão acerca de poder vem ganhando cada vez mais proeminência, especialmente após o ataque terrorista às Torres Gêmeas do *World Trade Center* em 11 de setembro de 2001.

Conforme Ohnesorge (2020), não há uma linha final para o estudo do poder. A todo momento surgem novas reformulações, ideias e conceitos que visam abarcar o conteúdo em questão. No intuito de discorrer um pouco mais sobre o debate deste conceito, adiante serão apresentadas mais algumas contribuições de estudiosos que se propuseram a inovar e discorrer sobre o tema; Niall Ferguson é um deles. Empenhando-se em seus estudos, verificou, a partir da virada do século, a presença de um paradoxo aliado ao fenômeno da globalização: “[o] paradoxo da globalização é que, à medida que o mundo se torna mais integrado, o poder se torna mais difuso” (FERGUSON apud OHNESORGE, 2020, p.6, tradução nossa). Diante disso, para Joseph Nye, cinco tendências específicas contribuem para essa tal difusão global de poder, são elas: “interdependência econômica, atores transnacionais, nacionalismo em estados fracos, expansão da tecnologia e mudança de questões políticas” (NYE apud OHNESORGE, 2020, p.6, tradução nossa). Com isso, no entanto, a informação que se faz necessária reter, é sobre o cenário alterado em que a política internacional se concretiza na atualidade. Na Era da Globalização, há evidências claras de que as nações, a nível econômico, estão mais interdependentes do que nunca, como recentes crises financeiras e globais demonstraram tão dramaticamente. Em meio a uma dispersão cada vez maior de poder entre um fluxo crescente de atores, ocorre uma mudança de relevância frente às variedades de poder e, em decorrência

desses desenvolvimentos, Globalização e novos atores associados ao sistema internacional hoje, Ohnesorge (2020) pontuou que as fontes de poder estão, em geral, afastando-se da ênfase na força militar e na conquista que marcaram épocas anteriores, conforme previamente abordado. Atualmente, na avaliação do poder internacional, fatores como tecnologia, educação e crescimento econômico estão se tornando cada vez mais essenciais, enquanto, por outro lado, geografia, população e matérias-primas estão se tornando menos importantes.

Em sequência com a análise das modificações das noções de poder em nível global, cabe elencar essa fala de Benjamin R. Barber (1992), na qual ele contrapõe cultura e armamentos, evidenciando o aumento de preferência por artifícios que envolvem cultura em suas mais variadas esferas em detrimento do poderio militar:

Cultura tem se tornado mais potente do que armamentos. O que é o poder do Pentágono comparado com o da Disneylândia? Pode a Sexta Frota estar a par da CNN? McDonald's em Moscou e Coca-Cola na China farão mais para criar uma cultura global do que colonização militar já fez. É menos os bens do que nomes de marca que fazem o trabalho, pois transmitem imagens de estilo de vida que alteram a percepção e desafiam o comportamento. Eles compõem o software sedutor da alma comum (às vezes muito comum) do McWorld (BARBER, 1992 apud OHNESORGE, 2020, p.9, tradução nossa).

É válido pontuar, entretanto, que o aumento de prestígio e acolhimento do poder em uma de suas categorias não resulta necessariamente na diminuição de outros tipos de poder. Então, o crescimento da relevância do *soft power* em políticas internacionais e o fato de ser a variedade de poder mais significativa atualmente, não implica em decréscimo de relevância ou anulação do *hard power*, ou ainda outra de esfera de poder. Em referência a Simon Anholt, Ohnesorge (2020) destacou:

O *hard power*, isto é, o poderio militar e a proeza econômica, é claro, continua sendo de vital importância nos assuntos internacionais. Inúmeros eventos empíricos no passado recente em todo o mundo, da Crimeia à Síria e à Coreia do Norte, ilustram esse ponto. Ao mesmo tempo, o poder – em todas as suas variedades – não é um jogo de soma zero e a crescente importância de uma variedade não resulta necessariamente na diminuição de outras em todos os casos (OHNESORGE, 2020, p.10, tradução nossa).

Diante disso, mais uma vez, nota-se que o poder é sempre dependente do contexto. Em décadas recentes, o contexto das relações internacionais tem se modificado consideravelmente, resultando em um *soft power* tão expressivo como nunca. Interligando o sentido principal que molda esse poder a alcançar corações e mentes, Nye destacou: “Conquistar corações e mentes têm sempre sido importante, mas é ainda mais na era da informação global” (NYE apud OHNESORGE, 2020, p.10, tradução nossa). Tendo em vista essa percepção, o aumento de

relevância e procura por *soft power* não foi somente identificado na política externa, mas também no meio acadêmico, ao passo que: “Soft power e seus conceitos associados ressoaram tanto com aqueles que fazem a política externa americana quanto com aqueles que escrevem sobre isto” (CHRISTOPHER LAYNE apud OHNESORGE, 2020, p.10, tradução nossa). Apesar disso, a nível nacional, o tema ainda caminha em passos lentos, o que motiva a busca por teóricos e referências oriundos de outros idiomas.

Reunindo alguns critérios, Guimarães (2002) procurou demonstrar a estratégia que levou os “centros hegemônicos” ao poder, tendo em vista que a proeminência dos Estados Unidos é resultado de um planejamento que envolve os fatores: A) tecnológico; B) econômico; C) político; D) militar; e E) ideológico. No tocante à hegemonia norte-americana, Guimarães ressalta que seria um equívoco relacionar a posição/inserção internacional dos Estados Unidos atualmente enquanto um efeito do chamado “Destino Manifesto”¹⁸, na medida em que a inserção é, de fato, uma concretização do planejamento envolvendo os principais fatores destacados acima.

“Mais do que nunca, o sucesso depende da capacidade de atrair, construir e mobilizar redes de atores para trabalhar de forma colaborativa. Esses países com a capacidade de fazê-lo serão os que impulsionarão as mudanças e moldarão os eventos globais no futuro” (PORTLAND, 2017, tradução nossa). Disponível na *internet*, a página *The Soft Power 30* é resultado do trabalho de uma companhia denominada *Portland* que atua na consultoria de comunicação estratégica em acordo com empresas, ONGs, governo e fundações de modo a moldar suas histórias e estabelecer uma ponte de comunicação acessível para o público geral. No *website* em questão, *Portland* reúne um *ranking* dos trinta Estado-nações com maiores evidências de uso do *soft power*, a partir de pesquisas e suas respectivas análises de pontuação viabilizada a partir de critérios específicos. Com a última atualização em 2019, *The Soft Power 30* conta com uma ferramenta interativa que permite recorrer a textos informativos a respeito dos países dispostos nessa contabilização, bem como seus pontos altos e baixos que justificam tais pontuações e seus critérios. Um dado significativo e que vale ser lembrado é o fato de que o Brasil se configura como o único país da América do Sul a compor esse *ranking*, em grande parte em razão da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas do Rio em 2016. Com a possibilidade de filtrar a análise por categoria ou também por ano, de 2015 a 2019 e atualmente

¹⁸ “Destino Manifesto” é o nome de um documento que foi apresentado pelos Estados Unidos como uma tentativa de justificar como sendo uma escolha divina a sua proeminência no plano internacional, em vista do privilégio por estar cercado de dois oceanos (Atlântico e Pacífico) e possuir dois vizinhos considerados fracos militarmente (México e Canadá). (Pecequilo, 2003).

na 26ª posição com 51,34 pontos, as esferas de análise dos países abarcam os pontos: digital; empreendimento; acordos; educação; cultura; governo e pesquisa, sendo, no caso do Brasil, a maior pontuação destinada ao empreendimento, 30, e a menor, à esfera cultural, 16.

No texto que apresenta a visão geral, *Portland* faz questão de argumentar a respeito do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e o fato de a figura do presidente e suas ações dividirem opiniões até mesmo em meio à comunidade internacional, ao caráter brasileiro de se reinventar e estar dentre os campeões no quesito *soft power* na América Latina, guiado especialmente pelo tradicional e maior evento cultural (o carnaval), a partir da visibilidade do futebol nacional, bem como da proeminência de monumentos como o Cristo Redentor¹⁹. No que concerne à última atualização dos dados ter ocorrido há quatro anos, objetivou-se um contato via *e-mail* com a equipe *Portland* a fim de questionar sobre atualizações mais recentes abordando as compreensões de dados e pontuações frente ao contexto pandêmico e pós-pandêmico, porém sem respostas. No corpo do documento, solicitou-se atualizações de modo a reforçar que o contexto pandêmico traria modificações expressivas nos tópicos investigados, guiado pela noção de que o *ranking* dos países apresentaria modificações consideráveis em meio a crises de saúde pública, econômicas e escândalos políticos.

Ainda sobre o carnaval, cabe abrir um parêntese para analisá-lo em seu caráter tangível e intangível. Em proporção menor que Hollywood, o carnaval se encaixa enquanto um *soft power* brasileiro pois cumpre papel de atração interna e externa. Ademais, em termos de tangibilidade, reforça-se a promoção do turismo, ao passo que as divisas intangíveis incluem o reconhecimento da alegria do povo e da maior festa cultural do Brasil — e do mundo! O evento, conforme Ballerini, possui “[...] volume, disciplina industrial e cobertura midiática capaz de vender o país para nações bem distintas da nossa” (BALLERINI, 2017, p.92). É pertinente notar que as performances e sambas-enredos que desfilam pela avenida carregam mensagens com grande potencial de alcance, em ordem de impactar o mundo com temas que vão desde à preservação ambiental, crítica de cunho político ou evolução tecnológica. Nesse sentido, há chances de utilizarmos esse potencial de modo a beneficiar campos do *hard power* em termos de economia e política como também outras tipificações do *soft power*: esporte, diplomacia, culinária, dança e turismo.

¹⁹ Localizado no topo do morro do Corcovado no Rio de Janeiro - RJ e a 709 metros acima do nível do mar, o Cristo Redentor é um famoso monumento que retrata a imagem de Jesus Cristo. Foi incluído na lista de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 2012.

1.3 Paradigmas das Relações Internacionais

No que concerne à origem das Relações Internacionais enquanto disciplina acadêmica, afirma-se que surgiram após o contexto da Primeira Guerra Mundial, de modo a se disseminar especialmente dentre os membros vencedores no conflito: Inglaterra e Estados Unidos. Predominava-se naquela época o receio de que novas desavenças e guerras surgissem, visto que o acordo referente ao equilíbrio de poder em Westfália (1648) fracassou na medida em que ocorreu um novo conflito em 1914. Diante disso, o vigésimo oitavo presidente norte-americano Woodrow Wilson (1856-1924) reuniu um conjunto de cinco princípios e nove medidas objetivas impondo sua perspectiva sobre as Relações Internacionais, são os 14 pontos de Wilson. Em suma, o presidente sugeria a democracia, o desarmamento e o livre-comércio, bem como o respeito à autodeterminação da população e ao direito internacional, resultando em um mundo guiado por regras que condiziam com a manutenção da paz. Assim sendo, a ideia em defesa da confederação “Liga das Nações” de Wilson aliada à noção de que o mundo evolui para um mundo de paz a partir do desenvolvimento é inspirada nas obras “À Paz Perpétua: Um Projeto Filosófico”, publicada em 1795, e “Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita” (1784), do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804). Kant se destaca enquanto um dos mais renomados filósofos do ocidente além de teórico fundamental da corrente liberalista que permeia a diplomacia contemporânea. Para ele, a concretização da chamada “paz perpétua” exige, em suma, a constituição republicana nos Estados, que consiste em divisão de poderes e representação popular; a federação das nações em nível global e a legitimação dos direitos dos indivíduos em sua totalidade.

Hans J. Morgenthau, Tucídides, Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes formam o conjunto dos principais representantes do realismo e, seguindo a mesma tendência, acreditam que a política internacional se resume a uma “política de poder” cujos indivíduos nela inseridos possuem o objetivo central de aquisição de poder, cuja prioridade é a força militar, num ideal de natureza humana que almeja tirar vantagem às custas do outro, ao passo que, simultaneamente, se evita ser dominado ou dado por vencido. Em meio a isso, considera-se uma disposição hierárquica, na qual os países mais fortes, aqui representados pelas grandes potências, dominam e detêm poder sobre os demais. Além do domínio, a segurança estatal também é um dos valores que constitui o pilar da política externa de natureza realista. O Estado nessa perspectiva deve, então, além de exercer poder em seus mais variados aspectos, se empenhar para estabelecer as condições de segurança; e esta poderia ser caracterizada enquanto a privação de ameaça à nação. Perante as premissas do realismo nota-se a inexistência de

relações mútuas e obrigatórias de ordem moral entre Estados e, em meio a isso, os teóricos realistas defendem o alinhamento prioritário e exclusivo de uma nação com seus próprios interesses políticos. O realismo parte do princípio de que cada Estado age em busca do próprio interesse nacional, considerando que o mundo de múltipla soberania é berço perene de conflitos e guerras, inspirado na concepção do estado de natureza descrito por Thomas Hobbes na obra “Leviatã”, a chamada “guerra de todos contra todos”. Sendo assim, sob a condição de que o sistema internacional de Estados carece de um governo central e, portanto, é anárquico, os defensores dessa corrente consideram a força militar enquanto instrumento determinante de manutenção da paz nas Relações Internacionais.

Já em detrimento da vertente que se aproxima do *hard power* no realismo, a corrente oposta, liberalismo, acredita que a razão humana pode suceder uma visão positiva da natureza. Segundo Williams da Silva Gonçalves (2002), a origem deste paradigma se encontra interligado com o movimento iluminista do século XVIII, de modo a apresentar duas principais dimensões: uma analítica e outra normativa pois, além desta corrente ter a intenção de demonstrar como a realidade é de fato, pretende também demonstrar como ela deve ser. No liberalismo, a aplicação de atributos guiados racionalmente no cenário das Relações Internacionais poderia funcionar como uma solução de conflitos e também evitar possíveis guerras e, nesse sentido, a razão humana entraria como o caminho mais eficaz para a cooperação. Além disso, alguns teóricos liberais creem que conforme o tempo vai passando, atrelado à modernização, os objetivos mútuos tendem a prosperar; de modo que abrem caminho para uma verdadeira necessidade de cooperação (ZACHER; MATTHEW, 1995, p.119). A corrente teórica não nega a relevância das nações enquanto atores do sistema interestatal, porém evidencia as forças transnacionais em forma de interações econômicas, sociais, culturais e técnicas entre as sociedades nacionais, seguindo a lógica da interdependência com uma visão mais acurada da cooperação entre os Estados. Entre as décadas de 1920 e 1930, o liberalismo foi alvo de uma série de críticas, classificado enquanto uma maneira “utópica” ou “idealista” de interpretar as Relações Internacionais. Em vista disso, muitos estudiosos costumam usar o termo “idealismo” para se referir a essa corrente, elencando-a com a imagem do presidente norte-americano Woodrow Wilson. Destaca-se que esse paradigma teve enorme influência sobre a ação diplomática até o episódio da Segunda Guerra Mundial (década de 1930), no qual passou a predominar o realismo mediante um mundo de constante tensão em vista da Guerra Fria. Após a guerra, o declínio da União Soviética fomentou novas concepções teóricas nas Relações Internacionais, sendo o liberalismo uma delas.

Logo, essas perspectivas de Relações Internacionais influenciam e auxiliam na compreensão analítica do funcionamento da ordem mundial, das relações de poder, dominação e dependência entre os Estados. Posto isso, envolve-se, a seguir, o papel do patrimônio e a relevância para toda a nação e humanidade, de modo a perpassar sucintamente pelas políticas de proteção, preservação e salvaguarda, bem como explicitar como se inserem na qualidade de ferramenta de *soft power*.

1.4 O patrimônio cultural enquanto *soft power*

A existência do patrimônio cultural é essencial e intrinsecamente ligada à existência humana, uma vez que, a partir de pressupostos suscitados pela História e pela Antropologia, a cultura se caracteriza como um aspecto indissociável da vida. Muito antes de se existir a concepção de bens, cultura, propriedade e até mesmo antes da ideia de patrimônio, esses elementos já se faziam presentes na vida dos sujeitos e dos agrupamentos humanos em comunidades, recursos que hoje seriam descritos como bens culturais. Para clarificar o conteúdo, vale ressaltar que o sentido de bens culturais não é estático, ele foi se modificando ao longo dos anos ao passo que a definição imposta pela Convenção da UNESCO de 1970 é ainda mais ampla do que a Convenção de Haia de 1954, dois dos principais tratados internacionais que remontam o tema:

[...] A definição se encontra no artigo 1º: Para os fins da presente Convenção, a expressão 'bens culturais' significa quaisquer bens que, por motivos religiosos ou profanos, tenham sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte ou a ciência e que pertençam às seguintes categorias: a) as coleções e exemplares raros de zoologia, botânica, mineralogia e anatomia, e objetos de interesse paleontológico; b) os bens relacionados com a história, inclusive a história da ciência e da tecnologia, com a história militar e social, com a vida dos grandes estadistas, pensadores, cientistas e artistas nacionais e com os acontecimentos de importância nacional; c) o produto de escavações arqueológicas (tanto as autoridades quanto as clandestinas) ou de descobertas arqueológicas; d) elementos procedentes do desmembramento de monumentos artísticos ou históricos e de lugares de interesse arqueológico; e) antigüidades de mais de cem anos, tais como inscrições, moedas e selos gravados; f) objetos de interesse etnológico; g) os bens de interesse artístico, tais como: (i) quadros, pinturas e desenhos feitos inteiramente a mão sobre qualquer suporte e em qualquer material (com exclusão dos desenhos industriais e dos artigos manufaturados a mão); (ii) produções originais de arte estatutuária e de escultura em qualquer material; (iii) gravuras, estampas e litografias originais; (iv) conjuntos e montagens artísticas em qualquer material; h) manuscritos raros e incunábulo, livros, documentos e publicações antigos de interesse especial (histórico, artístico, científico, literário, etc.), isolados ou em coleções; i) selos postais, fiscais ou análogos, isolados ou em coleções; j) arquivos, inclusive os fonográficos, fotográficos e cinematográficos; k) peças de mobília de mais de cem anos e instrumentos musicais antigos (ONU, UNESCO, 1970).

Mediante avanço e fortalecimento de organizações internacionais, bem como o adensamento das relações interestatais, os esforços para proteção do patrimônio cultural atingiram papel importante na diplomacia cultural e escopo internacional, além da presença nos debates referentes à cultura e às vias do *soft power*, especialmente no que diz respeito à visão e engajamento de uma nação frente aos demais países. Nesse sentido, cabe salientar que as relações interestatais passaram do mero papel de política de boa vizinhança para afetar diretamente nas tomadas de decisões, alianças e intercâmbios entre os Estados-nações, o que se reafirma na formação de tratados bilaterais e multilaterais.²⁰

O campo de Relações Internacionais não se encontra particularmente interessado na abordagem voltada aos museus, paisagens e espaços culturais, ao passo que, por outro lado, se mostra meramente preocupado com “economia, assuntos militares, crimes, saúde, meio ambiente, terrorismo e assim por diante” (CHRISTOFOLETTI, 2017, p.18), como enfatizaram Christina Luke e Morag Kersel. Embora o patrimônio cultural ainda não marque proeminência na seara que intersecciona os campos da História e o das Relações Internacionais, essa conexão tem se apresentado cada vez mais assertiva e necessária. O universo internacionalista, por muito tempo, esteve inclinado para as temáticas que dizem respeito à economia, assuntos militares, questões de saúde, terrorismo, guerra e violência de uma forma mais geral. Na medida em que a noção de poder em Relações Internacionais vem adquirindo novas configurações, especialmente a partir da virada do século XX para o XXI, os assuntos ligados à cultura, ciência e educação assumiram nova denotação aos ideais de progresso e desenvolvimento de uma nação:

No fim do século XX, temas clássicos oriundos da predominância da corrente realista – como as discussões sobre polaridade do sistema internacional, equilíbrio de poder, segurança, entre outros – cederam espaço a novas linhagens teóricas, que multiplicaram suas produções intelectuais sobre os chamados novos temas das Relações Internacionais (VIGEVANI, 1994, p.45 apud CHRISTOFOLETTI, 2017, p.14).

Da discussão, os mecanismos e instrumentos destinados à salvaguarda patrimonial foram reestruturados, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, sob apoio e suporte de variadas nações, levando em conta que tal tendência de desenvolvimento da proteção do patrimônio cultural opera tanto no nível global quanto regional e nacional, como constatável a

²⁰ Os tratados bilaterais correspondem a acordos internacionais oficiais geralmente de cunho econômico ou político que envolvem o intercâmbio entre dois países e já os multilaterais se referem a acordos entre mais de dois países. Eles se reúnem para formar alianças e alinhar diretrizes em diversos campos: comércio de bens e serviços, questões ambientais, culturais, assuntos relacionados à saúde etc.

partir de publicações em veículos de imprensa latino-americanos como o Estado de Minas, *Clarín* e *El Universal* (CARDOSO L. E. A.; N. A. AGOSTINHO, 2021).

Apesar de a discussão acerca do patrimônio cultural ser inédita, nas últimas décadas, o tema proteção do patrimônio cultural intensificou-se tanto no âmbito internacional e regional quanto no âmbito doméstico, sendo explorado em diversas áreas, enquanto, por outro lado, o campo das Relações Internacionais ainda carece de informações aprofundadas relacionadas ao tema, ou seja, se encontra distante de conceder abertura ao assunto. Em determinados espaços acadêmicos das Relações Internacionais, a manifestação de diálogos que englobam políticas de preservação e salvaguarda de bens culturais, a chamada *heritage diplomacy* (diplomacia pelo patrimônio), bem como da gestão dos processos de manutenção e uso dos bens culturais enquanto instrumentos de *soft power* carece de aprofundamento, resultando, conseqüentemente, no efeito desproporcional à atenção dedicada aos estudos referentes ao *hard power* em detrimento de fontes que derivam do *soft power*. Deste modo, estudos que visam multifacetar as abordagens voltadas para o âmbito cultural entram na substancial tarefa de propiciar o estreitamento de fronteiras entre Relações Internacionais e bens culturais. Por conseguinte, cabe realçar o fato de que nem todos os elementos culturais se convertem em *soft power*, isto é, se caracterizam enquanto instrumentos de *soft power*, pois tudo é dependente do contexto. De acordo com Galdioli, para que aconteça o processo de transformação do produto cultural - popular ou sofisticado - em poder de atração (*soft power*) é necessário traduzir valores universais, no sentido de serem amplamente compartilhados pela comunidade internacional (GALDIOLI apud CHRISTOFOLETTI, 2017, p.15).

Contudo, as aproximações das últimas décadas entre as políticas de preservação e o campo de Relações Internacionais subdividiram-se em preocupações que ultrapassam o limite pela mera conservação de “pedra e cal” e seguiram para abordagens de temas mais extensivos como o debate acerca do tráfico ilícito de bens culturais e os desdobramentos que envolvem o processo de repatriação; as incidentes destruições de obras de artes e monumentos fomentadas por grupos étnicos e religiosos radicalizados; a ampliação de estudos que abordam a questão da imaterialidade do patrimônio; a participação de demais atores no processo de gestão dos patrimônios; a disseminação de pesquisas referentes a Estados-membros da Unesco e as estratégias utilizadas para seleção, recepção, adesão e salvaguarda de políticas direcionadas a patrimônios e a museus, bem como pesquisas relacionadas consideradas “estrangeiras”, decorrentes de efeitos de imigração ou até mesmo estudos sobre bens culturais de sociedades distintas. Toda essa pluralidade temática abre fronteiras para o diálogo entre o patrimônio cultural e as Relações Internacionais, com extensão a áreas correlatas, estimulando, inclusive,

a concretização de um grupo de estudos no qual sou integrante denominado: Patrimônio e Relações Internacionais. O grupo se encontra registrado no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenado pelo Professor Dr. Rodrigo Christofolletti, ele congrega acadêmicos especialmente das áreas de História e de Ciências Sociais, ao passo que o enfoque versa em contribuir para o avanço dessa agenda de pesquisas e intercâmbio entre estudiosos em nível nacional e internacional. Com início em meados de setembro de 2018 e ativo até o presente momento, as reuniões eram realizadas quinzenalmente no Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA) da UFJF. Contudo, os encontros tiveram que ser adaptados, tomando novos rumos devido à pandemia da *Covid-19*²¹ e migraram para a plataforma *online*. As discussões levantadas mediante as reuniões dimensionam um debate de riqueza atemporal ao passo que partem da leitura crítica de materiais sugeridos de acordo com cronograma de estudos elaborado pelo coordenador, de modo a trazer pertinentes colocações perante as apresentações dos integrantes, de sorte a elencar um amplo escopo de possibilidades que instiga os membros em seus distintos repertórios e trajetórias de aprendizado tais como estudantes e pesquisadores de graduação, mestrado e doutorado cujas experiências emergem das áreas da História, das Ciências Sociais e das Relações Internacionais.

A título de ilustração, as discussões já efetuadas basearam-se em produções autorais de nomes habituados às áreas, bem como Rodrigo Christofolletti, Robert Jackson e Georg Sorensen, Caio Martins Bugiato, Bernardo Futuro Rodrigues Hazan e Hendrik W. Ohnesorge, trazendo a possibilidade de diversificar o alcance do estudo. Hoje estendem-se, especialmente, em preencher as lacunas que se fazem presentes na caracterização do *soft power*, sobretudo a partir de novas propostas levantadas brilhantemente por Ohnesorge. O livro “Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do *Soft Power*”, sob organização de Christofolletti, ocupa a responsabilidade do papel de pioneirismo, abarcando um pluriverso de abordagens, preocupações e características inovadoras no âmbito da literatura brasileira, trazendo diversos autores e suas variadas concepções. Um ponto em comum, inclusive, entre essa obra e o livro de Hendrik W. Ohnesorge, “*Soft Power: The Forces of Attraction in International Relations*” (2020), se fundamenta por trazer visões que não se limitam e nem se findam pois vão além do horizonte, como na própria metáfora dos espelhos em que se realça o

²¹ A *Covid-19* é uma infecção respiratória aguda ocasionada pelo vírus *SARS-CoV-2* (o novo coronavírus) e veio a ser declarada e reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia em 11 de março de 2020.

campo das Relações Internacionais percorrendo a via do patrimônio cultural enquanto *soft power* nos últimos tempos (CHRISTOFOLETTI, 2017, p.15).

1.5 As percepções da memória além da sua materialização

O presente tópico se fundamenta na chave do patrimônio cultural enquanto *soft power* e caminha com os temas: identidade, coleção, memória e tradição a partir do pressuposto de que estabelecem uma interligação figurativa de uma grande malha constituindo um emaranhado de forças vitais, em referência a Tim Ingold em “Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais” (2012). Em síntese, o autor escreve sobre as forças vitais que regem o universo, destacando a perfeita correlação entre seres animados e inanimados, como o desgaste ocasional de um edifício representado pela rachadura, a aranha que resolve se acomodar e construir sua teia em uma quina da parede em sublime harmonia da natureza, como se fosse uma extensão da própria edificação. A seguir, estabelecem-se colocações motivadas pela necessidade da difusão de debates que incitem também a imaterialidade do patrimônio, visto que as perspectivas de proteção devem ter maior alcance ao invés de se limitarem somente aos de “pedra e cal”. A iniciativa parte especialmente pela desconsideração do legado patrimonial, nem sempre visto de modo positivo por parte do poder público, cujo efeito resulta em uma constante luta das comunidades desamparadas para preservar suas memórias e tradições.

Em associação às memórias doloridas, de luta e resistência, para início de debate e fins de contextualização, a memória mencionada no presente conteúdo opera em significado profundo, além da sua materialização, ou seja, vai além do que é possível sentir e ver através do toque físico ou da visão, experiências sensoriais. Arelado à memória, o ponto central é um assunto que ainda tem muito a se desenvolver embora, felizmente, venha se tornando cada vez mais debatido nas últimas décadas: a sustentação das noções de preservação e salvaguarda do patrimônio histórico-cultural. Observa-se que, teoricamente, o uso efetivo do poder brando e, portanto, a prosperidade de uma nação, está intrinsecamente relacionada a valores como identidade cultural, direitos humanos, controle e progresso nas áreas da ciência, saúde, educação, meio ambiente, tecnologia e oportunidades individuais; sendo estes interesses sedutores e que, em geral, ocupam prioridade na agenda de países desenvolvidos. No entanto, os valores atrativos podem se transformar rapidamente em repulsão caso estes sejam transmitidos de modo arrogante em contraponto à real mensagem que se deseja repassar. Neste ponto, constata-se que Gueraldi procurou traçar uma analogia com a credibilidade, em vista da

dificuldade em se construir e, por outro lado, a facilidade em desaparecer mediante o menor erro ou desvio (GUERALDI, 2006, p.66).

Adiante, a produção audiovisual “Uma Vida Iluminada”, sob direção de Liev Schreiber será elencada para abordar o tema coleção, a figura do colecionador, a tradição viva e os meios de memória, de modo a estabelecer conexões com o patrimônio e o *soft power*. O protagonista Jonathan (Elijah Wood) é um colecionador, ele se sobressai coletando objetos inéditos e lacrando-os em plásticos, como batata ou grilo vivo, como se fossem amostras a serem encaminhadas para estudo em laboratório, reforçando o propósito do colecionador na função de retirar as coisas de sua função/lugar habitual e levá-las para outro(a), o que resulta em sensação de distanciamento, pois retira-as de seus respectivos contextos e direciona-as a outros, construindo um “lugar de memórias”²² a partir de uma operação histórica. É válido salientar que essa noção de distanciamento no ato da coleção é fruto dessa operação histórica da Modernidade, pois retira-se o objeto de seu lugar habitual e direciona-o a outro, em um arranjo histórico-didático, na medida em que as coleções podem ser pequenas e individuais, como no caso de Jonathan, ou maiores, no âmbito de grandes instituições privadas ou públicas, museus e reconstruções históricas. No tocante à defesa desses locais públicos:

[...] Torna-se, cada vez mais, necessário, também, construir lugares públicos onde possa se demonstrar, de forma pacífica, os movimentos e embates existentes na construção deste novo mundo globalizado, do qual o burguês tanto se orgulha. Lugares que podem ser, inclusive, chamados de ‘lugares de memória’, de uma memória que está se construindo concomitantemente à ameaça cotidiana da sua dissolução. Lugares aonde esta nova sociedade se apresenta, se difunde, se populariza, enquanto se constrói. [...] Lugares públicos de pacificação, não à toa intitulados, também, de ‘arenas pacíficas do progresso’. Verdadeiras coleções, mais ou menos efêmeras, da Modernidade (OLENDER, 2012, p.160).

Nesse fragmento, Olender se refere às exposições universais do século XIX que são intituladas de lugares públicos de pacificação ou, em outras palavras, “arenas pacíficas do progresso”. A defesa desses locais públicos, além das exposições universais frisadas pelo próprio autor, também se estende aos museus e reconstruções históricas. É necessário salientar que os “lugares de memória” se configuram sempre como lugares de abismo, pois sofrem ameaça, ataque, desvalorização e, portanto, se encontram em risco (OLENDER, 2012).

Em “Algumas considerações sobre as coleções como ‘lugares de memória’ da Modernidade”, Olender inicia pontuando o contexto de uma mulher que coleciona areia em

²² A expressão “lugar de memória” foi cunhada pelo historiador francês Pierre Nora para se referir à construção histórica de locais físicos onde a memória social se ancora. São lugares funcionais, simbólicos e representativos de vontade de produzir memória, onde a memória coletiva se expressa e se revela.

frascos de vidros, destacando a comparação entre os vidros de areias e ampulhetas. Com posse de resquícios ou amostras de variadas origens, é como se a colecionadora carregasse um “pedacinho” de cada lugar. Com isso, abre-se espaço para as reflexões por trás da razão em colecionar frente ao sentido que os objetos dispostos nas estantes museológicas representam. Segundo Pierre Nora (1993), “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p.7-28). Entende-se por meios de memória quaisquer sinais de cultura e tradição de uma comunidade perpassados de geração em geração de modo que sejam fortes, atemporais e, sobretudo, presentes. A questão é que, a sociedade, temendo o esquecimento e, ciente da ausência dos meios de memória, se alinha à ideia da coleção e à ideia de tombamento do patrimônio, pois se faz necessário o reconhecimento oficial do valor e significado para preservação da história da comunidade, de um povo, de uma região, do Estado ou até mesmo, da humanidade. É necessária a aplicação de legislação específica em ordem de impedir que os bens, de significado atemporal, sejam destruídos, subtraídos ou descaracterizados, evitando assim, o empobrecimento cultural e a perda da identidade coletiva dos grupos sociais. Nessa perspectiva, o tradicionalista africano A. Hampaté Bâ (2010) em “A Tradição Viva” procura ilustrar assertivamente, como o próprio título indica, essa noção perene dos meios de memória, pois as tradições, as culturas, as histórias são mantidas vivas, sagradas e atravessam gerações. Nesta tradição oral, o mundo material e o mundo espiritual não estão dissociados, as palavras têm poder ao passo que não se fala “da boca para fora”, pois a fala é um agente sagrado. A cultura desse povo envolve uma “[...] presença particular no mundo, — um mundo concebido como um Todo onde as coisas se religam e interagem” (BÂ, 2010, p.169). Logo, distante de ser banal, a palavra é identificada como um “grande vetor de forças etéreas” e cumpre um peso quase que literal, com capacidade de criar a paz ou destruí-la em fração de segundos. Em suma, diante do conjunto documental investigado e descrito, o tradicionalista africano parece não fazer tamanho esforço para manter a tradição viva, visto que ela já é presente.

Isto posto, frente à incursão aos temas memória, tradição, simbolismo e coleção, elenca-se abordagens de modo a abarcar as diferentes nuances culturais a partir da chave do *soft power*. Identificando cultura enquanto sinônimo de poder, procura-se salientar seu sublime significado, papel e valor para os vários agrupamentos sociais, ao passo que os agentes responsáveis pelas medidas que implicam sua proteção, preservação e salvaguarda devem considerar o valor do respeito aliado à noção de que estão lidando com memórias de gerações passadas, do presente e das que ainda virão.

1.6 O potencial imbricado nos elementos de *soft power*

Elencam-se, em seguida, argumentos acerca da salvaguarda do patrimônio cultural e sua relevância para força, poder e estratégias geopolíticas de uma nação sob o prisma do *soft power*. Para discussão do tema vale trazer em evidência o texto de Olender “O afetivo efetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio” (2017). O autor introduz o debate a partir de uma necessidade e de um apelo, que se configura em reforçar o valor afetivo ligado à construção da identidade coletiva: “Este texto parte de uma necessidade e de um espanto. Necessidade de se precisar, e de se ressaltar, a efetiva importância do valor afetivo na identificação daquilo que deve ser preservado e, mesmo, no modo de fazê-lo” (OLENDER, 2017, p.321). Evidencia-se que o patrimônio histórico-cultural é uma categoria ampla, material e/ou imaterial, marca a história de gerações e engloba a arte, o monumento, o saber-fazer (receita culinária, artesanato etc.), edifícios históricos, ruínas, montanhas, artefatos de povos indígenas, músicas, igrejas, tradições, festividades, dentre outros (BISCHOFF, 2004).

Assim, o processo de tombamento de um patrimônio ocorre muitas vezes a partir de mobilização social da comunidade que se esforça para ter preservado o seu lugar de memórias, e ocorre por meio de um viés político, quando o elemento cumpre relevância histórica cultural e científica, bem como quando se caracteriza como instrumento de manutenção cultural de um povo aliado à formação identitária, ao passo que consolida riqueza cultural para os povos e toda a humanidade. Do contrário, silenciar ou mesmo apagar as marcas de existência dessas comunidades seria apagar também parte da trajetória desse povo que cresceu e viveu ali. Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o tombamento é o meio de proteção legal mais usual no Brasil e procura proteger: “[...] bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados” (IPHAN). Dessa forma, distorcer ou desconsiderar o movimento de proteção aos bens culturais de uma nação não condiz com uma boa e eficaz estratégia política de inovação, desenvolvimento, liberdade individual, cooperação, progresso, direitos humanos e construção identitária, como identificado nos países de primeiro mundo que buscam se alinhar a esses princípios e valores.

Esses debates se fazem necessários para reforçar a indispensabilidade de trazer o tema para primeiro plano da agenda política, bem como para evidenciar a urgência de se realçar a cooperação internacional e o reconhecimento do patrimônio cultural enquanto chave da memória coletiva, uma vez que se configura como uma ferramenta eficiente de proteção e salvaguarda dos bens culturais de um Estado. A respeito do conceito de “memória coletiva” já

mencionado previamente, utiliza-se como mote referencial o autor Maurice Halbwachs (2004), na medida em que o tema remete ao conjunto de lembranças relacionadas aos contextos sociais em que atuam. Para Halbwachs, as memórias não existem de modo isolado ou individual, pois são próprias do entorno social. Então, embora as pessoas tenham percepções singulares frente a uma ocasião em que vivenciaram juntas, em um passeio em grupo, por exemplo, a lembrança com teor significativo é sempre oriunda da percepção do todo e, portanto, coletiva, em consideração ao convívio em sociedade, com interferências do entorno social.

No tocante ao carnaval, é válido traçar uma análise de sua ligação com o patrimônio cultural brasileiro, lembrando que possui imenso valor afetivo para a população, atrai turistas estrangeiros, atrai atenção e significativa movimentação econômica. Ademais, é um evento demarcado pelo tradicionalismo e os brasileiros têm reconhecimento do quão valioso é. Frevo, Maracatu Nação, Maracatu de Baque Solto, Matrizes do Samba e Samba de Roda do Recôncavo Baiano são ritmos carnavalescos que se encontram dispostos nos livros de registros do Iphan. Em vista de seu potencial, os atores estatais possuem, “em mãos”, extraordinária oportunidade de investir nas festividades de dimensão internacional e usar estrategicamente o *soft power*, de modo a receber significativos resultados financeiros, históricos e culturais. A positividade e demonstração do povo alegre, cordial e divertido, bem como a pluralidade de cores, brilho, fantasias, ritmos e danças também contribuem para o estreitamento de laços com outros Estados, a fins de se efetivar oportunos acordos bilaterais. É responsabilidade dos agentes estatais zelar pela identidade cultural do país, pela preservação das formas de expressão, modos de criar, fazer e viver característicos do povo brasileiro. A tomada de decisão ocorre a partir do alinhamento às medidas legislativas internacionais ou na formulação de suas próprias. Além disso, a mobilização dos vários grupos sociais que constituem a nação cumpre papel relevante estando a par e lutando por aquilo que faz parte de suas histórias por direito já que, como evidenciado por Nora (1993), já não há mais meios de memória.

Encerra-se este primeiro capítulo com aprofundamento no tema de modo a pluralizá-lo e ilustrá-lo em diferentes colocações a fim de clarificar suas nuances, sentidos e atribuições. Até este ponto, o conteúdo corporificou o tema da pesquisa, bem como explorou seus objetivos, finalidade, delimitação e relevância do estudo, acentuando sua colaboração, especialmente para a comunidade científica, ao interseccionar as áreas da História, Relações Internacionais e correlatas. Para além disso, a temática do patrimônio cultural cumpre protagonismo nesta pesquisa na medida em que se alinha com o *soft power*, evidenciando a preocupação com sua rasa preponderância no campo internacionalista. A imersão teórica nas Relações Internacionais se inicia com as várias noções do poder descritas em ordem cronológica abarcando distintos

desdobramentos contextuais até a presente Era da Informação. Em suma, o poder se conecta com a percepção do patrimônio histórico-cultural enquanto identidade coletiva dos vários grupos sociais, com potencial de cumprir papel de instrumento de *soft power* para toda a humanidade, se aplicado com discernimento.

A partir de documentos oficiais do governo, o primeiro capítulo propôs-se a salientar o reconhecimento da cultura e do objeto de pesquisa pela política externa brasileira. Procurou-se abranger, sob um olhar mais atento, a ampla esfera cultural enquanto instrumento de *soft power*, adentrando no manejo da cultura pela política nacional e os órgãos políticos responsáveis por tal função, especialmente nos tópicos “O viés cultural na política externa brasileira”, “O potencial imbricado nos elementos de *soft power*” e “O patrimônio cultural enquanto *soft power*”. Ademais, os subtítulos “Poder e hegemonia nas Relações Internacionais” e “Paradigmas das Relações Internacionais” se encarregam de conceder abertura para a pluralidade de sentidos, noções e adaptações dos sentidos de poder na geopolítica em meio a diferentes circunstâncias históricas, ao passo que se desenvolve as teorias clássicas do campo das Relações Internacionais – realismo e liberalismo – a fim de se ampliar a abrangência da percepção sobre poder, traçando relação com o objeto de estudo. Na passagem “O patrimônio cultural enquanto *soft power*” abre-se espaço para discorrer acerca da relevância dos bens culturais de uma nação, como eles atuam como *soft power* e as medidas para preservação, proteção e salvaguarda. Destacaram-se nesse tópico o grupo de pesquisa Patrimônio e Relações Internacionais – CNPq e teóricos que se sobressaem como referências no assunto. Posteriormente, em “A percepção da memória além da sua materialização”, discorre-se sobre os valores abstratos e sentimentais na chave do patrimônio cultural enquanto *soft power*, de modo a perpassar pelos temas: identidade, coleção, memória, tradição e simbolismo. Para fechar o primeiro capítulo, “O potencial imbricado nos elementos de *soft power*” almeja elencar argumentos acerca da salvaguarda do patrimônio cultural e sua relevância para força, poder e estratégias geopolíticas de uma nação sob o prisma do *soft power*. Em sequência, no capítulo posterior, “Percurso ilustrativo do poder suave brasileiro”, verifica-se o clímax do trabalho. Perante o recorte temático, almeja-se mapear e fornecer as principais ocorrências do poder brando brasileiro e seus elementos mais representativos perante as diferentes esferas da tipificação do *soft power* em âmbito cultural segundo as mídias eletrônicas selecionadas neste período de vinte e um anos (1997-2018). Inicialmente, nele será recapitulada uma análise metodológica em teor mais abrangente a fim de se prosseguir para descrição de caráter mais minucioso, ao passo que serão descritas as experiências, interpretações de resultados, abordagem dos dados qualitativos e quantitativos, as tipificações do *soft power* em suas

respectivas áreas de incidências, desafios encontrados, erros nas ferramentas de busca, curiosidades e descobertas pertinentes, bem como as etapas de execução frente a cada um dos quatro acervos nesses dois anos e meio de pesquisa.

2 PERCURSO ILUSTRATIVO DO PODER SUAWE BRASILEIRO

O soft power é suficientemente coringa para se encaixar em variadas facetas.

(CHRISTOFOLETTI, 2021).

2.1 Metodologia: experiência frente aos acervos

No presente capítulo, serão apresentadas as distintas esferas da tipificação²³ do *soft power* segundo as mídias eletrônicas selecionadas neste período de vinte e um anos (1997-2018). Inicialmente, será recapitulada uma análise metodológica em teor mais abrangente a fim de se prosseguir para descrição de caráter mais minucioso, ao passo que serão mapeadas as principais ocorrências do poder brando brasileiro e seus elementos mais representativos em meio à descrição das experiências, interpretações de resultados, abordagem dos dados qualitativos e quantitativos, as tipificações do *soft power* em suas respectivas áreas de incidências, os desafios centrais, erros nas ferramentas de busca, curiosidades e descobertas consideradas pertinentes para o andamento da pesquisa, bem como as etapas de execução e peculiaridade de cada um dos quatro acervos.

A pesquisa tem como mote o âmbito doméstico e, às vezes, de alcance global, de modo que os conceitos se interconectam em ambas as esferas. O poder brando, conforme observado, usa ferramentas de persuasão em detrimento da coerção, como acontece no caso do poder bruto em estratégia para convencer os outros a desejarem o que você almeja. Os meios do *soft power* tendem, a partir de pressupostos sutis, que vão desde o patrimônio cultural, a música, a cinematografia, a religião, a culinária, a moda e o futebol, a oferecer uma visão ampliada acerca do reconhecimento do país. Por estes pressupostos, bem como a compreensão de que o *soft power*, por vezes, se caracteriza como um elemento de constituição de identidade nacional, aliada à escassez de conteúdo brasileiro que remeta ao objeto de estudo, a presente dissertação sugere que as notícias selecionadas nos jornais elencados evidenciam um rico manancial para a análise, aspecto que corrobora com a intersecção entre a História, a visão jornalística e as Relações Internacionais.

Os resultados desta pesquisa foram extraídos de um período de vinte e um anos (1997-2018) a partir dos acervos de jornais de grande circulação nacional: dois paulistas e dois cariocas — Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil,

²³ Apesar do amplo alcance e abrangência cultural do conceito de *soft power*, opta-se por fazer a subdivisão nestas tipificações no intuito de atender os fins metodológicos e de especificidade da pesquisa.

respectivamente. Os três primeiros jornais são provenientes da fonte privada, uma vez que é necessária a assinatura digital para o acesso ao conteúdo proposto. A partir da assinatura, para início de contextualização e sob um olhar inicialmente mais superficial, os jornais contam com filtros de busca altamente avançados nos quais se faz possível inserir a palavra-chave desejada — neste caso, *soft power* — bem como acompanhar visualmente por meio dos gráficos as ocorrências do termo ou expressão ao longo das décadas. É viável ressaltar que se opta, exclusivamente, por materiais que fazem menção literal ao *soft power*, desconsiderando suas possíveis variações ou temas correlatos como: “poder suave”, “poder brando”, “diplomacia cultural”, “relações internacionais” ou “patrimônio cultural”, que porventura poderiam ser úteis ao estudo, em razão da limitação temporal bem como da abrangência do que se é possível alcançar no período do mestrado.

No entanto, ainda que a investigação do patrimônio e outras esferas enquanto instrumentos de *soft power* na política externa brasileira seja um nicho específico e precisamente delineado em meios a esses acervos, o número de ocorrências somada às demais fontes da pesquisa permitem uma análise bem consolidada e substancial do que se pretende alcançar. Então, a partir da linguagem jornalística, como o país tem se articulado para utilização e mensuração do desempenho do *soft power* no âmbito do patrimônio cultural? E em que medida essa construção da boa imagem aparece nas reportagens?

Sendo a imprensa uma das fontes primárias presente na dissertação, destacam-se determinadas vantagens em comparação às demais fontes historiográficas como, por exemplo, o desafio da identificação/reconhecimento da caligrafia de textos documentais manuscritos. Ademais, o acesso aos dados não é via meio físico, ao passo que se dá através dos acervos dos jornais que se encontram dispostos em suas páginas oficiais na *internet*, bem como é possível pesquisar por palavras-chave, o que facilita o fluxo e direcionamento do que se é esperado na pesquisa. As contas foram ativadas e findadas logo após a coleta de todos os itens a partir de capturas de tela²⁴, processo que durou, em média, de dois a três meses para cada acervo, como será descrito mais adiante. Dada uma assinatura por vez, os quatro jornais contam com um filtro para busca geral de palavra ou termo chave, sendo possibilitada também, em alguns casos, a pesquisa específica com a consideração de todas as palavras, neste caso “*soft power*”, na medida em que necessariamente o que se encontra entre aspas seria levado em conta. No entanto, apesar dessas várias facilidades, sobressaem-se contratemplos e equívocos tecnológicos nesta etapa da

²⁴ Para tal fim foi utilizado o recurso *Print Screen*, presente no teclado da maioria dos computadores e *notebooks*.

coleta dos dados, como a alteração das palavras buscadas, erros de paginação e ilegibilidade do documento.

Os acervos trazem os resultados dispostos em formas de gráficos, propiciando maior praticidade na visualização quantitativa dos dados e a periodização adotada na pesquisa segue a mesma ideia de organização, por décadas: de 1990 a 1999, de 2000 a 2009 e de 2010 a 2019, de modo que os anos que não se alinham à baliza temporal do estudo (1997-2018) foram desconsiderados. O procedimento para coleta dos dados foi viabilizado a partir da captura de telas, página por página, que eram posteriormente “colados” e salvos no *software Paint*²⁵. Foram, em seguida agrupados em quatro pastas diferentes para cada acervo de modo que a nomeação dos arquivos, cuja extensão é *.png*, se deu majoritariamente por ordem cronológica a fim de se proporcionar maior praticidade nas buscas. Concluída a coleta, o tratamento dos dados prosseguiu de forma a mapear os detalhamentos das principais informações em relatórios e tabelas, de modo que as tabelas cumprem papel de síntese dos relatórios no intuito similar de propiciar um caráter mais funcional para o avanço da pesquisa. Sendo assim, foram elaborados no total, oito documentos *Word* em extensão *.docx* para o desenvolvimento de relatório e tabela para cada jornal, ao passo que os arquivos contam com as seguintes informações: data; título da reportagem; seção; paginação; área de incidência do *soft power* e breve resumo da reportagem (interpretação).

As áreas de incidência do *soft power* foram subdivididas em dezoito tipificações, a saber: A) política; B) cultura; C) economia; D) esporte; E) audiovisual; F) tecnologia; G) patrimônio cultural; H) moda; I) música; J) ajuda humanitária; K) imprensa; L) educação; M) animais; N) literatura; O) culinária; P) religião; Q) meio ambiente; R) e arquitetura.

As classificações nos vieses política e cultura tratam, majoritariamente, da ferramenta em uso mais generalizado e determinam as maiores quantidades de incidências nos quatro acervos. Observa-se, diante do total de 406 reportagens, o *soft power* sendo aplicado de modo superficial, geralmente no viés político como por exemplo uma reportagem cujo tema principal é estruturado frente ao objetivo do governo de ampliar o *soft power* do país. Já em outros casos, certas reportagens trazem o embasamento teórico do conceito, de modo mais aprofundado. À vista disso, a tabela abaixo visa indicar a análise quantitativa das reportagens por décadas.

²⁵ O *Paint* é um *software* do sistema operacional *Windows*, da *Microsoft Corporation*, que possibilita criação e edição de desenhos simples.

Tabela 1 – Quantidade de reportagens por décadas

Décadas	Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo	O Globo	Jornal do Brasil	Soma geral
1990-1999	-	4	1	-	5
2000-2009	64	15	12	20	111
2010-2019	132	62	95	1	290
Total	196	81	108	21	406

Fonte: de autoria própria (2022).

A soma geral é composta por 406 reportagens que contam com incidências do objeto de pesquisa, ao passo que o Folha de S. Paulo se classifica como o acervo mais numeroso, com 196 resultados, seguido de O Globo, com 108, O Estado de S. Paulo com 81 e o Jornal do Brasil, com apenas 21 resultados. Conforme previamente pontuado, seguindo a disposição dos quatro acervos, para fins de praticidade metodológica, procura-se manter o mapeamento das reportagens por décadas, descartando-se os anos que fogem à baliza temporal estipulada no presente estudo. Deste modo, na primeira década (1990-1999), foram analisadas as incidências de *soft power* nos três anos finais (1997, 1998 e 1999), em seguida todos os anos da segunda década foram considerados (2000-2009) e, por fim, na terceira década o ano de 2019 foi descartado e, portanto, o período contabilizado foi de 2010 a 2018. Verifica-se na tabela 1 uma condição de escassez de resultados nos três anos que compreendem a primeira década, visto que na soma geral identificam-se somente cinco reportagens que contam com incidências do termo *soft power*: quatro do jornal O Estado de S. Paulo e uma do jornal O Globo. Uma possível explicação para a escassez de resultados destes três primeiros anos (1997-1999) que compreendem a primeira década do recorte temporal, além de a mídia nacional não abranger números significativos, seria a de que o *soft power* é um conceito relativamente recente na história das Relações Internacionais na medida em que foi espreado a partir da década de 1990.

Adiante, com base em uma investigação de nível qualitativa, a tabela ilustra as dezoito tipificações do objeto de estudo empregadas por tais jornais e as respectivas somas gerais. Nota-se o ineditismo da tipificação “patrimônio cultural” marcando presença em somente duas ocorrências diante de um total de 406 incidências, ambas expostas em um mesmo acervo: o Estado de S. Paulo. Logo, diante deste total de 406 resultados, somente duas fornecem certa visibilidade ao tema. Vale reforçar a tipificação “política” como sendo a mais numerosa, com a soma geral alcançando a contagem de 223 reportagens em meio aos conteúdos que contam com contextos mais genéricos de uso do *soft power*. Em seguida, com decréscimo significativo, a segunda tipificação mais numerosa é “cultura”, com 51 incidências, cuja temática também

envolve os usos mais genéricos do conceito como, por exemplo, em uma matéria em que se relata a necessidade de se lançar um olhar mais cuidadoso à diversidade cultural no país no intuito de melhorar a imagem e percepção nacional frente aos demais países.

Tabela 2 – Dados quantitativos acerca das tipificações do *soft power*

Tipificações	Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo	O Globo	Jornal do Brasil	Soma Geral
política	111	47	53	12	223
cultura	21	7	19	4	51
economia	10	5	2	-	17
esporte	9	3	16	-	28
audiovisual	7	5	4	-	16
tecnologia	3	3	2	-	8
patrimônio cultural	-	2	-	-	2
moda	7	1	2	-	10
música	3	1	3	-	7
ajuda humanitária	7	1	1	3	12
imprensa	6	-	1	-	7
educação	1	-	1	-	2
animais	1	-	-	-	1
literatura	3	-	1	-	4
culinária	3	-	1	-	4
religião	1	-	-	-	1
meio ambiente	2	-	1	-	3
arquitetura	1	-	-	-	1

Fonte: de autoria própria (2022).

2.2 Folha de S. Paulo

Este é o jornal que viabiliza o maior número de resultados para a pesquisa. Dos 196 resultados do Folha de S. Paulo, todos trazem ocorrências literais de *soft power*, o que caracteriza a eficácia da ferramenta de busca do jornal em detrimento do Estadão, que expôs casos em que o termo não é útil para o escopo da pesquisa como “*Software*” ou “*Academia Go Power*”. Por outro lado, um ponto negativo do jornal é o fato de ele não trazer a palavra-chave destacada²⁶. Em vista disso, o processo de interpretação textual foi prejudicado e,

²⁶ O destaque em questão se refere ao realce do texto que, no *Microsoft Word*, por exemplo, é proporcionado pela ferramenta realçar, que permite destacar diferentes palavras ou caracteres em um texto.

consequentemente, se tornava mais lento ao passo em que havia maior praticidade na leitura inicial do trecho onde se encontrava o “*soft power*” para fins de identificação imediata da nuance do conceito. Feito isto, o texto era lido em sua integralidade objetivando o detalhamento das principais informações do que é descrito na reportagem. Com acervo *online* que engloba edições desde 1921, o Folha de S. Paulo conta com incidências de editores que escrevem sobre o *soft power* como Nizan Guanaes, Patrícia Campos Mello, Igor Giellow e Nelson de Sá. Os dados de 1997 até 2017 já haviam sido coletados em razão do trabalho anterior²⁷, o que motivou a iniciativa de ordenar a apresentação dos dados para a função “da mais recente para a mais antiga”, presente no próprio acervo, o que foi demasiadamente positivo para o andamento da composição do banco de dados.

2.3 O Estado de S. Paulo (Estadão)

Com edições disponíveis na *internet* desde 1875, O Estado de S. Paulo traz a palavra-chave destacada e dispõe de um recurso de exibição da página em miniatura, o que foi positivo no momento da coleta dos dados na medida em que era possível ter um determinado controle de páginas e imagens que estavam sendo armazenadas. O termo *soft power* foi digitado no campo de busca geral do acervo. Posteriormente, na opção de busca avançada as lacunas foram preenchidas de acordo com o que era solicitado, de modo que o *site* foi direcionado a buscar páginas que contenham a frase exata “*soft power*”, bem como a considerar todas as palavras. No entanto, o acervo trouxe ocorrências que não são úteis para a pesquisa, levando em conta as palavras separadas, por exemplo, mapeando páginas com ocorrências de conteúdos distintos, como: “*Power Point*”, “*Go Soft*”, “*Software*”, “*Microsoft*”, “*Power Rangers*”, “*Soft Skills*”, etc.

Além dessa constatação de que o filtro do Estadão não possui uma minúcia de busca tão refinada, notou-se que o resultado descrito no gráfico do *site* foi de 1465 ocorrências, de 1875 a 2010 e, mais abaixo, o acervo apresentou o mesmo número de ocorrências entre 1900 e 2020, em meio às 147 páginas de resultados a serem analisadas uma a uma. O maior desafio foi a tentativa de seguir a ordem dos resultados página a página visto que elas trocavam de posição e o número de resultados também eram intercambiáveis. O recurso utilizado para driblar tal questão foi a opção de selecionar qual página se almeja, sempre tendo um controle externo, procurando anotar todas as páginas e datas. Ainda assim, alguns resultados estavam repetidos

²⁷ Duas décadas de *soft power* na mídia eletrônica brasileira (1997-2017). Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas (2018). Disponível em: <https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/LARA-ELISSA-ANDRADE-CARDOSO.pdf>.

e a medida utilizada envolvia identificar tais repetições e descartá-las. Alcançando-se um resultado de 81 reportagens, predominaram-se também divergências entre a descrição da identificação da página e das informações descritas no topo do próprio documento como a edição de 21 de setembro de 2008, que apresenta paginações diferentes (página 23 e página 24) e a edição de 14 de março de 2012 que não pôde ser contabilizada em função de estar ilegível e, portanto, com a leitura comprometida.

2.4 O Globo

Na opção acervo do *website*, a pesquisa se direcionou por “*soft power*” no campo de busca geral e, posteriormente, o termo foi digitado no campo destinado à frase exata a fim de se refazer a busca, solicitando-se que os resultados se evidenciem dispostos em ordem cronológica para tornar mais prática a coleta dos dados por décadas. Em contraste ao Estado de S. Paulo que também permite a busca por expressão ou frase exata, a ferramenta de busca do jornal O Globo se apresentou mais acurada por não contabilizar erros de ocorrências como “*Software*”, “*Power Point*” ou “*Academia Soft Power*”, o que é uma forte vantagem na medida em que o acervo não traz a palavra-chave destacada. Uma vez que a totalidade dos 108 dados se referia exatamente à *soft power*, todos foram tratados com a devida cautela na etapa da interpretação do texto da reportagem. Com acesso digital às edições desde 1925, o jornal conta com a opção de coletar os resultados das páginas digitalizadas na medida em que apresenta o resultado da página completa e daquele dia específico. Em referência a alguns pontos que vale a pena o destaque, há determinadas colunas no jornal O Globo que trazem três palavras-chave da reportagem, o que torna ainda mais viável o processo analítico. Como acontece nas outras mídias, notou-se repetição dos mesmos editores em reportagens distintas embora também uma série de autores/editores e sessões não identificadas. Quando casos semelhantes aconteceram, o espaço dos relatórios e tabelas dedicados a estes campos foram preenchidos com “seção não identificada” ou “autoria não identificada”. Por fim, a edição de 29 de janeiro de 2009 se encontra ilegível e a medida de salvá-la em uma alternativa de extensão possibilitada pelo acervo, no caso, em *.pdf*, corrigiu o problema parcialmente.

2.5 Jornal do Brasil (JB)

O Jornal do Brasil tem um diferencial se comparado às demais imprensas selecionadas pois saiu de circulação. O acervo digital disponível na *internet* data de 1891 à 2010, logo,

finalizando as atividades oito anos antes do final da baliza temporal demarcada na presente pesquisa. No entanto, todo o seu conteúdo se encontra disponível digitalmente na página da Biblioteca Digital Brasileira. Além deste diferencial, não é necessário, como ocorre nos outros três jornais, efetuar uma conta com assinatura para acesso ao acervo do JB. Vale mencionar que a inclusão do Jornal do Brasil na pesquisa se deu um pouco mais tarde, mais precisamente em 18 de fevereiro de 2022, quando o banco de dados já estava completo e relatórios e tabelas já preenchidos. Posto isto, a iniciativa de incluí-lo seria justificada pela pretensão de ampliar a abrangência do estudo de modo a abarcar dois paulistas: Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo e os outros dois cariocas: O Globo e Jornal do Brasil, com base na expressiva representatividade e alcance nacional da imprensa da região Sudeste. O Jornal do Brasil possui filtro de busca acurado assim como O Globo e Folha de S. Paulo, com a possibilidade de procurar pelo termo exato entre aspas. Com o menor número de contribuição de conteúdo, ao todo, 21, o JB conta com a maior parte das páginas cuja autoria dos textos se apresenta como “*Project Syndicate*” e, do total dessas 21, evidenciam-se 4 repetições.

Na tabela 3, os realces em cores distintas foram utilizados no intuito de facilitar a identificação das tipificações, de modo que cada uma é demarcada por uma coloração específica. Os números que antecedem as datas correspondem à soma por década, e após o ponto final, à contagem geral do acervo. Caso algum dos tópicos não seja informado na página da edição, será evidente nas tabelas e relatórios como “seção não identificada” ou “autoria não identificada”. Ademais, há o indicativo de descartar em casos de erro do *website*, ilegibilidade e quando eventualmente a ocorrência do conceito não for útil para o presente estudo. Em contraponto aos demais acervos, o Estadão se diferencia por ser o único a trazer a aplicação do *soft power* na esfera do patrimônio cultural, em duas ocorrências. Então, do total de 406 reportagens dos quatro jornais, se fazem evidentes somente duas passagens em que o tema patrimônio cultural é mencionado, dentre as oitenta e uma coletadas em meio a essa baliza temporal dos vinte e um anos (1997-2018). Mais adiante, as análises se dispõem com mais detalhes. O jornal em questão, sendo inclusive uma característica que se estende aos outros, aponta o maior número de incidências do *soft power* no viés político, quarenta e sete reportagens, e segue em ordem decrescente para sete ocorrências na área cultural e assim por diante, abarcando os vieses política, cultura, economia, esporte, audiovisual, tecnologia, patrimônio cultural, moda, música e ajuda humanitária.

Neste presente capítulo, as tabelas se inserem enquanto um recurso dinâmico de disposição visual na medida em que viabiliza a análise da quantificação das incidências e períodos que mais utilizaram e fizeram bom proveito do tal recurso segundo a imprensa. Em suma, nesse segundo capítulo, recapitula-se a análise metodológica inicialmente em teor mais abrangente com direcionamento para descrição em caráter mais minucioso, ao passo em que foram descritas as experiências, interpretações de resultados, abordagem qualitativa e quantitativa dos dados, as tipificações do *soft power* em suas respectivas áreas de incidências, desafios encontrados, erros nas ferramentas de busca, curiosidades e descobertas, bem como as etapas de execução frente a cada um dos quatro acervos nesses dois anos e meio de pesquisa.

2.6 Tabela O Estado de S. Paulo

Adiante, vale ilustrar com uma das tabelas elaboradas ao longo desta pesquisa. A tabela 3 se refere ao acervo do jornal O Estado de S. Paulo e, assim como as outras, reúne as principais informações que viabilizaram o andamento deste estudo, dentre elas: data, autor, título, página, seção, área de incidência do *soft power* e um breve resumo sobre o assunto retratado na reportagem. Foram mapeadas, entre as décadas de 1990 e 1999, 4 ocorrências de *soft power*, 15 ocorrências entre 2000 e 2009 e, por fim, 62 entre 2010 e 2019, totalizando as 81 ocorrências. Cabe ressaltar que, apesar de os resultados estarem organizados por décadas, não se encontram necessariamente em ordem cronológica em vista da instabilidade da ferramenta de busca do acervo. Nesse sentido, a coleta dos dados seguia de modo a “capturá-los” na ordem em que se apresentavam na tela e foram, portanto, estruturados dessa forma.

Tabela 3 – Acervo O Estado de S. Paulo

Entre 1990 e 1999: 4 ocorrências

Data	Autor	Título	P.	Seção	Área de incidência do <i>Soft Power</i>	Resumo
1- 10/10/1998	Celso Lafer	FHC, presidente e intelectual	2	A2	Política	Sobre um livro depoimento-entrevista de Roberto Pompeu de Toledo à FHC. O <i>soft power</i> foi mencionado no viés político, quando se relatou sobre o alcance de sua diplomacia presidencial, bem como da credibilidade e confiabilidade das políticas públicas no país, cabendo destaque para o tema da estabilidade da moeda.
2- 19/02/1999		Academia <i>Soft Power</i> (descartar).	-	-	-	-
3- 03/11/1999		Academia <i>Soft Power</i> (descartar).	-	-	-	-
4- 16/11/1999		Academia <i>Soft Power</i> (descartar).	-	-	-	-

Entre 2000 e 2009: 15 ocorrências

1.5- 25/01/2003	Sonia Racy	Arte e cultura em Davos	23	B2 Econo mia	Cultura	Sobre o evento do “ <i>World Economic Forum de Davos</i> ”, que reuniu representantes do meio artístico de vários países tendo como moderador o ator Ron Silver no encontro intitulado “Arte e Diplomacia em Tempos de Crise”. O <i>soft power</i> foi mencionado por Silver em destaque às culturas e iniciativas artísticas.
2.6- 20/04/2003	Celso Lafer	Consequências da guerra do Iraque	2	A2 Espaço aberto	Política	O editor, com embasamento em Thomas Hobbes e as noções de poder, propõe medidas de cautela e prudência frente a posição dos EUA com a guerra no Iraque. A reportagem pontua a erosão do <i>soft power</i> estadunidense resultante do seu exercício de <i>hard power</i> .
3.7- 21/05/2006	Roberto Lameirinhas	Diplomacia movida a petróleo – Com óleo em alta, Chávez desbanca Lula como líder esquerdista e intensifica ofensiva externa	21	A22 Interna cional (Venez uela)	Política	Lameirinhas discorre acerca do prestígio da política externa do ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez, de um lado, e de outro, o declínio político em nível local, visto que faltava investimentos no país. O <i>soft power</i> é mencionado por Celso Lafer no sentido de que a Venezuela se encontrava em disputa com o Brasil por protagonismo na América Latina. De acordo com Lafer, “Chávez usa o hard power dos petrodólares e o soft power da ideologia revolucionária e anti-imperialista para minar a pretensão de liderança de Lula na América Latina”.

4.8- 04/02/2007	Fernando Henrique Cardoso	Desequilíbrio de poder	2	A2 Espaço Aberto	Política	O autor cita o <i>soft power</i> enquanto relata o episódio da hegemonia estadunidense pós queda do muro de Berlim, que durou pouco: “[...] Desde Reagan, com exceção de Clinton, prevaleceu a ideia de que o investimento em <i>soft power</i> era sinal de fraqueza. A diretriz passou a ser a construção de forças armadas capazes de assegurar militarmente, em todo o globo, os interesses norte-americanos”.
5.9- 18/11/2007	Celso Lafer	Rui em Haia, cem anos	2	A2 Espaço aberto	Política	Sobre o papel proeminente de Rui Barbosa na II Conferência de Paz de Haia, de junho a outubro de 1907. No caso brasileiro, a delegação foi chefiada por Rui e buscou-se a afirmação do papel positivo da paz na vida internacional. O <i>soft power</i> foi evidenciado na medida em que Rui antecipou os efeitos da interdependência e o tema na dinâmica de funcionamento do sistema internacional.
6.10- 02/03/2008	Hans Küng	Hora de mudança. Radical. A guerra dos EUA contra o terror levou ao terror das guerras. O próximo presidente terá de reconciliar o país com o mundo	22 3	J3 Aliás	Política	Sobre os desafios do sucessor do presidente estadunidense George W. Bush. De acordo com Küng, o mundo não precisa de mais um presidente da guerra, ao passo que os EUA precisam, na verdade, de um presidente que restaure a credibilidade moral e a política do país. Dentre outras emergências, o(a) sucessor(a) de Bush deveria aplicar a mesma estratégia do <i>soft power</i> contra o Irã.
7.11- 21/09/2008	Susilo B. Yudhoyono	Corrida armamentista desvia foco dos temas atuais: energia, segurança	23	A24 Internacional	Política	O editor escreveu o artigo para o “ <i>International Herald Tribune</i> ”. Nesse artigo, ele ressalta que o total dos gastos

		alimentar e ambiente – 'Não podemos permitir uma nova Guerra Fria'				militares mundiais cresceu rapidamente nos últimos anos, o que acabou desviando o foco de assuntos atuais e relevantes daquele momento como energia, segurança alimentar e meio ambiente.
8.12- 30/11/2008	Lourdes Sola	O desafio americano	2	A2 Espaço Aberto	Economia	A editora expõe sua posição acerca de crises econômicas mundiais e expõe suposições acerca das medidas a serem adotadas pelos EUA com a eleição de Barack Obama. O <i>soft power</i> é mencionado no ponto em que ela se refere sobre o modo de fazer política norte-americano bem como a democracia lado a lado ao seu arsenal de <i>soft power</i> , de modo que os conceitos aparecem interligados.
9.13- 07/12/2008	Lúcia Guimarães	A volta do soft power – Para melhorar a imagem externa americana e enfrentar a crise econômica global, dá-lhe diplomacia, Obama!	21 5	J6 Aliás	Política	A tentativa de melhora na imagem externa dos EUA por parte do governo Obama após o impacto do ataque terrorista em Mumbai. Ele opera esse trabalho a partir do aumento de funcionários no serviço diplomático, apresentando seus nomeados para o que chamou de “time da segurança”, “numa demonstração inequívoca de investimento no soft power”.
10.14- 26/01/2009 p.7	Wilson Tosta	Analistas veem maior poderio militar – Compras recentes devem equiparar capacidade à de países como Espanha e Itália, levando a maior protagonismo	7	A7 Nacion al	Política	O termo aparece a partir de uma observação do descompasso brasileiro entre seu <i>soft power</i> e sua capacidade militar.

11.15- 26/01/2009 p.28	Luiz Zanin Oricchio	Dois filmes para enterrar a era Bush. Documentários com denúncias sobre abusos na política externa dos Estados Unidos são lançados simultaneamente	28	D3 Cadern o 2	Política	O editor tece observações sobre dois filmes (documentários) que fazem alusão à Era Bush: “Um Táxi para a Escuridão”, de Alex Gibney e “Novo Século Americano”, de Massimo Mazzucco. O <i>soft power</i> é mencionado ao final, discorrendo acerca do propósito norte-americano de dominação mundial, propósito este que talvez oscile entre o <i>hard</i> e o <i>soft power</i> anunciado por Obama, que não foi extinto com o fim da era Bush.
12.16- 29/03/2009	Laura Greenhalgh	O futuro, nos dois lados do Rio Grande. Há um presságio de melhor entendimento entre México e EUA, na violenta fronteira que separa o grande cartel da droga e o império das armas, diz Krauze	19 1	J5 Aliás	Política	Entrevista com Enrique Krauze. Nessa entrevista, ele discorreu acerca das declarações da secretária de Estado Hillary Clinton sobre a expansão e violência do narcotráfico. Krauze alegou que já estava na hora de, finalmente, sentirem o <i>soft power</i> do governo Obama.
13.17- 17/05/2009 p.2	Celso Lafer	O Brasil e a Direção Geral da Unesco	2	A2 Espaço Aberto	Política	Celso Lafer escreve sua posição acerca da candidatura brasileira à Direção-Geral da Unesco. Sobre o candidato egípcio Hosni Farouk, apoiado pelo Itamaraty, segundo Lafer, sua admissão é um desserviço ao multilateralismo, é um erro diplomático e mina a credibilidade do <i>soft power</i> internacional do Brasil.
		Excepcionalismo 2.0 e 1.0. A ideia de que os EUA são				Acerca do excepcionalismo do governo Obama, o qual classifica 2.0. Para ele, o líder

14.18- 17/05/2009 p.194	Mac Margolis	superiores vem do berço da nação. Já o Brasil não se compromete com a sua própria importância	19 4	J3 Aliás	Política	carismático Obama é “O CARA”, enquanto Lula é o “O CARA DO CARA” ou então, o “SUBCARA”. Mas seria o Brasil uma nação excepcional também? Não dá para falar sobre o futuro das Américas sem avaliar o outro gigante do hemisfério; fala-se muito de <i>soft power</i> .
15.19- 30/08/2009	-	Sistema <i>Go Soft e Power Point</i> (descartar).	-	-	-	-

Entre 2010 e 2019: 62 ocorrências

1.20- 05/10/2018	Fernando Gabeira	Uma campanha à deriva no mundo	2	A2 Espaço Aberto	Política	O autor retrata basicamente a política externa nacional, que não deve, necessariamente, tender para uma visão partidária. O <i>soft power</i> se refere ao governo Obama e suas estratégias no tocante ao tema.
2.21- 08/02/2011	Rubens Barbosa	Um lugar na mesa principal	2	A2 Espaço Aberto	Política	Foi proposto ao editor o debate correspondente à chance de o Brasil ocupar um lugar na mesa principal no processo decisório mundial, ou seja, o tema recorre ao reconhecimento do peso político que o Brasil passou a desfrutar nos últimos anos. Barbosa respondeu afirmativamente, dentro de uma visão de médio e longo prazo, procurando demonstrar que o Brasil pode assumir essa posição de destaque.
3.22- 10/08/2017	Paulo Sotero	Brasil ganha respeito com diplomacia judicial	2	A2 Espaço aberto	Política	Paulo Sotero escreve a ascensão do Brasil em relação ao combate ao crime transnacional. Como exemplo, citou a ação positiva da operação Lava Jato. O editor realçou que, talvez, por se tratar de fatos recentes, os dados não foram contabilizados na consultoria britânica <i>Portland</i> no estudo <i>Soft Power 30</i> .
4.23- 11/12/2012	Rubens Barbosa	A identidade brasileira no exterior	2	A2 Espaço aberto	Política	Fatores como a rápida expansão do mercado doméstico, a diminuição de desigualdades e a inclusão de mais de 40 milhões de brasileiros na classe média fizeram com que o Brasil alcançasse uma inédita projeção externa.

						Sobre o conceito, Barbosa defende a união de <i>soft</i> com <i>hard power</i> a fim de que a política externa esteja em defesa do interesse nacional.
5.24- 14/03/2012	Roberto Simon	‘Episódio é desastroso para imagem dos EUA’. Apoio da população local definirá o lado vencedor da guerra do Afeganistão, diz professor que criou o conceito de ‘soft power’	10	A10 Internacional	Política	É apresentada uma entrevista com o cientista político estadunidense Joseph Nye. O assunto gira em torno da guerra no Afeganistão, a interferência dos EUA nela e o que isso implica para o país. Nye conclui assertivamente que o cenário foi absolutamente desastroso para o <i>soft power</i> dos EUA, visto que essa perda representa um enorme prejuízo.
6.25- 18/03/2011	Fernando Gabeira	Obama no Brasil	2	A2 Espaço Aberto	Cultura	Ressalta-se que a vinda de Barack Obama no Brasil pode ser histórica. Ao longo do texto, acentua-se o que se pretende dizer com “histórica” e são apontadas algumas aproximações entre Brasil e EUA. O <i>soft power</i> é mencionado quando se aponta sua prática pelo governo estadunidense. O Brasil também exercita o <i>soft power</i> e, como exemplo, foi citado o filme Orfeu, que emocionou a mãe de Obama, e conta com expressivos componentes brasileiros como a música de Tom Jobim e Vinícius de Moraes.
7.26- 19/11/2012	Antonio Gonçalves Filho	Cultura de massa na era digital. Pesquisador francês encerra 8ª Fliporto, em Olinda, abordando a guerra mundial das mídias	35	D7 Caderno 2. Literatu	Cultura	O <i>soft power</i> é mencionado em vários pontos do texto. Ao discorrer acerca do <i>soft power</i> , o ensaísta francês Frédéric Martel realçou ainda a possibilidade de quebra de códigos de censura, citando o caso do beijo entre casais

				ra. Feira		homoafetivos em telenovelas da emissora Rede Globo. Ao falar acerca do mundo digital, o francês destacou que é real e irreversível e, o <i>soft power</i> , “[...] é mais eficaz que o antigo poder por meio da coerção (militar)”.
8.27- 20/04/2016	Pedro da Motta Veiga; Sandra Polónia Rios	A política externa do PT – hora do balanço	24	B2 Econo mia	Política	Os editores analisam o cenário que acompanhou a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, com destaque ao governo Lula. O <i>soft power</i> é mencionado em referência à política externa: “Ao fim do governo Lula, o Brasil ganhara prestígio e acumulara recursos de soft power no cenário internacional. No entanto, mais além dos ganhos de reputação e de soft power acumulado, os resultados foram muito menos expressivos – sobretudo na dimensão econômica”.
9.28- 25/10/2016	Rubens Barbosa	Base militar russa na Venezuela	2	A2 Espaço aberto	Política	Acerca da pretensão russa de montar uma base aeronaval ou um centro de apoio técnico para navios e aviões de ataque em missão de longa distância no litoral caribenho da Venezuela. Segundo Barbosa, “é inaceitável para o Brasil haver bases militares de potência extrarregional em nosso entorno de paz e cooperação”. Evidencia-se, também, a opção do Brasil pela combinação entre o <i>hard power</i> (força militar) e o <i>soft power</i> (persuasão diplomática), “dosados segundo

						uma apreciação equilibrada da real capacidade dos países”.
10.29-26/08/2012 p.3	Laércio Zanini	Um prego no caixão do Mercosul	3	A3 Notas & Informações	Política	Laércio Zanini considerou <i>soft power</i> o investimento do governo brasileiro na África. Zanini acentuou que desde a gestão de Lula, o governo orgulha-se de ter ampliado a presença diplomática no exterior, com ênfase na África.
11.30-27/08/2013	Rubens Barbosa	Reforços para o ‘soft power’ brasileiro	2	A2 Espaço aberto	Economia	A reportagem reúne dados que representam o investimento do Brasil em <i>soft power</i> , episódios em que prestou apoio financeiro, de forma bilateral ou multilateral, para países da África e da América Latina (países em desenvolvimento).
12.31-28/08/2018	Luiz Olavo Baptista	Braxit - integração ou ‘entreganação’?	2	A2 Espaço aberto	Economia	Fala-se em <i>Braxit</i> , a possível saída do Brasil do Mercado Comum do Sul (Mercosul), e acentua-se que a simples saída do bloco pode ser tão problemática como a que se verificou no <i>Brexit</i> – a saída do Reino Unido da União Europeia.
13.32-28/10/2013	Lourival Sant’Anna	‘O extremismo na África preocupa o governo americano’. Diplomata fala sobre o futuro das operações militares americanas e sobre o esforço para extinguir conflitos antigos	10	A10 Internacional	Política	Trata-se de uma entrevista com a diplomata Amanda Dory, vice-secretária assistente para África do Departamento de Defesa dos EUA. O <i>soft power</i> é exposto em combinação com o <i>hard power</i> .

14.33- 29/06/2018	Fernando Gabeira	Uma janela para o mundo	2	A2 Espaço aberto	Esporte	Sobre o papel do Brasil no mundo. São mencionados os problemas como violência urbana, corrupção, peripécias da eleição e o tema da recepção dos refugiados. O <i>soft power</i> é aludido quando se retrata do futebol e sua aclamação no Haiti.
16.35- 30/01/2017	Lúcia Guimarães	Leninismo de direita	36	C6 Cadern o 2	Cultura	Sobre diversidade nos EUA. A autora escreveu que “tribunais são o novo território onde será travada a disputa entre constitucionalistas e os que pregam o leninismo de direita”. O <i>soft power</i> é referenciado na continuação de sua fala: “mas o chamado soft power norte-americano, que sofreu grande desgaste com a tragédia do Iraque, dificilmente sai intacto deste momento. Cultura e valores são integrais ao exercício do poder sem usar força [...]”.
17.36- 30/09/2014	Flavia Guerra	Edital dá R\$22 mi ao cine independente. Programa de incentivo à produção autoral na ficção e no documentário será lançado hoje à noite, na Cinemateca	48	C5 Política - Cultura 1	Audiovisual	A reportagem gira em torno do investimento de R\$22 milhões para produções audiovisuais brasileiras por parte do Ministério da Cultura. A ex-ministra da cultura Marta Suplicy descreveu a ação como mais um dos exercícios de <i>soft power</i> brasileiro.
18.37- 21/02/2010	Cláudia Trevisan	‘China não está pronta para ser potência’. Entrevista David Shambaugh: especialista em temas chineses.	19	A20 Internacional	Cultura	David Shambaugh traz argumentos a fim de sustentar a noção de que a China não está preparada para desempenhar o papel de potência global, ainda que entre as maiores economias do mundo.

						O <i>soft power</i> surge no momento em que o entrevistado alegou que a área cultural é virtualmente inexistente na China.
19.38- 20/06/2010	Celso Lafer	Diplomacia brasileira, novas variações críticas	2	A2 Espaço aberto	Política	O autor aponta críticas voltadas para a política externa do governo Lula. Em suma, os críticos levantam a pauta de que “a diplomacia brasileira está optando pelo inefável do prestígio em detrimento da realidade dos resultados”. Dentre uma série de aspectos mencionados, o autor destacou a desconsideração de valores e a consequente descapitalização do legado do <i>soft power</i> brasileiro.
20.39- 25/07/2010	Simon Tisdall	Inveja de Vênus. Europa e EUA vão precisar mais e mais um do outro. Eis um casamento tempestuoso	20 7	J3 Aliás	Política	O texto coloca frente a frente o embate entre EUA e o continente Europeu. O <i>soft power</i> europeu, de modelo coletivista, é mencionado em contraponto ao <i>hard power</i> americano, relacionado à esfera militar.
21.40- 02/10/2010	Rodrigo Cavalheiro	O melhor da internet	35	A36 Internacional. Websfe ra	Política	Acerca da disseminação da legitimidade do governo iraniano, de Mahmoud Ahmadinejad, no hemisfério Ocidental por um canal espanhol. A estratégia visa usar o chamado <i>soft power</i> contra “a mídia hostil ocidental”.
22.41- 09/08/2010	Gabriel Manzano	Desafios...? (o restante está ilegível.) O Brasil acertou ao ajudar a reconstrução do Haiti, mas seu peso no mundo é fruto de uma rota virtuosa de 16	57	H10 Especia l	Política	Entrevista sobre a política externa brasileira com a professora Maria Hermínia Tavares, diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP. O país apostou no <i>soft power</i> e isso teve grande impacto no debate dos conflitos da América Latina e “garantiu

		anos de estabilidade. Um dos erros cometidos “foi não perceber, em Cuba, a centralidade dos direitos humanos na agenda internacional”				ao continente clima e espaço para conversar sobre suas diferenças em ambiente pacífico”.
23.42-31/10/2010	-	Nome do entrevistado: Timothy Power (descartar).	-	-	-	-
24.43-28/03/2010	Timothy Garton Ash	Visão Global. Entre o leão e o crocodilo. A disputa do momento, entre o ‘soft power’ do Google e o ‘hard power’ do Estado chinês, mostra o quanto precisamos encontrar novas regras para a nossa aldeia global	23	A24 Internacional	Tecnologia	Sobre a dualidade entre o <i>soft power</i> da empresa americana <i>Google</i> em contraponto ao <i>hard power</i> do Estado chinês. A crítica se direciona aos <i>websites</i> censurados pelo governo da China.
25.44-24/04/2010	-	<i>Software</i> (descartar)	-	-	-	-
26.45-11/09/2011	Autoria não identificada	Título não identificado (parece ser a continuação de uma entrevista).	188	J5 Aliás	Cultura	A entrevista transita em temas internacionalistas, com destaque para os Estados Unidos em relação ao terrorismo e a tragédia de 11 de Setembro. O <i>soft power</i> é reportado quando o entrevistado responde que, independentemente da configuração do mundo no futuro, os EUA não devem ser subestimados, visto que ainda se manterão como um grande país e não apenas porque são a terceira população do planeta.

27.46- 16/08/2011	Sonia Racy	Direto da Fonte. Upgrade (o restante está ilegível).	38	D2 Cadern o 2	Política	Entrevista com Thomas Kelly, cônsul americano, quando esteve no Brasil. O tema principal foi a impressão de Kelly acerca do Brasil, além de a relação que estabelece com os EUA. O <i>soft power</i> é mencionado na medida em que ele responde à pergunta referente ao que os EUA esperam do Brasil, no sentido de que o Brasil é, talvez, o “primeiro país de dimensões continentais a se inserir no contexto global apenas com o uso do soft power – ideais, valores e diálogo”.
28.47- 21/06/2011	Luiz Eduardo Rocha Paiva	Pacífico, mas não desarmado	2	A2 Espaço aberto	Política	O autor aponta observações acerca da atuação brasileira no cenário internacional, discorrendo sobre medidas que deveriam ser tomadas a fim de o país alcançar o que ele próprio almeja: o <i>status</i> de potência global. O <i>soft power</i> é nomeado na medida em que Paiva discorre que somente ele endossando a ideia de que “Brasil potência da paz” não é suficiente para uma forte influência internacional.
29.48- 17/04/2011	Celso Lafer	Recordando Merquior	2	A2 Espaço aberto	Política	Em memória do falecido amigo de Lafer, José Guilherme Merquior. O <i>soft power</i> é mencionado quando se fala acerca da ordem internacional, dando a entender que Merquior mobilizou o questionamento ao <i>soft power</i> .
30.49- 21/03/2011	Carlos Alberto de Melo	O sorriso de Obama	4	A4 Análise .	Política	Análise à Barack Obama, “um craque da comunicação e da sedução política”. Argumenta-se acerca de sua passagem no Brasil e o <i>soft power</i> é apontado na medida

				Nacion al		em que o próprio Obama é referenciado enquanto a própria personificação dele: “Obama é soft power, a conversa, o café, o abraço, em oposição ao hard power da ‘Era Bush’, a distância, a truculência, a intolerância”.
31.50- 19/02/2012	Celso Lafer	Rio Branco	2	A2 Espaço aberto	Patrimônio cultural	Lafer discorre essa reportagem no intuito de ressaltar o legado do barão do Rio Branco com o seu papel no Brasil de ministro das Relações Exteriores. Ele foi um diplomata que alcançou o <i>status</i> de herói nacional e, segundo Lafer, integra três vertentes da memória coletiva brasileira, a saber: a memória nacional, a memória patrimônio e a memória fundadora, que justificam a continuidade da sua ressonância. Ele destaca, a partir da atuação de Rio Branco, o reconhecimento da relevância daquilo que hoje se denomina <i>soft power</i> .
32.51- 15/07/2012	Celso Lafer	O Brasil, sua gente e o Oriente Médio	2	A2 Espaço aberto	Política	Celso Lafer redige o texto desta reportagem expondo, inicialmente, que foi convidado para marcar presença na mesa-redonda sobre a construção da paz no Oriente Médio. No entanto, não pôde comparecer, deixando registrada a sua percepção sobre o tema. O <i>soft power</i> é relatado pelo autor como um ativo brasileiro que contrasta com um mundo fragmentado e permeado por xenofobias, preconceitos e dificuldade em relação ao diferente dos Outros, em termos de nações.

						Em suma, a experiência brasileira, ainda que imperfeita, é um exemplo que dá legitimidade a um esforço em prol da paz.
33.52- 24/08/2013	Tutty Vasques	Poderzinho	57	C6 Caderno 2	Moda	Breve fragmento sobre a ex-ministra Marta Suplicy justificando o uso da Lei Rouanet para bancar desfiles de moda brasileira em Paris: “É um extraordinário soft power no imaginário de um Brasil glamouroso e atraente”.
34.53- 21/06/2013	Andrei Netto	Cinema divide França e EUA em acordo de livre comércio	32	B7 Econo mia	Audiovisual	O texto expõe empecilhos ao livre comércio entre EUA e França. A França deseja vetar a inclusão do comércio de bens culturais para proteger sua indústria cinematográfica da invasão americana. A razão por trás disso está baseada, dentre outros aspectos, no <i>soft power</i> diplomático que essa indústria representa.
35.54- 08/09/2013	Juliana Sayuri	Notas de um refúgio. Contra a guerra, pianista sírio dispara seu arsenal de música, expressão final de liberdade que ninguém pode capturar. Ponto por ponto	13 1	E3 Aliás	Música	Sobre os ataques na Síria, que resultaram no trágico episódio de mais de 400 crianças mortas. Em meio ao cenário de terror e em apelo à paz, o pianista e ativista sírio Malek Jandali enxerga a música enquanto revolução pacífica, ou seja, ele identifica o <i>soft power</i> da música.
36.55- 23/09/2014	Rubens Barbosa	Mudança na política externa	2	A2 Espaço aberto	Patrimônio cultural	Rubens Barbosa escreve sobre política externa nesta reportagem, que esta se encontra vulnerável pelos repetidos erros e equívocos, bem como por seus minguaos resultados. A depender do resultado da eleição, para ele, a política externa deveria

						sofrer profundas mudanças em suas prioridades e o Itamaraty deveria defender o que é, de fato, de nosso interesse sem qualificações ideológicas ou partidárias. Mais adiante, Barbosa listou uma série de delineamentos relevantes de uma nova política externa e o <i>soft power</i> é mencionado em um desses tópicos, em que se fala o seguinte: “a política de assistência técnica e a diplomacia cultural – instrumentos do soft power brasileiro – deveriam ser fortalecidas”.
37.56- 16/02/2014 p.54	Jamil Chade	‘Diplomacia da bola’ vira arma do governo brasileiro. Itamaraty usa esporte como instrumento para aumentar a influência do Brasil em países da África, do Oriente Médio, da Ásia e da América Central	54	D6 Esportes. Futebol	Esporte	O texto discorre sobre o futebol brasileiro enquanto instrumento do <i>soft power</i> . Como mais uma estratégia da política externa, o Brasil procurou beneficiar países com algum tipo de ajuda esportiva de modo que a escolha coincide com a prioridade externa nacional.
38.57- 16/02/2014 p.2	Celso Lafer	Política externa e a eleição presidencial	2	A2 Espaço aberto	Política	Lafer explica o que é, de fato, a política externa de uma nação, qual o papel que ela tem e aproveita para deixar sua crítica à gestão da época, da presidente Dilma Rousseff. O autor alegou que ela não tem sensibilidade estratégica para pensar no âmbito internacional e, conseqüentemente, ignora a importância do <i>soft power</i> .

39.58- 21/12/2014 p.43	Renato Cruz	Censura sem fronteiras. Digitais. Soft power	43	B14 Econo mia	Audiovisual	O breve texto traz uma fala de Joseph Straubhaar acerca do potencial influenciador de Hollywood, e, portanto, dos EUA. Os filmes não são simples entretenimento, mas expressão de poder dos EUA, com grandes consequências, incluindo a exportação de suas culturas ao resto do mundo.
40.59- 21/12/2014 p.15	Rodrigo Cavalheiro	‘Há mais dois Portos de Mariel previstos’. Representante do Brasil admite matiz ideológico no interesse pela ilha, mas destaca peso político que presença econômica traz. Entrevista	15	A16 Interna cional	Audiovisual	Entrevista com o embaixador do Brasil em Cuba, Cesário Melantonio, na qual ele defende o papel brasileiro na aproximação entre EUA e Cuba, admitindo que o interesse do país pela ilha tem componentes ideológicos. O <i>soft power</i> é referenciado quando Melantonio é questionado acerca dessa simpatia dos cubanos pelos brasileiros. Ele respondeu afirmando que é uma simpatia, efetivamente, inegável e o interesse pela cultura brasileira vem das novelas, nas quais eles demonstram significativa identificação com os personagens.
41.60- 21/06/2015	Celso Lafer	Horácio Lafer (1900-65): sua atualidade	2	A2 Espaço aberto	Política	Sobre o legado positivo de Horácio Lafer, que se destacou em planos variados. O autor o classificou como “um homem de visão, um servidor do Brasil e um batalhador do progresso nacional”. O <i>soft power</i> é apontado quando ele antecipou o significado da cláusula democrática e da relevância do papel deste conceito.
42.61- 19/09/2015						O assunto gira em torno da diplomacia e elenca uma entrevista com Ricardo Zuniga

	Sonia Racy	Direto da Fonte. Diplomacia. Brasil, come home	39	C2 Cadern o 2	Política	que assumiu a cadeira de cônsul dos EUA em São Paulo. Quando questionado sobre quais os maiores desafios de sua missão, ele afirmou que o mais importante seria avançar a relação entre Brasil e EUA, duas potências no <i>soft power</i> , segundo Zuniga.
43.62- 23/08/2015	Renata Tranches	‘Cubanos não querem fim do embargo agora’. Analista diz que governo não busca a normalização total das relações econômicas imediatamente, evitando a ‘compra da ilha’ por investidores estrangeiros	15	A16 Interna cional	Política	Entrevista com o analista Walter Russel Mead, professor de Política Externa Americana da <i>Yale University</i> . Ele argumenta sua posição sobre os passos da política externa dos EUA a partir da reaproximação com Cuba. Quando questionado acerca do <i>soft power</i> , ou seja, se o contexto da conversa tinha conexão com o conceito, ele respondeu assertivamente que o <i>soft power</i> do presidente Obama funciona em alguns lugares, mas em outros não.
44.63- 03/10/2015 p.34	Autoria não identificada	The economist. Tradução de Alexandre Hubner	34	B13 Econo mia	Economia	Sobre economia em geral, hegemonia econômica dos EUA e seus produtos mais globais, que estão se transformando em computação em nuvem, comércio eletrônico, nas mídias sociais e na economia compartilhada. O texto apresenta alguns dados estatísticos de uso de <i>internet</i> , mídia social e o dólar é mencionado na medida em que é reconhecido como um pilar do <i>soft power</i> norte-americano.
45.64- 03/10/2015 p.33	-	A mesma ocorrência da reportagem anterior.	-	-	-	-

46.65- 07/12/2016	Leandro Karnal	Tudo sobre um pouco ou pouco sobre tudo	46	C8 Cadern o 2	Cultura	Leandro Karnal escreve sobre tipos de visões; de um lado, as mais gerais, de outro, as mais específicas. Na medicina, seria a clínica geral em contraponto ao médico com determinada especialização. Já no campo da História, evidencia-se o conceito da micro-história para tratar de assuntos mais curtos e, muitas vezes, enfoques biográficos. O autor observou dentre suas experiências que ao relatar histórias mais amplas o foco de atenção dos ouvintes era também ampliado, formando assim, esquemas mentais. Ao citar os exemplos de continuidade em cadeias subsequentes, ele mencionou a “substituição de soft power e aumento de hard power”, de modo que, com a sucessão de fatos, “uma quantidade enorme de informações esparsas encontra sua rede de fixação e a luz sistêmica inunda a compreensão”.
47.66- 04/09/2016	Jochen Bittner	Uma nova cara alemã. Há um ano, a Alemanha acolhia milhares de refugiados e afastava a imagem de país austero e rigoroso; prestes a receber uma nova onda de imigrantes, seus líderes ainda têm de explicar o que oferecerão a eles	87	E2 Aliás	Ajuda humanitária	Sobre a cultura de boas-vindas da Alemanha frente a crise de refugiados. O autor pretendeu expressar que a prática de acolhimento aos refugiados muçulmanos se insere como uma tentativa de acerto de contas com o passado sujo do país, o nazismo. Ademais, o autor insinuou que o esforço e a transição aparente do alívio para a hipocrisia, como em suas próprias palavras, poderia ser visto como uma “forma dura de soft power –

						abrindo suas portas para refugiados e implantando missões humanitárias”.
48.67-09/07/2016	Paulo Sotero	Brexit no ventilador	2	A2 Espaço aberto	Tecnologia	Sobre as implicações do <i>Brexit</i> , a saída da Grã-Bretanha da União Europeia, e a hegemonia das elites britânicas. O <i>soft power</i> é mencionado quando se disserta acerca do modo de pensar das elites britânicas, ou seja, pensar o mundo em termos globais. Essa habilidade, inclusive, foi transformada, a partir da década de 1980, em um “valioso instrumento de projeção de soft power graças ao uso competente das tecnologias de informação”.
49.68-18/12/2016	Celso Lafer	O Brasil num mundo conturbado	2	A2 Espaço aberto	Política	Sobre os desafios diplomáticos que permeiam a vida internacional contemporânea: “esses desafios se colocam num instável mundo em mudança, de polaridades mais indefinidas que definidas e no jogo dos interesses se mescla com a geografia das paixões”. O <i>soft power</i> foi citado para fazer referência à Europa, cujo “soft power se está vendo corroído com tendências centrífugas afloradas com o Brexit”.
50.69-23/02/2016	Rubens Barbosa	Uma nova agenda para a área externa	2	A2 Espaço aberto	Política	As principais ideias e conclusões acerca das reformas estruturais que o governo brasileiro deveria discutir e aprovar para restaurar o crescimento. Barbosa afirma que, em suas próprias palavras, a “ideia é buscar o que foi perdido nos últimos 13 anos: projeção do País

						e dinamismo comercial”. O <i>soft power</i> é mencionado no episódio em que o autor o relaciona com a política de cooperação técnica e a diplomacia cultural brasileira.
51.70-01/01/2016	Fernando Gabeira	Maratona no escuro	2	A2 Espaço aberto	Esporte	O autor ressalta o cenário delicado de crise da política brasileira alegando que não se tem muito o que comemorar com a chegada do ano de 2016. O <i>soft power</i> foi relacionado com o potencial de um evento de grande porte como a Olimpíada e sua influência para o turismo e a economia brasileira.
52.71-04/12/2016	Luiz Zanin Oricchio	‘Viva’ mostra transição entre a velha e a nova Cuba. Filme expõe o relacionamento complicado entre jovem travesti e seu pai, um ex-boxeador que saiu da cadeia, interpretado por Jorge Perugorría	46	C10 Caderno 2	Audiovisual	Resenha referente ao filme “Viva”, que demonstra um momento significativo de transição de costumes na sociedade cubana e que retrata o embate entre o filho travesti, aparentemente frágil, embora também cheio de personalidade, com o pai “machão” e “mandão” que não tolera a identidade de gênero do filho. O <i>soft power</i> se apresenta como uma analogia ao filho, enquanto, por outro lado, o <i>hard power</i> representa o pai, personificação do poder bruto e da intolerância.
53.72-28/11/2017	Rubens Barbosa	A nova superpotência	2	A2 Espaço aberto	Política	Retrata a ascensão da China e sua proeminência global como nova superpotência, disputando espaço com os EUA: “Disputando com EUA, China combina total liberdade na economia com regime autoritário”. O <i>soft power</i> é mencionado na seguinte passagem: “Essa

						nova era da grande estratégia chinesa significa que a China volta a ter um lugar de realce no processo decisório global e o país busca afirmar a imagem de soft power global”.
54.73- 17/09/2017	Celso Lafer	Haia 110 anos	2	A2 Espaço aberto	Política	Sobre a significativa trajetória da II Conferência de Paz de Haia que completou 110 anos em 2017, envolvida por desdobramentos importantes: “A conferência de 1907, da qual o Brasil participou ativamente, tendo Ruy Barbosa como chefe da delegação, foi o primeiro grande ensaio da diplomacia multilateral no século 20. Representou o momento inaugural da presença brasileira nos grandes foros internacionais”.
55.74- 14/02/2017	Rubens Barbosa	A política externa do governo Temer	2	A2 Espaço aberto	Economia	Barbosa escreveu sobre o governo de Michel Temer no âmbito da política externa, alegando que o ex-presidente seguiu os objetivos de governos anteriores. Alinha-se a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) como instrumento de <i>soft power</i> do Brasil no exterior. Ao final, Barbosa conclui que o governo precisa “formular políticas para aumentar a projeção externa do país, elevar seu perfil e sua influência regional e se reinserir plenamente nos fluxos dinâmicos da economia e do comércio internacional”.
						Análise crítica à política externa do governo Trump, caracterizando-o, em suas palavras,

56.75- 19/02/2017	Celso Lafer	Trump	2	A2 Espaço aberto	Política	como “um ponto fora da curva da tradição política americana recente, que sempre levou em conta preservar, e não corroer, um centro dinâmico vital, aglutinador da esperança da liberdade e da abundância econômica”. Essa tal tradição da política externa norte-americana procurou abarcar uma “mescla própria do uso da força militar, do recurso ao poderio econômico-comercial e do soft power da persuasão e da atração. Trump coloca essa mescla sob questão e caminha com uma clara proposta de <i>bullying</i> materializado com a construção do muro na fronteira com o México”.
57.76- 06/03/2018	Murilo de Aragão	O Brasil e o mundo	2	A2 Espaço aberto	Política	O autor descreve sua posição acerca da política externa brasileira perpassando por episódios como o <i>impeachment</i> de Dilma Roussef, o governo Lula e o governo Temer. Aparentemente, há muito ainda o que se aprimorar; no entanto, as notícias que envolvem o Brasil de um modo geral, insistem em ressaltar o lado obscuro. No <i>ranking</i> de avaliação de <i>soft power</i> da revista “Monocle”, o Brasil ocupou a vigésima quinta posição. Diante disso, o autor destacou possíveis explicações para tal colocação como o fato de não se ter aproveitado o potencial da Olimpíada em 2016, pelo <i>impeachment</i> e pela dramática situação do Rio de Janeiro.

58.77- 26/02/2018	Lúcia Guimarães	A fera e a fera	30	C6 Cadern o 2	Política	Sobre o romance “O Americano Feio”, <i>best-seller</i> do seu tempo, de William Lederer e Eugene Burdick. A autora tenta trazer o conteúdo para a prática: “O romance é visto como inspiração para Kennedy criar a Aliança para o Progresso”. O <i>soft power</i> é mencionado quando se refere à sua expectativa provocada pelo governo Obama.
59.78- 31/03/2018	Douglas Gravas	‘Atitude de Trump é ilegal e enfraquece OMC’. Para ex-embaixador do Brasil nos EUA, decisão americana sobre aço forçará o governo brasileiro a ceder	23	B7 Econo mia	Política	Trata-se de uma entrevista com Rubens Ricupero. A conversa tem o enfoque na política externa, sobretudo a relação entre Brasil e EUA. Ricupero avalia que hoje (março de 2018) o sistema político está muito mais corrompido e em desintegração. A diplomacia brasileira se apequenou, pois o país ficou sem uma projeção, visto que o elemento do <i>soft power</i> , proveniente do prestígio, vem sofrendo enquanto o país mergulha em crise e segue sem sinais de saída.
60.79- 09/01/2018	Sergio Amaral	A volta de um mundo bipolar?	2	A2 Espaço aberto	Política	O texto explora as projeções do mundo pós-Guerra Fria. Qual o destino do novo ordenamento mundial? Bipolar ou multipolar? “Relações entre EUA e China despontam como principal eixo de novo ordenamento mundial”. O <i>soft power</i> é mencionado nesse ponto em alusão ao continente europeu: “A Europa, desvendava a força de seu soft power ao seduzir a Ucrânia a deixar a órbita de influência russa”.

61.80-05/04/2018	L.Z.O	Documentário. Disputa pelo Nordeste durante a Guerra Fria. Em nome da América, dir. Fernando Weller	50	C7 Caderno 2	Política	Resumo do documentário “Em Nome da América”, que retrata jovens americanos nos anos 1960 servindo no Nordeste como parte da operação do “ <i>Peace Corps</i> ” que, por sua vez, é expressão de <i>soft power</i> da superpotência norte-americana.
62.81-18/11/2018	Celso Lafer	A política externa e seus desafios	2	A2 Espaço aberto	Política	Lafer retoma a discussão da relevância da política externa como política pública, além de argumentar sobre as possibilidades de “um apropriado juízo diplomático que leve em conta os ativos e as especificidades do País e saiba orientar-se num mundo com as características do atual”. Sobre a perda de <i>soft power</i> brasileiro, o autor elencou que “a tarefa de <i>damage control</i> proveniente da erosão do soft power do país deverá ser uma faceta da condução da política externa”.
63.82-16/09/2018	Celso Lafer	Trump e o mundo, diplomacia de erosão	2	A2 Espaço aberto	Política	O texto traça críticas à diplomacia do governo de Donald Trump nos EUA. O fato de estar sendo um ponto fora da curva da tradição norte-americana tem comprometido o <i>soft power</i> do país, “que é a vertente da irradiação positiva daquilo que são”.

Fonte: de autoria própria (2022).

Nota-se, a partir destes dados reunidos do Estado de S. Paulo, um aspecto que atinge maior notoriedade: a proeminência norte-americana em detrimento da menção ao *soft power* nacional por parte da imprensa brasileira. Em suma, neste segundo capítulo foram dispostas as informações metodológicas em caráter mais minucioso de modo a descrever as etapas do processo de desenvolvimento do banco de dados, trazendo os seus elementos mais expressivos nos âmbitos qualitativos e quantitativos como a quantidade de reportagens e em quais décadas elas se dispõem em referência a cada acervo, quais as tipificações mapeadas e quantas são, o detalhamento sobre a elaboração dos relatórios e tabelas, as percepções individuais dos quatro acervos, bem como os desafios identificados nas ferramentas de busca ou nas próprias páginas eletrônicas de cada jornal. Para concluir, a Tabela 3: Acervo O Estado de S. Paulo se associa ao capítulo sucessor na medida em que se procura traçar um estudo de caso do jornal Estadão devido ao fato de ser assinalado pelo diferencial de possuir duas ocorrências do poder brando na esfera do patrimônio cultural. Adiante, será dedicado espaço para interpretações individuais das ocorrências, de modo a trazer em primeiro plano, as nacionais e, em seguida, as reportagens de cunho exclusivamente internacional a fim de que se torne viável a compreensão do conceito a partir dos quatro veículos respresentativos da mídia eletrônica do país.

3 ENTRE A VISIBILIDADE E A ATUAÇÃO: ESTADÃO, UM ESTUDO DE CASO

‘Poder’, apontou Joseph Nye apropriadamente, ‘é como o clima. Todos dependem e falam sobre ele, mas pouco se compreende.’

(NYE apud OHNESORGE, 2020, p.23, tradução nossa).

Em sequência dedica-se, a seguir, um espaço para breve demonstração individual das reportagens expostas nas tabelas que marcam presença no acervo do jornal O Estado de S. Paulo no recorte estipulado para, então, mais à frente, tornar exequível o cotejamento e contraste entre os dois principais corpos de fontes do presente trabalho: o *soft power* a partir de fontes governamentais e o *soft power* a partir da imprensa.

Como previamente mencionado, o Estadão cumpre papel de destaque mediante o Folha de S. Paulo, ainda que este contenha um maior número de resultados catalogados. Para além do Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo se evidenciou perante O Globo e perante o Jornal do Brasil na medida em que conta com o diferencial de ser o único a conter ocorrências de *soft power* na esfera do patrimônio cultural, embora somente duas, estando, portanto, distante de apresentar uma repercussão estimulante daquilo que se pretende. Em referência aos editores que se repetem neste acervo, destacam-se Celso Lafer, ex-ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, Rubens Barbosa, embaixador do Brasil em Washington entre 1999 e 2004 e o jornalista, escritor e político brasileiro Fernando Gabeira. Além deles, Antonio Carlos Pereira, Renata Tranches, Gaudêncio Torquato, Wilson Tosta, Sonia Racy, Roberto Lameirinhas, Lourdes Sola e Lúcia Guimarães são nomes que se revelam frente aos editores do acervo no recorte temporal selecionado (1997-2018). Do total de oitenta e uma reportagens mapeadas, quatro delas se inserem na década entre 1990 e 1999; quinze entre 2000 e 2009 e sessenta e duas estão entre 2010 e 2019. Mediante esse total, ressaltam-se seis reportagens cujos sentidos de *soft power* não demonstraram utilidade para o desenvolvimento da pesquisa e se apresentam em variações que evidenciam a falha de precisão no filtro de busca do acervo, em detrimento dos demais jornais. Esses casos de erros de ocorrências receberam indicativo de descarte nos relatórios e tabelas no processo metodológico do presente estudo e contam com ocorrências de “*Power Point*”, “*sistema Go Soft*”, “*Thimothy Power*” e “*software*”. Portanto, do total, setenta e cinco foram, de fato, contabilizadas e analisadas.

Diante das dezoito tipificações de incidências do *soft power*, o acervo do Estadão integra dez, a saber: quarenta e sete ocorrências em política; sete em cultura; cinco em economia; três em esporte; cinco em audiovisual; três em tecnologia; duas em patrimônio cultural; uma em

moda e também uma em música e uma em ajuda humanitária. Dessa forma, da política para as demais categorias, nota-se um expressivo decréscimo. Enfatiza-se que, assim como no caso dos demais jornais, os vieses política e cultura em geral tratam de aplicação mais generalizada e superficial do conceito que serão demonstrados mais adiante.

Apesar do recorte temático do estudo se orientar pela baliza nacional, em que se procura visualizar o conceito de *soft power* nos dois corpos de fontes: política externa brasileira e imprensa nacional, verifica-se uma série de ocorrências que registram o termo sendo noticiado em alusões específicas e exclusivas a outras nações, cujo papel de protagonismo são, em primeira instância, Estados Unidos. A China se encontra logo em seguida, especialmente no que diz respeito ao tema recente da ascensão do país. Isto posto, do total de setenta e cinco reportagens, trinta e duas se relacionam exclusivamente com o cenário internacional, ou seja, aproximadamente metade dos materiais analisados, o que reforça a hipótese de que a imprensa brasileira desconhece em profundidade as noções de *soft power* consagradas pela política externa nacional, se demonstrando indiferente à visibilidade local. Ademais, ainda que não sejam reportagens cujas temáticas fazem referências exclusivas a outros países, predomina-se uma variedade de conteúdo que traz o Brasil sendo equiparado a demais nações.

Dessas trinta e duas de cunho exclusivamente internacional, vigoram-se, a título de ilustração, entre as décadas de 2010 a 2019, a edição sobre a projeção do *soft power* por parte das elites britânicas graças ao uso competente das tecnologias de informação; a resenha do filme “Viva”, cujo *soft power* é representado pelo filho enquanto o *hard power* é a personificação do personagem que cumpre papel de pai; a observação acerca da ascensão chinesa e sua proeminência global como nova superpotência em disputa de espaço com os Estados Unidos, bem como uma análise crítica à política externa do ex-chefe de governo estadunidense Donald Trump indo contrária a tradição da política externa norte-americana. Há também uma edição que discorre acerca das projeções do cenário mundial no contexto pós-Guerra Fria, ou seja, o destino do novo ordenamento mundial. Duas outras reportagens fazem alusão a um romance e a um documentário que se relacionam diretamente com a política dos Estados Unidos. O primeiro se refere à obra “O Americano Feio” (1962) por William J. Lederer e Eugene Burdick e a expectativa do *soft power* no governo do ex-presidente Barack Obama e já o segundo remete ao documentário “Em nome da América” (2018), com direção de Fernando Weller que também retrata o uso do *soft power* norte-americano. Mais ao fim do ano de 2018, em setembro, foi publicada mais uma edição que se direciona ao governo Trump e, novamente, foram levantadas críticas ao político como sendo um ponto fora da curva da tradição norte-americana ao passo que veio a comprometer o *soft power* do país.

3.1 O *soft power* em abrangência nacional

Isto posto, dispõem-se, em seguida, as reportagens que se inserem no recorte nacional e, posteriormente, incluem-se os casos exclusivos de abrangência internacional que, embora se distanciem do recorte temático do estudo, externam utilidade para posteriores ponderações acerca do *soft power* brasileiro a partir da imprensa nacional.

Celso Lafer é o autor da única reportagem entre as décadas de 1990 e 1999. Com título “FHC, presidente e intelectual”, página 2, seção Espaço aberto e *soft power* identificado no âmbito da política, nessa reportagem de 10 de outubro de 1998 o editor discorre acerca de um livro depoimento-entrevista de Roberto Pompeu de Toledo ao ex-presidente, sociólogo e intelectual Fernando Henrique Cardoso. É perceptível por meio do relato e pelos trechos levantados ao longo do texto, o domínio correlato ao tema político do ex-presidente a partir de arguições frente aos assuntos ligados às análises do Brasil e do mundo e, sobretudo, ao exercício do poder. O *soft power* foi, então, mencionado no viés político, quando se falou do alcance de sua diplomacia presidencial, bem como da credibilidade e confiabilidade das políticas públicas no país, cabendo destaque para o tema da estabilidade da moeda.

Partindo para a década seguinte, Sonia Racy publicou “Arte e Cultura em Davos” em 25 de janeiro de 2003. O conteúdo se encontra na seção Economia, página 23, e o *soft power* apresenta viés cultural. Neste material a autora discorre acerca do evento do *World Economic Forum de Davos*, que reuniu representantes do meio artístico de vários países tendo como moderador o ator Ron Silver no encontro intitulado “Arte e Diplomacia em Tempos de Crise”. O intuito desse encontro foi discutir o papel da cultura e das artes das Relações Internacionais partindo-se do princípio de que o trabalho dos artistas atravessa fronteiras, ou seja, vai além das questões diplomáticas reconhecidas por se limitarem à economia e finanças, além de construir elos entre diversas culturas. O *soft power* foi mencionado no fragmento dedicado às culturas e iniciativas artísticas e o consenso entre os participantes confluuiu para a questão de que a arte merece papel relevante na agenda diplomática e na política em âmbito geral.

Em 21 de maio de 2006, Roberto Lameirinhas escreveu “Diplomacia movida a petróleo – Com óleo em alta, Chávez desbanca Lula como líder esquerdista e intensifica ofensiva externa”, que ocupa a página 21 da seção Internacional (Venezuela). O *soft power* é identificado no viés político e correlaciona com os temas ideologia revolucionária e anti-imperialista. Nessa reportagem, Lameirinhas discorre acerca do prestígio da política externa do ex-presidente venezuelano, Hugo Chávez. Foi mencionado o petróleo subsidiado que Venezuela vendia para Cuba como justificativa de alívio do embargo econômico que os Estados Unidos impunham há

mais de quatro anos na ilha. O *soft power* foi destacado por Celso Lafer no sentido de que a Venezuela se encontrava em disputa com o governo brasileiro, na época, sob comando de Luiz Inácio Lula da Silva, por protagonismo na América Latina. De acordo com Lafer, que neste período exercia o cargo de ministro das Relações Exteriores no Brasil: “Chávez usa o hard power dos petrodólares e o soft power da ideologia revolucionária e anti-imperialista para minar a pretensão de liderança de Lula na América Latina” (O Estado de S. Paulo, 2006). E ainda acrescentou: “Na disputa com o Brasil pelo protagonismo na região, usa a disponibilidade financeira e a atração ideológica que o discurso antiamericano exerce na região” (O Estado de S. Paulo, 2006).

A seguir, em “Rui em Haia, cem anos”, de autoria de Celso Lafer, edição de 18 de novembro de 2007, página 2, seção Espaço aberto e *soft power* identificado na esfera política, o autor discorre sobre o papel proeminente de Rui Barbosa na II Conferência de Paz de Haia, de junho a outubro de 1907. No caso brasileiro, a delegação foi chefiada por Rui e buscou-se a afirmação do papel positivo da paz na vida internacional. Com o marco de Haia enquanto o momento inaugural da presença do Brasil nos grandes foros internacionais, o *soft power* foi levantado na medida em que Rui antecipou os efeitos da interdependência e o tema do poder brando na dinâmica de funcionamento do sistema internacional: “Hoje, com efeito mais que nunca, a vida assim moral como econômica das nações é cada vez mais internacional. Mais do que nunca, em nossos dias, os povos subsistem da sua reputação no exterior” (O Estado de S. Paulo, 2007).

Localizada na página 28, a reportagem escrita por Luiz Zanin Oricchio em 26 de janeiro de 2009 intitulada “Dois filmes para enterrar a era Bush. Documentários com denúncias sobre abusos na política externa dos Estados Unidos são lançados simultaneamente”, seção Caderno 2 e *soft power* na política, procura tecer observações acerca de dois filmes ou, em outras palavras, documentários, que fazem alusão à Era Bush: “Um Táxi para a Escuridão”, de Alex Gibney e “Novo Século Americano”, de Massimo Mazzucco:

São filmes feitos por cineastas bem-intencionados, contrários ao caminho que seu país tomou depois do 11 de Setembro. Se tornaram veículos do repúdio à política de guerra total de Bush e funcionarão como documentos para o futuro, quando essa época tiver de ser evocada pelos historiadores (O Estado de S. Paulo, 2009).

O *soft power* é mencionado ao final, discorrendo acerca do propósito norte-americano de dominação mundial, propósito este que talvez oscile entre a força bruta (*hard power*) e o *soft power* anunciado pelo ex-presidente Barack Obama, e que não foi extinto com o fim da era Bush.

Em 17 de maio de 2009 sobressaíram duas edições no acervo do jornal Estadão que contam com incidências do objeto de pesquisa, em páginas distintas: 2 e 194, de autores também distintos: Celso Lafer e Mac Margolis, respectivamente. Na primeira, “O Brasil e a Direção Geral da Unesco”, seção Espaço aberto e *soft power* na política, Lafer escreve sua posição acerca da candidatura brasileira à Direção-Geral da Unesco. Para ele, vigora um número significativo de excelentes possíveis candidatos qualificados ao posto para dar a efetiva atenção à questão do multilateralismo, que não seria o caso do candidato egípcio Hosni Farouk, apoiado pelo Itamaraty. Segundo Lafer, sua admissão é um desserviço ao multilateralismo, um erro diplomático e mina a credibilidade do *soft power* internacional do Brasil. Já a segunda página conta com a questão do excepcionalismo do governo Obama, o qual classifica 2.0. Para ele, o líder carismático Obama é “o cara”, enquanto Lula é “o cara do cara” ou então, o “subcara”. Mas seria o Brasil uma nação excepcional também? Questionou o autor. Não dá para falar sobre o futuro das Américas sem avaliar o outro gigante do hemisfério; fala-se muito de *soft power*. Pelo porte e desempenho econômico, o país tem reconhecida ascendência sobre sua região, mas não a gerencia, na medida em que os brasileiros “não se veem como uma típica potência regional”, como diz Matias Spektor, coordenador de Estudos Internacionais da FGV, no Rio. Neste ponto há, portanto, uma analogia entre os governos norte-americano e brasileiro, na época: Obama e Lula. A chamada desta matéria de autoria de Mac Margolis é “Excepcionalismo 2.0 e 1.0. A ideia de que os EUA são superiores vem do berço da nação. Já o Brasil não se compromete com a sua própria importância”; ela se encontra na seção Aliás e traz o *soft power* no sentido político.

Após a análise dessas reportagens, evidencia-se que as décadas entre 2010 e 2019 do Estado de S. Paulo trazem um total de trinta e cinco edições que se adequam a este perfil de incidências de *soft power* brasileiro e, por conseguinte, serão investigadas a seguir.

Em 20 de junho de 2010, Celso Lafer publicou “Diplomacia brasileira, novas variações críticas” na página 2 da seção Espaço aberto, elencando o *soft power* no sentido político. Nesta reportagem, o autor aponta críticas voltadas para a política externa do governo Lula. Em suma, os argumentos contrários ao manejo da política externa por parte do governo de Luiz Inácio Lula da Silva apontam para o fato de a diplomacia brasileira estar priorizando o inefável do prestígio em oposição à realidade dos fatos. Então, dentre uma série de aspectos mencionados, o autor destacou a desconsideração aos valores e a consequente descapitalização do legado do *soft power* brasileiro.

Em seguida, a edição de 9 de agosto de 2010 foi alvo de ilegibilidade, portanto alguns pontos se encontram incompletos. O título é: “O Brasil acertou ao ajudar a reconstrução do

Haiti, mas seu peso no mundo é fruto de uma rota virtuosa de 16 anos de estabilidade. Um dos erros cometidos ‘foi não perceber, em Cuba, a centralidade dos direitos humanos na agenda internacional.’”. Da seção Especial, redigido por Gabriel Manzano e partindo do *soft power* no viés político, a reportagem trata-se de uma entrevista sobre a política externa brasileira com a professora Maria Hermínia Tavares, diretora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP). Diante da pergunta referente à assinatura e adesão do país frente ao Protocolo Adicional do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), no qual permitirá que os agentes da ONU venham fiscalizar nossos reatores nucleares, a professora respondeu que é relevante destacar que a bomba enquanto *hard power* deixou de estar em primeiro plano em comparação aos temas realmente fundamentais, como comércio e meio ambiente. Dessa forma, o país apostou no *soft power* e isso teve expressivo impacto no debate dos conflitos da América Latina, possibilitando ao continente o devido espaço para debates saudáveis em meio às divergências.

Já em 8 de fevereiro de 2011, na seção Espaço aberto, Rubens Barbosa publicou o texto “Um lugar na mesa principal”, em que o ex-embaixador apresenta um olhar político do objeto de pesquisa. Frente ao debate correspondente à chance de o Brasil ocupar um lugar na mesa principal no processo decisório mundial e o conseqüente reconhecimento do peso político que o Brasil passou a desfrutar nos últimos anos, Barbosa respondeu positivamente, baseado em uma visão de médio e longo prazo, procurando demonstrar os motivos de o Brasil assumir posição de destaque na época. Vale, portanto, salientar alguns pontos de sua argumentação:

Dada a sua índole pacífica, o Brasil não representa nenhuma ameaça para os países da região. Embora mantendo fronteira com dez vizinhos, as disputas territoriais foram negociadas e há 145 anos o País não se envolve em guerras regionais. Ao contrário da China, Índia e Rússia, o Brasil não é uma potência nuclear. A crescente presença externa do País ocorre, sobretudo pela habilidade de obter êxitos pelos valores que defende, por sua cultura, pela ação moderada e moderadora, além da atitude positiva para construir consensos, em outras palavras, pelo seu *soft power*”. [...] Com crescente participação em questões regionais fora da América Latina, o Brasil tem procurado fazer-se ouvir no processo de paz para solucionar o conflito Israel-palestinos, na questão do programa nuclear do Irã e na ajuda aos países da África (O Estado de S. Paulo, 2011).

Ademais, Barbosa destaca mais dois outros tópicos em relação ao país, sendo um em referência à localização geográfica estratégica: “Posição privilegiada como potência agrícola mundial” (O Estado de S. Paulo, 2011) e o outro acerca de seu protagonismo em organismos que debatem sobre temas globais:

Brasil, interlocutor indispensável nos temas globais, como comércio, meio ambiente/mudança de clima, direitos humanos, energia (renovável e, agora, com o pré-sal, petróleo) e água, membro fundador do Gatt, das Nações Unidas e dos Organismos criados em Bretton Woods, depois da 2ª Guerra – Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), desempenha um papel ativo e construtivo nesses organismos (O Estado de S. Paulo, 2011).

Adiante, a reportagem de Fernando Gabeira foi publicada na edição de 18 de março de 2011, título “Obama no Brasil”, localizada na página 2, Espaço aberto e com uso do *soft power* na área tecnológica. Ressalta-se que a vinda de Barack Obama no Brasil pode ser histórica. Ao longo do texto, acentua-se o que se pretende dizer com “histórica” e são assinaladas algumas aproximações entre Brasil e Estados Unidos como o fato de ambos os países já terem sido vítimas de acidentes envolvendo radioatividade e, para além disso, lançam-se palpites do que pode estar incluso na agenda. Otimista, o autor ainda destacou que vigora a possibilidade de união de simpatias nacionais com fins de administrar e prevenir possíveis crises. O *soft power* é mencionado quando se aponta que os Estados Unidos o exercitam ao passo que é elencada uma breve explicação do termo, seguida de um exemplo pragmático notável: a premiação do concurso de texto com um *iPad*, ilustrando o poder e influência que a *Apple*²⁸ representa, que está longe de ser um mero detalhe. Por outro lado, foi pontuado que o Brasil também exercita o *soft power* a partir do exemplo do filme “Orfeu”, que emocionou a mãe de Obama, e conta com expressivos componentes brasileiros como a música de Tom Jobim e Vinícius de Moraes.

Adiante, Luiz Eduardo Rocha Paiva foi o nome que marcou proeminência na edição de 21 de junho de 2011. Ele escreveu o texto “Pacífico, mas não desarmado” para a segunda página da seção Espaço aberto, cujo *soft power* se identifica na esfera política. O autor procurou apontar observações acerca da atuação brasileira no cenário internacional, citando medidas que deveriam ser tomadas a fim de o país alcançar o que ele próprio almeja: o *status* de potência global. O *soft power* é exposto na medida em que Paiva discorre que somente ele, endossando a ideia de “Brasil potência da paz” não é suficiente para uma forte influência internacional.

Na próxima, Sonia Racy publicou para a edição de 16 de agosto de 2011. O título desta reportagem está ilegível, no entanto é possível identificar o início “Upgrade”. Ela se encontra na página 38, Caderno 2 e o *soft power* se direciona para a área cultural. O sucinto texto se refere a uma entrevista com Thomas Kelly, cônsul americano, quando esteve no Brasil e o tema principal diz respeito à impressão de Kelly acerca do Brasil, além da relação que estabelece com os Estados Unidos. O *soft power* foi a pauta quando Kelly respondeu à indagação referente às expectativas dos Estados Unidos sobre o Brasil, no sentido de que o segundo seja, talvez, o

²⁸ Empresa multinacional norte-americana de produtos eletrônicos e *softwares*.

pioneiro de dimensões continentais a se introduzir no contexto global somente com os recursos do *soft power* atrelados a valores, ideais e diálogo.

Celso Lafer, em 15 de julho de 2012, redigiu o texto “O Brasil, sua gente e o Oriente Médio”, na seção Espaço aberto. Trazendo o *soft power* no âmbito político, relatou a experiência de quando foi convidado para marcar presença na mesa-redonda sobre a construção da paz no Oriente Médio. No entanto, não pôde comparecer, embora tenha explicitado sua percepção sobre o tema. O *soft power* é mencionado na passagem em que o autor relata que é um ativo brasileiro que contrasta com um mundo fragmentado e permeado por xenofobias, preconceitos e dificuldade em relação ao diferente dos outros. Em suma, segundo o editor, a experiência brasileira, ainda que imperfeita, é um exemplo que dá legitimidade a um esforço em prol da paz.

Em 26 de agosto de 2012, com a chamada “Um prego no caixão do Mercosul”, página 3, seção Notas & Informações, Laércio Zanini escreveu “Haja charme...”, pressupondo medidas práticas de aplicação do *soft power* a partir do investimento do governo brasileiro na África pela inauguração de uma fábrica de medicamentos para tratamento da aids em Moçambique, fazendo com que fosse o primeiro país africano a ter condições de produzir os antirretrovirais genéricos. Para explicar o título da reportagem, ele destacou que a iniciativa foi denominada pelo jornal *The New York Times* de “ofensiva charmosa” do Brasil para conquistar corações e mentes africanos, visto que o Brasil aparenta investir no chamado poder brando. Diante disso, Moçambique deixará de depender de ajuda internacional para obter remédios contra a aids, enfatizou Zanini; e isso, segundo o autor, é exemplo do exercício desse poder. Zanini ainda acentuou que desde a gestão Lula, o governo orgulha-se de ter ampliado a presença diplomática no exterior, com ênfase na África. Em comparação aos investimentos chineses na África, que aparentemente geram mais lucro pra China, “a diplomacia brasileira admite que não tem condições de competir de igual para igual com a voracidade do capital chinês na exploração da África e, portanto, aposta numa relação mais ‘humana’” (O Estado de S. Paulo, 2012). Para citar um aspecto significativo dessa estratégia, ressalta-se o fato de que as empresas brasileiras estão contratando funcionários africanos gerando, conseqüentemente, mais empregos por lá, enquanto as chinesas, graças ao abismo cultural, preferem importar trabalhadores de seu próprio país. Uma das intenções por trás disso, conforme Zanini, é estabelecer com os africanos uma relação em que eles não rememorem os antigos tempos coloniais, em que as potências europeias apenas exploravam as riquezas locais - “mais ou menos como faz a China hoje”. O autor pontuou também que está claro o fato de que o esforço brasileiro no *soft power* não terá resultados imediatos relevantes, estando mais voltado, entretanto, para estratégias de longo

prazo. Ademais, China e Índia estão ávidos para participar do potencial de crescimento econômico do continente africano e, por conseguinte, nas palavras do autor, “é difícil esperar que só com boas intenções ou com afinidades históricas o Brasil seja capaz de enfrentar a concorrência asiática e consolidar-se como parceiro preferencial dos bons negócios africanos” (O Estado de S. Paulo, 2012).

Antonio Gonçalves Filho, em 19 de novembro de 2012, publicou “Cultura de massa na era digital. Pesquisador francês encerra 8ª Fliporto, em Olinda, abordando a guerra mundial das mídias”, na página 35, seção Caderno 2. O *soft power* é identificado no viés cultural e mencionado em vários pontos do texto. Sua primeira ocorrência se dá quando o editor aborda o produtor e ensaísta francês Frédéric Martel, participante da 8ª Festa Literária Internacional de Pernambuco (Fliporto). Relatou que ele é um dos renomados estudiosos do fenômeno, além de ser autor do elogiado livro “*Mainstream: A Guerra Global das Mídias e das Culturas*”, lançado pela Civilização Brasileira. Sobressalta-se, nos escritos, a proeminência de Hollywood: “O lobby do cinema hollywoodiano, ainda hegemônico no mundo, era tão poderoso que cada produção lançada representava uma operação de guerra envolvendo lobistas, relações públicas e um *staff* incontável de pessoas recrutadas para a tarefa” (O Estado de S. Paulo, 2012). Ao discorrer acerca do *soft power*, Martel realçou ainda a possibilidade de quebra de códigos de censura, citando o caso do beijo entre casais homossexuais em telenovelas da emissora brasileira Rede Globo. Ao argumentar sobre o mundo digital, o francês o caracteriza como real e irreversível e, o *soft power*, “meio de convencer por meio do *entertainment* e exemplos positivos, é mais eficaz que o antigo poder por meio da coerção (militar)” (O Estado de S. Paulo, 2012).

Rubens Barbosa, em 11 de dezembro de 2012, escreveu para o Estadão “A identidade brasileira no exterior”. Com *soft power* no campo político, na página 2, Barbosa dissertou sobre fatores como a rápida expansão do mercado doméstico, a diminuição de desigualdades, bem como a inclusão de mais de quarenta milhões de brasileiros na classe média e o efeito de que o Brasil alcançasse uma inédita projeção externa:

A crescente presença do Brasil para além do seu entorno geográfico e sua influência no cenário internacional suscitam uma nova preocupação: qual a identidade do Brasil? Qual a marca Brasil? Como o país é percebido no exterior e como gostaríamos de ser vistos pela comunidade internacional? Quais as nossas credenciais e o nosso diferencial para ocuparmos um lugar de destaque na mesa principal? (O Estado de S. Paulo, 2012).

Noticiado nessa reportagem, Roberto DaMatta se empenhou no estudo a respeito das características da identidade brasileira e vale ressaltar que, apesar da proeminência do país nesta

esfera, sobressaem-se também, uma série de desafios. Adentrando especificamente no *soft power*, Barbosa defende a união de *soft* com *hard power* a fim de que a política externa esteja em defesa do interesse nacional, sendo o *hard power* catalogado enquanto uma crescente categoria de poder dissuasório perante a modernização do poderio militar, bem como o fortalecimento da defesa nacional. Nesse sentido, a visão de *soft power* do autor em defesa da conexão do *soft* com o *hard power*, aparentemente se aproxima daquilo que se identifica como *smart power*.

A edição de 24 de agosto de 2013, de Tutty Vasques, intitulada “Poderzinho”, Caderno 2 e com o *soft power* na moda, trata-se de um breve fragmento sobre a ex-ministra da cultura Marta Suplicy justificando o uso da Lei Rouanet para bancar desfiles de moda brasileira em Paris. Para Suplicy, essa oportunidade de difundir a moda brasileira: “É um extraordinário *soft power* no imaginário de um Brasil glamouroso e atraente” (O Estado de S. Paulo, 2013).

A reportagem de Rubens Barbosa de 27 de agosto de 2013 intitulada “Reforços para o ‘soft power’ brasileiro”, página 2, Espaço aberto e com uso do *soft power* identificado no campo político reúne dados que representam o investimento do Brasil em *soft power* frente aos episódios em que prestou apoio financeiro, de forma bilateral ou multilateral, para países da África e da América Latina, países subdesenvolvidos. Os dados foram repassados para relatório pelo Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores. É mencionado que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) promoveu recentemente encontro em que foram examinados diferentes aspectos do *soft power* brasileiro e o papel da ABC foi ressaltado como de grande relevância:

O fortalecimento da ABC é uma notícia alvissareira, que deve ser apoiada com entusiasmo. Virá aperfeiçoar e reforçar um importante instrumento da política externa a serviço da projeção do Brasil no exterior (*soft power*). A agência só não pode executar sua missão de forma mais eficiente e atuante pela absoluta falta de recursos. (O Estado de S. Paulo, 2013).

Adiante, Celso Lafer explica o que é, de fato, a política externa de uma nação, qual o papel que ela tem e direciona sua crítica à gestão da época, da presidente Dilma Rousseff. Esta é a edição de 16 de fevereiro de 2014: “Política externa e a eleição presidencial”, localizada na página 2, Espaço aberto, com *soft power* na política. O autor alegou que a presidente não dispunha de sensibilidade estratégica para o âmbito internacional e, conseqüentemente, ignora a importância do *soft power*. De acordo com Lafer:

Toda política externa adquire o adicional do soft power na sua ação diplomática na medida em que é vista e percebida no plano internacional como a expressão de um país que, além do quantitativo dos seus recursos e de sua escala, tem dimensões qualitativas, nos campos econômico, político e no dos valores (O Estado de S. Paulo, 2014).

Em “‘Diplomacia da bola’ vira arma do governo brasileiro - Itamaraty usa esporte como instrumento para aumentar a influência do Brasil em países da África, do Oriente Médio, da Ásia e da América Central”, Jamil Chade discorre, em 16 de fevereiro de 2014, sobre o futebol brasileiro enquanto instrumento do *soft power*. A reportagem foi publicada na página 54 da seção Esportes do Estadão. Em suma, enquanto mais uma estratégia da política externa, o Brasil procurou beneficiar países com algum tipo de ajuda esportiva de modo que a escolha coincida com a prioridade externa nacional (países africanos, árabes e latino-americanos). De acordo com a diplomata Vera Cíntia Álvarez, “A cooperação esportiva não está vinculada a objetivos políticos específicos. Trabalhamos com o conceito de reciprocidade difusa” (O Estado de S. Paulo, 2014). E ela ainda acrescentou que:

Do ponto de vista da política externa, é um instrumento de soft power com um potencial extraordinário, que projeta a imagem do Brasil, veiculando e até materializando discursos e práticas que nos são caras: inclusão social e combate a discriminações (racial, étnica, de gênero e a pessoas com deficiência). (O Estado de S. Paulo, 2014).

Já em “Edital dá R\$22 mi ao cine independente - Programa de incentivo à produção autoral na ficção e no documentário será lançado hoje à noite, na Cinemateca”, Flavia Guerra, na edição de 30 de setembro de 2014, seção Política e página 48, tece um conteúdo na esfera cultural que gira em torno do investimento de R\$22 milhões para produções audiovisuais brasileiras por parte do Ministério da Cultura. Partindo da Secretaria do Audiovisual (SAV) e da Agência Nacional de Cinema (Ancine), os editais de apoio visam premiar longas de ficção e documentários de baixo recurso, destinando o dinheiro às produções que investem na inovação da linguagem e que se inserem como incentivo e encorajamento a novos profissionais cineastas, ao fortalecimento do audiovisual brasileiro e à regionalização da produção. A ex-ministra da cultura Marta Suplicy descreveu a ação como mais um dos exercícios de *soft power* brasileiro pela sua capacidade de transmitir visibilidade internacional. Ela ainda recorreu ao potencial influenciador norte-americano, fortemente marcado pela imagem das produções cinematográficas de Hollywood: “quando se fala em soft power, lembramos de que imagem dos Estados Unidos? Da de Hollywood”. Portanto, “não podemos deixar este potencial sem ser um dos focos do MinC” (O Estado de S. Paulo, 2014).

Em seguida, a reportagem de 21 de dezembro de 2014, por Rodrigo Cavalheiro, “‘Há mais dois Portos de Mariel previstos’ - Representante do Brasil admite matiz ideológico no interesse pela ilha, mas destaca peso político que presença econômica traz”, página 15 da seção Internacional e tipificação do *soft power* na cultura, trata-se de uma entrevista com o embaixador do Brasil em Cuba, Cesário Melantonio, na qual ele defende o papel brasileiro na aproximação entre Estados Unidos e Cuba, admitindo que o interesse do país pela ilha tem componentes ideológicos. O *soft power* é evidenciado quando Melantonio é questionado acerca dessa simpatia dos cubanos pelos brasileiros. Ele respondeu afirmando que é uma simpatia, efetivamente, inegável e o interesse pela cultura brasileira tem origem nas novelas, nas quais eles sentem uma grande identificação com os personagens.

Na edição de 21 de junho de 2015, Celso Lafer, em “Horácio Lafer (1900-65): sua atualidade”, página 2 de Espaço aberto e *soft power* na política, o editor discorre sobre o legado positivo de Horácio Lafer, ex-ministro da Fazenda e das Relações Exteriores do Brasil, que cumpriu papel de destaque em diversos planos. O autor o classificou como “um homem de visão, um servidor do Brasil e um batalhador do progresso nacional” (O Estado de S. Paulo, 2015). O *soft power* é mencionado quando ele antecipou o significado da cláusula democrática e da relevância do papel desse conceito.

Sonia Racy, em 19 de setembro de 2015, publicou na página 39, seção Caderno 2 e *soft power* na política, a reportagem “Direto da Fonte. Diplomacia. Brasil. *Come home*”. A reportagem se refere à diplomacia e traz uma entrevista com Ricardo Zuniga, que assumiu a cadeira de cônsul dos Estados Unidos em São Paulo. Quando questionado sobre quais os maiores desafios de sua missão, ele afirmou que o mais importante é avançar a relação entre Brasil e Estados Unidos, duas potências no *soft power*, segundo ele.

Adiante, Fernando Gabeira, em 1º de janeiro de 2016, “Maratona no escuro”, página 2 de Espaço aberto e *soft power* no esporte, procura ressaltar o cenário delicado de crise política brasileira alegando que não se tem muito o que comemorar com a chegada do ano novo. O *soft power* foi relacionado com o potencial de um evento de grande porte como a Olimpíada e sua influência para o turismo e a economia brasileira, de modo a possibilitar a projeção da cultura e do estilo de vida brasileiro. No entanto, deve-se ressaltar que tal oportunidade frente a um evento dessa magnitude pode acabar revelando o contrário do que se almeja, ressaltando, por outro lado, os estereótipos negativos do país.

Posteriormente, o autor Rubens Barbosa publicou para a edição do Estado de S. Paulo de 23 de fevereiro de 2016. A reportagem é intitulada “Uma nova agenda para a área externa”, página 2 de Espaço aberto e incidência do *soft power* na cultura. No texto, Barbosa lista as

principais ideias e conclusões acerca das reformas estruturais que o governo brasileiro deve discutir e aprovar para restaurar o crescimento. Em suas palavras, a “ideia é buscar o que foi perdido nos últimos 13 anos: projeção do País e dinamismo comercial” (O Estado de S. Paulo, 2016). O *soft power* é evidenciado em relação com a política de cooperação técnica e a diplomacia cultural brasileira.

A próxima reportagem foi redigida por Pedro da Motta Veiga e Sandra Polónia Rios, intitulada “A política do PT – hora do balanço”. Marcando presença na seção Economia e na página 24, o *soft power* marca proeminência, mais uma vez, a partir da representação no âmbito político. Em 20 de abril de 2016, os editores analisaram o cenário que acompanhou a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, com destaque ao governo Lula. O ciclo que levou o PT ao poder e conferiu aos seus líderes apoio popular significativo chegara ao fim e o momento, portanto, era propício para um balanço da política externa dos governos do partido. Neste conteúdo, o *soft power* foi atrelado à política externa do governo Lula:

Ao fim do governo Lula, o Brasil ganhara prestígio e acumulara recursos de soft power no cenário internacional. No entanto, mais além dos ganhos de reputação e de soft power acumulado, os resultados foram muito menos expressivos – sobretudo na dimensão econômica (O Estado de S. Paulo, 2016).

Por fim, como consequência, eles alegaram que “a falta de resultados palpáveis deu combustível aos críticos de uma política externa vista como pouco pragmática e despreocupada com a dimensão econômica da inserção brasileira no mundo” (O Estado de S. Paulo, 2016).

Sobre a próxima reportagem, o texto de Rubens Barbosa “Base militar russa na Venezuela”, de 25 de outubro de 2016, publicado em Espaço aberto e com incidência do *soft power* na política, retrata a pretensão da Rússia de construir no litoral caribenho da Venezuela uma base aeronaval ou um centro de apoio técnico para navios e aviões de ataque em missão de longa distância. Nesse sentido, Barbosa coloca a posição do Brasil a respeito dessa instalação russa na América do Sul, no sentido de que tem tradicionalmente tomado posição contrária frente às instalações de bases militares na América do Sul: “é inaceitável para o Brasil haver bases militares de potência extrarregional em nosso entorno de paz e cooperação” (O Estado de S. Paulo, 2016). Destaca-se, também, a partir dos documentos, a opção do Brasil pela combinação entre o *hard power* (força militar) e o *soft power* (persuasão diplomática), equilibrados perante apreciação da real necessidade e capacidade dos Estados-nações.

Leandro Karnal, em “Tudo sobre um pouco ou pouco sobre tudo”, seção Caderno 2, página 46, em 7 de dezembro de 2016, escreve sobre tipos de visões, de um lado, as mais

gerais/amplas, de outro, as mais específicas e precisas. Na medicina, seria a clínica geral em contraponto ao médico com determinada especialização. Já no campo da História, verifica-se o conceito da micro-história para tratar de assuntos mais curtos e, muitas vezes, enfoques biográficos. O autor observou em suas experiências que, ao relatar histórias mais amplas o foco de atenção dos ouvintes era também ampliado, formando esquemas mentais. Ao citar os exemplos de continuidade em cadeias subsequentes, ele mencionou “substituição de soft power e aumento de hard power”, de modo que, com a sucessão de fatos, “uma quantidade enorme de informações esparsas encontra sua rede de fixação e a luz sistêmica inunda a compreensão” (O Estado de S. Paulo, 2016).

Por Celso Lafer, o conteúdo de 18 de dezembro de 2016 é acerca dos desafios diplomáticos que permeiam a vida internacional contemporânea. “O Brasil num mundo conturbado”, página 2 da seção Espaço aberto e *soft power* na política. Segundo o autor, “Esses desafios se colocam num instável mundo em mudança, de polaridades mais indefinidas que definidas e no jogo dos interesses se mescla com a geografia das paixões” (O Estado de S. Paulo, 2016). Em referência à Europa, o *soft power* estava se encontrando corroído a partir das tendências despertadas pelo *Brexit*.

Ademais, Rubens Barbosa traça, em “A política externa do governo Temer”, uma análise sobre o governo de Michel Temer no âmbito da política externa. A reportagem foi publicada em 14 de fevereiro de 2017, seção Espaço aberto e página 2, trazendo o *soft power* na esfera política. Barbosa considerou que Temer seguiu os objetivos de governos anteriores. O *soft power* é mencionado quando se fala da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), alinhando-a ao instrumento de *soft power* do Brasil no exterior. Ao final, Barbosa conclui que o governo precisa “formular políticas para aumentar a projeção externa do país, elevar seu perfil e sua influência regional e se reinserir plenamente nos fluxos dinâmicos da economia e do comércio internacional” (O Estado de S. Paulo, 2017).

Paulo Sotero escreve em 10 de agosto de 2017 sobre a ascensão do Brasil em relação ao combate ao crime transnacional: “Episódios de cooperação internacional no combate à corrupção indicam que o Brasil, até recentemente um paraíso de impunidade para criminosos das altas esferas, vem assumindo papel de liderança no combate à delinquência transnacional” (O Estado de S. Paulo, 2017). Como exemplo, citou a ação positiva da operação Lava Jato. O editor publicou na seção Espaço aberto do Estadão, página 2 e trouxe o *soft power* no campo político. Em meio aos dados promissores sobre o país, Sotero realçou que talvez por se tratarem de fatos recentes, as informações ainda não foram contabilizadas na consultoria britânica *Portland* no estudo *Soft Power 30*, “sobre a capacidade de 30 países de influenciarem outros –

e a agenda internacional – pelos méritos de suas políticas doméstica e externa” (O Estado de S. Paulo, 2017). O Brasil se encontrava, portanto, na penúltima posição visto que havia perdido *soft power* em função de gravíssima crise.

Já em 17 de setembro de 2017 Lafer aparece novamente marcando proeminência no acervo do jornal Estadão. Em “Haia 110 anos”, página 2, Espaço aberto e com *soft power* na esfera política, o autor escreve sobre a trajetória da II Conferência de Paz de Haia que estava completando 110 anos em 2017, sua relevância e desdobramentos marcantes:

A conferência de 1907, da qual o Brasil participou ativamente, tendo Ruy Barbosa como chefe da delegação, foi o primeiro grande ensaio da diplomacia multilateral no século 20. Representou o momento inaugural da presença brasileira nos grandes foros internacionais (O Estado de S. Paulo, 2017).

A Convenção de Haia de 1907 foi, portanto, um antecedente importante das posições multilaterais do Brasil. O *soft power* foi mencionado por Ruy Barbosa, em caráter de enfatizar o tema como de grande relevância para o mundo globalizado: “Hoje, com efeito, mais do que nunca, a vida assim moral como econômica das nações é cada vez mais internacional. Mais do que nunca, em nossos dias, os povos subsistem de sua reputação no exterior” (O Estado de S. Paulo, 2017).

Adiante, em 6 de março de 2018, o autor Murilo de Aragão em “O Brasil e o mundo” publicou na seção Espaço aberto de modo a trazer o *soft power* no campo político. Na reportagem, ele descreveu sua posição acerca da política externa brasileira perpassando por episódios como o *impeachment* de Dilma Rousseff, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e o governo de Michel Temer. Para Aragão, aparentemente havia muito ainda o que melhorar, no entanto, as notícias em meio ao que se discorria sobre o Brasil de um modo geral, coexistiram com um certo lado obscuro, pois tendiam a refletir mais os estereótipos negativos e, portanto, o lado perverso da realidade em detrimento dos avanços. Destaca-se que no *ranking* de avaliação de *soft power* da revista Monocle, o Brasil ocupou a vigésima quinta posição. Diante disso, o autor evidenciou as possíveis explicações para essa colocação distante, como o fato de não se ter aproveitado o potencial da Olimpíada em 2016, pelo *impeachment* e pela dramática situação do Rio de Janeiro.

O texto de 31 de março de 2018, por Douglas Gravas, “Atitude de Trump é ilegal e enfraquece OMC”. Para ex-embaixador do Brasil nos EUA, decisão americana sobre aço forçará o governo brasileiro a ceder” se trata de uma entrevista com Rubens Ricuperro, ex-ministro da Fazenda e do Meio Ambiente e professor da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Da seção Economia e disposta na página 23, a conversa tem enfoque na política

externa, sobretudo na relação entre Brasil e Estados Unidos. Ricupero avalia que o sistema político está muito mais corrompido e em desintegração. Dentre alguns trechos da entrevista, o *soft power* aparece no ponto em que Gravas questiona acerca de seu livro mais recente “A Diplomacia na Construção do Brasil”, em que relata grandes momentos do Brasil no exterior. Diante da questão se a diplomacia brasileira se apequenou, o entrevistado responde afirmativamente, visto que o país ficou sem projeção e prestígio global, por estar mergulhando em crise sem perspectiva de saída.

A próxima reportagem é de Fernando Gabeira. Em 29 de junho de 2018, “Uma janela para o mundo”, página 2, Espaço aberto e *soft power* no esporte, o autor escreveu uma reflexão sobre o papel do Brasil no mundo. Mencionou os problemas como violência urbana, corrupção, peripécias da eleição e o tema da recepção dos refugiados. O *soft power* é pauta diante do tema futebol e sua aclamação no Haiti. Sobre o episódio das eleições brasileiras, o autor bate na tecla acerca do silêncio dos candidatos no que diz respeito à política externa: “só existe um perdedor com o silêncio dos candidatos sobre política externa: a sociedade” (O Estado de S. Paulo, 2018). E essa ausência de clareza, segundo Gabeira, faz com que ela se manifeste de forma autocrática, como aconteceu, ao longo do tempo, a política do PT.

Na reportagem de 28 de agosto de 2018, por Luiz Olavo Baptista, “*Braxit* – integração ou ‘entreganação’?”, página 2, Espaço aberto e *soft power* na política, redige-se sobre *Braxit*, a possível saída do Brasil do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e acentua-se que a simples saída do bloco pode ser tão problemática como a que se verificou no *Brexit* – a saída do Reino Unido da União Europeia. Os apoiadores do *Braxit* almejam que o país “continue sua rota em busca do desenvolvimento sustentável e com mais liberdade para a expansão de seu comércio exterior” (O Estado de S. Paulo, 2018). Baptista, após abordar o caso da fábrica de automóveis, na qual os veículos deveriam ser produzidos obrigatoriamente na Argentina em detrimento do território brasileiro a fim de gerar exportação e emprego em solo brasileiro, concluiu que a “amarração do Brasil ao Mercado Comum do Sul é nociva para nossa economia” (O Estado de S. Paulo, 2018). Para além disso, os mandatos presidenciais dos países membros não coincidem nem cronológica nem ideologicamente, o que tornam as coisas ainda mais “complexas e confusas”, nas palavras do editor. Em função disso, ele defende que “O Brasil precisa reconhecer que não há uma zona aduaneira e que necessita de uma nova estrutura institucional, adequada à realidade atual e apta a ser útil ao País” (O Estado de S. Paulo, 2018). Então, a erosão do *soft power* é identificada nessa reportagem a partir do advento da mudança de rumos na política externa brasileira, ocasionando desafios e percalços nas negociações do Brasil. Para o autor, se aplicado com eficácia o que Joseph Nye identifica como *soft power*, “a política

comercial cresce e provoca um crescimento em retroalimentação: para os nossos produtos seriam abertas as portas de novos mercados e, com isso, seriam criados mais empregos” (O Estado de S. Paulo, 2018).

Em seguida, Fernando Gabeira marca proeminência novamente. Em 5 de outubro de 2018 publicou “Uma campanha à deriva no mundo”, Espaço aberto, página 2, trazendo o *soft power* na política. O autor retrata basicamente da política externa nacional, que não deve necessariamente tender para uma visão partidária. O *soft power* é relacionado ao governo do ex-presidente Brack Obama e suas estratégias no tocante à política externa.

Por fim, em 18 de novembro de 2018, Celso Lafer em “A política externa e seus desafios”, página 2, Espaço aberto e *soft power* na política, retoma a discussão da relevância da política externa como política pública. Ademais, argumenta acerca das possibilidades de “um apropriado juízo diplomático que leve em conta os ativos e as especificidades do País e saiba orientar-se num mundo com as características do atual” (O Estado de S. Paulo, 2018). Sobre a questão do declínio do *soft power* brasileiro, o autor elencou que “a tarefa de *damage control* proveniente da erosão do soft power do país deverá ser uma faceta da condução da política externa” (O Estado de S. Paulo, 2018).

3.2 O *soft power* em abrangência internacional

Em referência aos casos exclusivos de abrangência internacional, da década entre 2000 e 2009, a edição de 4 de fevereiro de 2007, de autoria de Fernando Henrique Cardoso, título “Desequilíbrio de poder”, página 2, seção Espaço Aberto e *soft power* no viés político versa acerca do *soft power* no contexto de hegemonia estadunidense pós queda do muro de Berlim que, por sua vez, durou pouco:

“[...] imbuídos de princípios abstratos, de ordem moral, os EUA afastaram-se de seus deveres de solidariedade para com o antigo Terceiro Mundo e se lançaram numa estratégia de domínio pela força, até mesmo nas galáxias. Desde Reagan, com exceção de Clinton, prevaleceu a ideia de que o investimento em soft power era sinal de fraqueza. A diretriz passou a ser a construção de forças armadas capazes de assegurar militarmente, em todo o globo, os interesses norte-americanos” (O Estado de S. Paulo, 2007).

Nesse sentido, o autor salienta a estratégia norte-americana estando atrelada ao *hard power* em detrimento do *soft power*, como o último sendo considerado ineficaz.

Na outra reportagem, de 21 de setembro de 2008, escrita por Susilo B. Yudhoyono, cujo título é “Corrida armamentista desvia foco dos temas atuais: energia, segurança alimentar e

ambiente – ‘Não podemos permitir uma nova Guerra Fria’’, página 23, seção Internacional e *soft power* no viés político levantam-se os tópicos difusão do *soft power*, cooperação de estratégias e benefícios mútuos. Yudhoyono, presidente da Indonésia entre 2004 e 2014, discorreu no artigo “*International Herald Tribune*” sobre o aumento dos gastos militares mundiais e o conseqüente desvio de assuntos atuais relevantes:

[a geopolítica] terá de concentrar-se na cooperação estratégica, e não no confronto; na construção de pontes, e não em divisões; na difusão do *soft power*, e não do *hard power*; na garantia de benefícios mútuos, e não na garantia da mútua destruição (O Estado de S. Paulo, 2008).

Sendo assim, nesse artigo, o autor ressalta que o total dos gastos militares mundiais cresceu rapidamente nos últimos anos, o que levou ao desvio do foco de assuntos atuais e fundamentais da época como energia, segurança alimentar e meio ambiente. Diante desse cenário, Yudhoyono defende que o mundo não pode retroceder para a geopolítica da dominação, da conquista e do confronto conforme verificou-se no passado, ao passo que se deveria direcionar para uma geopolítica da cooperação, impulsionada pela vitória sobre os desafios comuns.

Na reportagem do dia 30 de novembro de 2008, com edição de Lourdes Sola, O Desafio Americano, página 2, Espaço Aberto e *soft power* no âmbito da economia, a autora expõe sua posição acerca de crises econômicas mundiais e tece suposições acerca das medidas a serem adotadas pelos Estados Unidos frente à eleição do ex-presidente Barack Obama. Então, em meio ao contexto desafiador diante das crises econômicas mundiais, o *soft power* é evidenciado quando ela se refere sobre o modo de fazer política norte-americana, a democracia lado a lado ao seu arsenal de *soft power*, ao passo que os conceitos se apresentam interligados.

Adiante, em 7 de dezembro de 2008 o Estadão publicou “A volta do *soft power* – Para melhorar a imagem externa americana e enfrentar a crise econômica global, dá-lhe diplomacia, Obama!”, por Lúcia Guimarães, página 215, seção Aliás e *soft power* sendo representado na área política. O conteúdo se apresenta em um discurso a partir da erosão da reputação norte-americana e a tentativa de melhoria na imagem externa dos Estados Unidos por parte do governo do ex-presidente Barack Obama após o episódio do ataque terrorista em Mumbai, Índia. Obama operou esse trabalho a partir do aumento de funcionários no serviço diplomático, apresentando seus nomeados para o que denominou “time da segurança”, frente a uma demonstração ineficaz de investimento em *soft power*, na esperança de que os Estados Unidos passassem a reconhecer a relevância do potencial estratégico. Outro destaque presente no texto se refere a uma passagem que relata que desde o 11 de Setembro o entretenimento norte-

americano tem desfrutado de enorme popularidade no exterior – Hollywood, por exemplo, depende cada vez mais da exibição em outras praças: “ou seja, o público internacional quer se divertir com a cultura americana, mesmo quando ela vende uma imagem fortemente negativa dos EUA” (O Estado de S. Paulo, 2008). Portanto, remete-se ao fato de que a presença e imagem norte-americanas no exterior estão fortemente presentes desde então, devendo, desta maneira, apresentar um alerta cauteloso ao uso do conceito.

“O futuro, nos dois lados do Rio Grande. Há um presságio de melhor entendimento entre México e EUA, na violenta fronteira que separa o grande cartel da droga e o império das armas, diz Krauze”. O texto foi publicado no jornal em 23 de março de 2009, por Laura Greenhalgh e está localizado na página 191, seção Aliás e o *soft power* identificado na política. O conteúdo versa sobre assuntos referentes à fronteira e questões entre México e Estados Unidos a partir de uma entrevista com o historiador mexicano Enrique Krauze. Nessa entrevista, ele dissertou acerca das declarações da ex-secretária de Estado Hillary Clinton acerca da expansão e violência do narcotráfico. Krauze alegou que foram declarações duras, porém valentes e que já estava na hora de, finalmente, sentirem o *soft power* do governo do ex-presidente Obama. Outros assuntos em pauta foram o papel americano no narcotráfico e a construção do muro na fronteira com o México, criticado por Hillary.

Já na década seguinte, entre 2010 e 2019, em 14 de março de 2012, por Roberto Simon, “‘Episódio é desastroso para imagem dos EUA’. Apoio da população local definirá o lado vencedor da guerra do Afeganistão, diz professor que criou o conceito de ‘*soft power*’”²⁹, página 10, seção Internacional e *soft power* no âmbito político. Sinteticamente, o texto se refere a uma entrevista com Joseph Nye, o difusor do conceito, acerca da guerra no Afeganistão e a interferência dos Estados Unidos frente ao que isso implica para a sua nação. Nye conclui assertivamente que o cenário foi absolutamente desastroso para o *soft power* dos Estados Unidos, na medida em que essa perda representa enorme prejuízo.

Em seguida, na data 28 de outubro de 2013, Lourival Sant’Anna escreveu “‘O extremismo na África preocupa o governo americano’. Diplomata fala sobre o futuro das operações militares americanas e sobre o esforço para extinguir conflitos antigos”. O texto encontra-se na página 10, seção Internacional e o *soft power* é representado na esfera política. O tema da reportagem se direciona para as estratégias norte-americanas para extinguir conflitos antigos a partir da entrevista com a diplomata Amanda Dory, vice-secretária assistente para África do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. O *soft power* é mencionado em

²⁹ A captura de tela está sem qualidade, portanto, não foi possível reconhecer todas as palavras na íntegra.

combinação com o *hard power* em sua seguinte fala: “Os EUA continuam combinando soft power e hard power (poder duro, ligado à força militar) de acordo com cada situação” (O Estado de S. Paulo, 2013). Na passagem em que a entrevistada foi questionada sobre os Estados Unidos estarem investindo mais no *soft power* diante da tendência inspirada no ex-presidente Barack Obama em não usar a guerra para mudar regimes, a diplomata respondeu confirmando e enfatizou a mistura de *soft* com *hard power* por parte dos Estados Unidos de acordo com cada situação, explicitando a opção estratégica da terceira via, o *smart power*.

Posteriormente, na edição de 21 de fevereiro de 2010, Cláudia Trevisan entrevista David Shambaugh, especialista em China, que evidencia o tema do despreparo chinês. Segundo o entrevistado, a China ainda não está pronta para ser reconhecida como potência. A reportagem “‘China não está pronta para ser potência’ - Entrevista David Shambaugh: especialista em temas chineses” se encontra na página 19, seção Internacional e com o *soft power* tipificado na esfera cultural. David Shambaugh traz argumentos a fim de sustentar a noção de que a China não está preparada para desempenhar o papel de potência global, ainda que esteja entre as maiores economias do mundo. O *soft power* é mencionado no trecho em que o Shambaugh alegou que a área da cultura, ou seja, o chamado *soft power* é virtualmente inexistente na China. Adiante, ele trouxe a definição do termo em referência a Joseph Nye e algo que se sobressai é o fato de ele alegar que o *soft power* não tem relação com a política: “[o soft power] ele não tem nada a ver com o governo e tem tudo a ver com as sociedades, como elas são organizadas, quais são seus valores e como funcionam seus sistemas políticos” (O Estado de S. Paulo, 2010). Ademais, ele citou o tema respeito: “As pessoas querem imitar outro país porque o respeitam. Ninguém quer imitar a China” (O Estado de S. Paulo, 2010).

Ainda sobre a China, a edição de 28 de março de 2010, por Timothy Garton Ash, se refere à dualidade entre o *soft power* da empresa de tecnologia multinacional norte-americana Google em contraponto ao *hard power* característico dos *websites* censurados pelo governo chinês. Com título “Visão Global. Entre o leão e o crocodilo. A disputa do momento, entre o ‘soft power’ do Google e o ‘hard power’ do Estado chinês, explicita o quanto é necessário encontrar novas regras para a nossa aldeia global”, a reportagem está localizada na página 23, seção Internacional, sendo o *soft power* identificado na área política. O argumento de Ash se configura perante os *sites* cobertos pela censura do governo chinês, nos quais “o usuário simplesmente não tem como saber aquilo que não sabe. O que pode ser descoberto costuma ser falso e parcial” (O Estado de S. Paulo, 2010). As informações dispostas na *web* no que concerne a um Estado autoritário como a China conta com filtros patrióticos, puritanos e ideológicos, limitadas a uma visão periférica e sem oportunidade de escolha. Por fim, o autor realça que “é

na esfera das informações que o mundo está se transformando numa aldeia global de maneira mais rápida e intensa e, portanto, é a esfera das informações a que mais precisa de um debate global sobre as regras da aldeia” (O Estado de S. Paulo, 2010).

A ocorrência de 11 de setembro de 2011 está com as informações incompletas ao passo que aparenta se tratar de uma entrevista na página 188, seção Aliás e incidência cultural. O texto discorre acerca dos Estados Unidos e seu expressivo potencial de *soft power*, transitando por temas internacionalistas com destaque para os Estados Unidos e temas como terrorismo e os ataques de 11 de Setembro de 2001. O *soft power* é mencionado quando o suposto entrevistado responde que, independentemente da configuração do mundo no futuro, os Estados Unidos não devem ser subestimados, visto que ainda se manterão como um grande país e não somente porque são a terceira população do planeta. Em suas próprias palavras, “ainda vão desfrutar, por um bom tempo, da notável acumulação científica que conseguiram fazer, além de todo o soft power global representado por sua indústria cultural, seus filmes, sua música, etc.” (O Estado de S. Paulo, 2011).

Ainda sobre Estados Unidos, a edição de 21 de março de 2011 traz observações do *soft power* norte-americano e o ex-presidente Barack Obama como sendo a própria representação dele. A reportagem foi escrita por Carlos Alberto de Melo, o título é “O sorriso de Obama”, se encontra na seção Nacional e tem o *soft power* no viés político. “Um craque da comunicação e da sedução política”, Obama discursa acerca de sua passagem no Brasil, a ida ao Theatro Municipal e o encantamento com o Rio de Janeiro. O *soft power* é mencionado nesta analogia de o próprio ex-presidente ser a personificação dele: “Obama é soft power, a conversa, o café, o abraço, em oposição ao hard power da ‘Era Bush’, a distância, a truculência, a intolerância” (O Estado de S. Paulo, 2011).

Na próxima, Juliana Sayuri escreveu sobre o *soft power* na esfera artística em 8 de setembro de 2013, sobretudo na música. A passagem cujo título é “Notas de um refúgio. Contra a guerra, pianista sírio dispara seu arsenal de música, expressão final de liberdade que ninguém pode capturar. Ponto por ponto”, seção Aliás e página 131 conta com a descrição dos ataques na Síria, que resultaram no trágico episódio de mais de quatrocentas crianças mortas. Em meio ao cenário de terror e em apelo à paz, o pianista e ativista sírio Malek Jandali enxerga a música enquanto revolução pacífica, ou seja, ele reconhece o *soft power* da música. Nesse sentido, a música para ele “é uma linguagem universal, uma ferramenta para defender ideias de harmonia e paz, construir pontes entre diferentes culturas e países. É a forma final de liberdade” (O Estado de S. Paulo, 2013).

Em referência ao âmbito audiovisual, Renato Cruz escreveu sobre o potencial estadunidense por meio de Hollywood na página 43 da edição de 21 de dezembro de 2014. Com o título “Censura sem fronteiras” e identificado na seção Economia, o breve texto conta com uma fala de Joseph Straubhaar acerca do potencial influenciador de Hollywood, e, portanto, dos Estados Unidos, no sentido de que os filmes não são simples entretenimento, mas expressão de poder dos Estados Unidos, com grandes consequências, incluindo a exportação de suas culturas ao resto do mundo.

Já na edição de 23 de agosto de 2015, Renata Tranches anexou uma entrevista com o analista Walter Russel Mead, professor de política externa americana da *Yale University*, de modo a elencar o funcionamento limitado do *soft power*. Em “‘Cubanos não querem fim do embargo agora’. Analista diz que governo não busca a normalização total das relações econômicas imediatamente, evitando a ‘compra da ilha’ por investidores estrangeiros”, seção Internacional e *soft power* utilizado no âmbito político, Mead argumenta sua posição sobre os desdobramentos da política externa estadunidense a partir da reaproximação com Cuba. Quando questionado acerca do *soft power*, ou seja, se o contexto da conversa tinha relação com o conceito, ele respondeu assertivamente que o *soft power* do ex-presidente Barack Obama funciona em alguns lugares, mas em outros não. A partir disso realizou-se uma avaliação sobre essa estratégia do governo Obama, onde ele era mais preferido, comparando-o com o governo do ex-presidente George W. Bush. Nota-se que ele desenvolveu a resposta dedicando-se exclusivamente ao termo, sendo que, ao longo do texto desta reportagem especificamente, constatou-se o termo “poder branco” enquanto um outro possível correspondente para *soft power*, que até então não havia sido mencionado até aqui, caso não tenha realmente sido um erro de digitação.

Na edição de 3 de outubro de 2015, página 34, seção e incidência do *soft power* na economia, a reportagem “*The Economist*” com tradução de Alexandre Hubner e cuja autoria do texto original não é identificada, discorre-se, em meio dados estatísticos de uso de *internet* e mídia social, acerca da economia de um modo geral, hegemonia econômica estadunidense e seus produtos mais globais, que estão se transformando em computação em nuvem, comércio eletrônico, mídias sociais e na economia compartilhada. Ao longo da matéria, o dólar é mencionado na medida em que é reconhecido como um pilar do *soft power* americano.

Adiante, em 4 de setembro de 2016, Jochen Bittner publicou sobre a relação do governo alemão frente a crise de refugiados. O título da reportagem é: “Uma nova cara alemã. Há um ano, a Alemanha acolhia milhares de refugiados e afastava a imagem de país austero e rigoroso; prestes a receber uma nova onda de imigrantes, seus líderes ainda têm de explicar o que

oferecerão a eles”, seção Aliás, página 87 e incidência do *soft power* na esfera da ajuda humanitária. Bittner versa sobre a cultura de boas-vindas alemã perante a crise de refugiados, ao passo que o autor tencionou expressar que a prática de acolhimento aos refugiados muçulmanos vem como uma tentativa de acerto de contas com o passado sujo do país, pelo nazismo. Ademais, o autor insinuou que o esforço e a transição aparente do alívio para a hipocrisia, como em suas próprias palavras, poderia ser visto como uma “forma dura de soft power – abrindo suas portas para refugiados e implantando missões humanitárias” (O Estado de S. Paulo, 2016), levantando a percepção de uma variação do próprio soft power mais voltada para o lado “hard”.

Por fim, na edição de 30 de janeiro de 2017, escrita por Lúcia Guimarães, intitulada “Leninismo de direita”, página 36, Caderno 2 e *soft power* no âmbito político, discorre-se acerca da diversidade nos Estados Unidos e o poder brando do país, que acabou sofrendo interferências significativas em meio ao desgaste a partir da tragédia do Iraque. A autora salientou que “tribunais são o novo território onde será travada a disputa entre constitucionalistas e os que pregam o leninismo de direita” (O Estado de S. Paulo, 2017). O declínio do *soft power* é mencionado na continuação de sua fala: “mas o chamado soft power norte-americano, que sofreu grande desgaste com a tragédia do Iraque, dificilmente sai intacto deste momento. Cultura e valores são integrais ao exercício do poder sem usar força [...]” (O Estado de S. Paulo, 2017).

Findada a apresentação dessa amostra analítica das reportagens cabe salientar que, do total das setenta e cinco reportagens, trinta e duas corresponderam exclusivamente ao *soft power* internacional e, portanto, não se enquadraram no recorte temático desta pesquisa. Desta forma, foram subtraídas para dezessete nesta presente interpretação, embora algumas tenham sido mencionadas ao início do capítulo, se configurando como proveitosas para estudos posteriores mediante a própria expansão deste tema em momento oportuno, como no doutorado. A seleção desses dezessete materiais consistiu no critério da procura por distintas aplicações do *soft power*, em noções variadas. No entanto, conforme constatado, a maior potência mundial se encontra em primeiro plano, ou seja, o maior número de ocorrências faz referência à política externa e hegemonia dos Estados Unidos.

3.3 Um tópico negligenciado: o patrimônio cultural como *soft power*

Diante deste total de setenta e cinco reportagens do Estadão, as únicas duas que se sobressaem neste acervo por fazerem referência e fornecerem certa visibilidade ao patrimônio

cultural foram publicadas entre as décadas de 2010 e 2019, sob autoria de Celso Lafer e Rubens Barbosa, respectivamente, que se aproximam por compartilharem da experiência de atuação no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Vale realçar que este cenário reforça uma discussão predominantemente circunscrita por diplomatas, ao passo em que não há uma discussão mais ampla no âmbito da academia, por meio da equipe de formadores de opinião. Ademais, os elementos identificados como patrimônio cultural a partir destas duas reportagens não são de fato patrimônio cultural, conforme o sentido epistemológico do termo, na medida em que os autores abordam versões mais diluídas do conceito.

Conforme o resultado desta pesquisa, nota-se que as incidências da tipificação “patrimônio cultural” que tecem menções literais ao termo atrelado ao conceito de *soft power* são provenientes de reportagens redigidas por intelectuais que atuaram no MRE. Duas vezes neste cargo de ministro (1992; 2001-2002), Celso Lafer conta com posições de destaque no âmbito da academia, tendo lecionado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e marcado presença no setor público como ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, bem como pela representação do país enquanto embaixador do Brasil na ONU e na OMC em Genebra, Suíça. Professor emérito da USP, do Instituto de Relações Internacionais e da Faculdade de Direito, dentre sua vasta participação no campo intelectual, Lafer inaugurou relevantes estudos sobre RI e alcançou notoriedade pelo empenho direcionado à cultura nacional. Presidente do conselho editorial da revista *Política Externa*, o ex-ministro conta com produção intelectual que se desdobrou em livros, conferências, artigos e demais trabalhos no tocante ao Brasil e ao mundo, transitando pelos campos das Ciências Humanas relacionados à Teoria Geral do Estado, Ciência Política e Direito Internacional Público, com publicações em ampla abrangência que incluem os idiomas inglês, espanhol, alemão e italiano. Sua trajetória acadêmica é baseada na interdisciplinaridade, ao passo que se graduou em Direito pela Universidade de São Paulo, obteve título de doutor pela Universidade de Cornell, Estados Unidos, e prosseguiu em dedicação aos estudos literários (ABC; LAFER, 2018; CEBRI, 2021).

Para Lafer, o processo da condução da política externa brasileira é compreendido sob a condição de política pública, de modo a priorizar e alinhar, perante planejamento estratégico de especialistas, os interesses nacionais ao sistema internacional, como se faz expresso no fragmento a seguir, em artigo publicado em dezembro de 2007 para *O Estado de S. Paulo*:

A política externa é uma política pública. Interessa a todos, pois trata da gestão dos interesses coletivos de uma nação no mundo. Cuida dos meios pelos quais um país se relaciona com os outros, lidando com os riscos dos conflitos, as oportunidades e os desafios econômicos e levando em conta os valores, ou seja, as afinidades e as discrepâncias políticas e culturais. (...) Na definição de metas de política externa é

relevante identificar com sentido de prioridade o que um país realmente precisa obter no plano internacional para atender às suas necessidades internas, avaliando corretamente quais são, num determinado momento, suas possibilidades externas para alcançar segurança, desenvolvimento e bem-estar, prestígio e afirmar visões do funcionamento do sistema internacional. No processo de gestão da política externa é preciso evitar dois riscos opostos: o de superestimar-se e o de subestimar-se (LAFER, 2007 apud LOPES, 2011).

Com mais de quarenta anos de experiência na área internacional, o ex-embaixador Rubens Barbosa ocupou cargos expressivos no Ministério das Relações Exteriores, na Presidência da República e no Ministério da Fazenda. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ingressou como diplomata no Itamaraty em 1960, após quatro anos na USP, exercendo os papéis de Subsecretário de Assuntos Multilaterais, Subsecretário de Economia, Comércio Exterior e Integração Regional. Obteve título de mestre em Política Internacional pela *London School of Economic and Political Science*, em 1971, e atuou como embaixador do Brasil na capital inglesa entre 1994 e 1999 e em Washington, D.C., capital estadunidense, de 1999 a 2004. É também autor de uma variedade de livros, artigos e ensaios em diversos idiomas que envolvem as suas especialidades em política internacional, comércio exterior, crédito de carbono, agricultura (café), energia (petróleo, etanol e biodiesel), Mercosul, integração regional na América Latina, política e economia brasileira e norte-americana (IBMEC, 2021). Na passagem a seguir, o intelectual procura acentuar o papel do corpo diplomático em relação às forças preponderantes nas várias etapas da história do Brasil e como se refletem na formação do Estado brasileiro:

A diplomacia brasileira tem uma forte tradição de continuidade e previsibilidade, mantida há mais de um século graças ao profissionalismo dos seus quadros e legitimidade que lhe tem sido tradicionalmente conferida pelo consenso das forças partidárias internas (BARBOSA, 1996, p.71 apud MARIANO, 2015).

Já em um contexto mais recente, Barbosa declarou suas expectativas frente à Assembleia Geral da ONU que ocorreria em 15 de setembro de 2020, cujo tema prioritário seria o multilateralismo. Para Barbosa, este era efetivamente o tema correto a ser priorizado em vista do movimento em várias partes do mundo que tecem ataques e críticas ao multilateralismo, em especial o Brasil governado por Jair Bolsonaro (2019-2022) e os Estados Unidos por Donald Trump (2017-2021), que se opunha às organizações internacionais com reprovações à Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização Mundial da Saúde (OMS) mediante o cenário pandêmico da *Covid-19* (JORNAL DA USP, 2020). Assim como Lafer, Barbosa também pontuou a relevância do alinhamento dos interesses nacionais frente ao sistema internacional quando se posicionou acerca da negociação da tecnologia 5G. No embate entre as

duas grandes potências, EUA e China, o governo Bolsonaro optou-se, por questões ideológicas, pelo alinhamento com os Estados Unidos; contudo, para o especialista, a escolha deve ser baseada em critérios técnicos a fim de que o país se esquivasse de um contexto de vulnerabilidade e de impacto econômico desastroso: “O governo brasileiro deve usar o critério técnico, deve manter a equidistância entre as potências para dar apoio a um ou a outro baseado no interesse nacional” (BARBOSA apud JORNAL DA USP, 2020). Logo, para ele, o interesse nacional deve estar acima de quaisquer partidos ou ideologias.

“Rio Branco³⁰, na perspectiva da História, completou na República a obra do Império” (LAFER, 2012). Dentre essas duas reportagens, a primeira ocorrência, redigida em 19 de fevereiro de 2012 por Celso Lafer, ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, é intitulada “Rio Branco” e se encontra na seção A2, Espaço aberto, página 2. Celso Lafer tece essa reportagem no intuito de descrever o legado do Barão do Rio Branco com o seu papel também de ministro das Relações Exteriores no Brasil. Segundo Lafer, em meio às suas atribuições enquanto diplomata, político e jornalista, Barão do Rio Branco alcançou o status de herói nacional, integrando três vertentes da memória coletiva brasileira: a memória nacional, a memória patrimônio e a memória fundadora, que justificam a perenidade da sua ressonância. Ele destaca na atuação de Rio Branco o reconhecimento da relevância daquilo que hoje se denomina *soft power*. Por meio da demarcação das fronteiras do país e em referência à memória nacional, a partir de seus estadistas, o diplomata se destacou pela noção de assegurar a unidade nacional no plano externo que o Império, por sua vez, já havia consolidado inicialmente no plano interno, tornando realidade aquilo que se configura como a maior prioridade de um Estado independente: demarcação dos limites das fronteiras nacionais e, para além disso, obtenção do reconhecimento internacional. Dentre outros feitos, o legado do Barão do Rio Branco, a seu modo de inserir o Brasil no mundo apesar dos conflitos, a partir da clareza mediante as negociações e da consciência já na época daquilo que se verifica como *soft power*, também desperta a vertente da memória patrimônio na medida em que ele se empenhou pela identidade nacional, procurando traçar novos horizontes para a nação de maneiras “firme” e “sóbria”, como pontuado por Lafer. Já em memória fundadora, enquanto terceira vertente, Celso Lafer destaca que o êxito de Rio Branco se aflorou na legitimação da República, direcionou os homens públicos para focarem em medidas que visavam o progresso nacional, bem como proporcionou reconhecimento, respeito e autoridade internacionais ao Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty).

³⁰ Diplomata brasileiro que alcançou o status de herói nacional.

A segunda reportagem é de Rubens Barbosa, cuja edição foi publicada em 23 de setembro de 2014. Ele foi embaixador do Brasil em Londres entre 1994 e 1999 e em Washington entre 1999 e 2004. Atualmente atua como consultor de negócios e presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior, além de assumir a presidência do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). A reportagem cujo título é “Mudança na política externa”, página 2 da seção A2, Espaço aberto, apresenta um conteúdo voltado para a política, dispondo de sucinta preocupação com o fortalecimento da diplomacia cultural. O autor escreve sobre política externa, que esta se encontra vulnerável pelos frequentes equívocos em conjunto com seus minguidos resultados. A depender do resultado das eleições de 2014, para ele, a política externa deveria sofrer profundas mudanças em suas prioridades e o Itamaraty deveria defender o que é, de fato, do interesse coletivo, desconsiderando assim, as qualificações ideológicas ou partidárias. Ao longo do texto, Barbosa listou uma série de delineamentos relevantes de uma nova política externa e o *soft power* é mencionado em um desses tópicos, em que se fala o seguinte: “a política de assistência técnica e a diplomacia cultural – instrumentos do soft power brasileiro – deveriam ser fortalecidas” (O Estado de S. Paulo, 2014), ou seja, até o final do primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2014, infere-se que os segmentos diplomacia cultural e política de assistência técnica obtiveram desempenhos abaixo das expectativas de modo a afetar e trazer prejuízos ao *soft power* nacional.

Em menção aos demais direcionamentos propostos por Rubens Barbosa, evidenciam-se:

- A estratégia de negociação comercial multilateral (OMC), regional e bilateral deveria ser modificada de forma significativa para a abertura de novos mercados e a integração das empresas brasileiras nas correntes de comércio global. Sem influência ideológica o isolamento do Brasil das negociações comerciais globais seria substituído por uma ativa busca de parceiros comerciais.
- A integração regional deveria ser reexaminada e o Brasil, deixando de ficar a reboque dos acontecimentos, deveria enfrentar o desafio de dar um novo enfoque a esse processo; a integração física e a maior integração produtiva das empresas brasileiras na região seriam algumas das novas prioridades.
- A política em relação ao Mercosul deveria ser revista. De acordo com o estrito interesse brasileiro, o Itamaraty, a partir de janeiro, quando o Brasil assumirá a presidência do grupo, não deveria defender o fim da união aduaneira, mas deixar claro que essa possibilidade existe, caso os demais parceiros se recusem a seguir o rumo da abertura comercial que interessa ao Brasil, como a negociação de acordos com a União Europeia, com o México, com a Coreia do Sul e com outros países desenvolvidos.
- As relações com os países vizinhos deveriam ser intensificadas, segundo o nosso interesse, e não aceitando uma agenda que não é a nossa por afinidades ideológicas ou paciência estratégica. O Brasil continuaria a apoiar os esforços da Argentina e da Venezuela para o restabelecimento da estabilidade da economia, mas defenderia os interesses das empresas nacionais afetadas por medidas restritivas desses países. O

Brasil continuaria a defender o fim do embargo econômico a Cuba e a participar com transparência do processo de abertura e desenvolvimento desse país.

- O relacionamento com os países em desenvolvimento deveria ser ampliado e diversificado, de acordo com nossos interesses. Em particular com a África e a América do Sul, um programa de cooperação e de ampliação de comércio e proteção de investimentos deveria ser executado.
- Voltar a dar prioridade às relações com os países desenvolvidos, de onde poderá vir a cooperação para a inovação e o acesso à tecnologia. Deveria ser feita uma reavaliação das prioridades estratégicas, em especial no tocante à Ásia, em função de seu peso crescente, à China e aos Estados Unidos.
- Nos organismos multilaterais, o Brasil deveria ampliar sua ação diplomática em todas as áreas. A revisão dessa política deveria refletir os valores e os interesses que defendemos internamente. Deveriam merecer especial atenção as questões da sustentabilidade relacionada com as preocupações sobre as negociações de mudança de clima e os problemas de democracia e de direitos humanos em nossa região. O Brasil manteria seu interesse na ampliação dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.
- Deveria ser definida uma política em relação ao Brics para melhor expressar o que nos interessa, ampliando a cooperação entre os países que integram o grupo e aumentando a atuação conjunta em temas econômicos e comerciais.
- A coordenação da política externa com a da defesa nacional deveria ser ampliada em todas as suas dimensões, como, por exemplo, na proteção de nossas fronteiras.
- Prioridade especial para a assistência a brasileiros no exterior e o apoio a empresas multinacionais brasileiras.
- O Itamaraty deveria manter estreito contato com a sociedade civil, o Congresso Nacional, o empresariado e os trabalhadores para a melhor execução da política externa (O Estado de S. Paulo, 2014).

Em referência à política externa do período Dilma Rousseff e o que deveria melhorar frente ao desenvolvimento dessa nova agenda, Barbosa salientou:

- Eliminação da influência partidária e ideológica;
- Revisão de fundo das políticas em relação ao Mercosul e à integração regional para a defesa do que de fato convém ao Brasil;
- Revisão da estratégia de negociação comercial multilateral, regional e bilateral e finalização do acordo com a União Europeia;
- Normalizar o relacionamento com os países desenvolvidos e ampliar a relação com os em desenvolvimento;
- Ênfase renovada na defesa da democracia e dos direitos humanos;
- Revisão da prioridade estratégica com os Estados Unidos e com a China;
- Promover a integração produtiva das empresas brasileiras na América do Sul;
- Desideologizar as relações bilaterais com nossos vizinhos, em especial na defesa dos interesses das empresas brasileiras;
- Revalorização do Itamaraty como o principal formulador e executor da política externa;
- Restabelecer a projeção externa do Brasil apoiada na recuperação e no crescimento da economia nacional;
- O Itamaraty – cujas credibilidade e centralidade no processo decisório e na formulação da política externa seriam recuperadas – voltaria a defender políticas que representem efetivamente os interesses políticos, econômicos e comerciais brasileiros (O Estado de S. Paulo, 2014).

Por fim, Rubens Barbosa defendeu uma nova agenda cuja política externa seja pragmática ao invés de se limitar a resultados retóricos para o país.

Em síntese, coube a este terceiro capítulo conceder espaço às análises individuais das reportagens que integram o acervo do jornal O Estado de S. Paulo, cujo ponto de partida cedeu notoriedade para os trinta e cinco conteúdos que fazem alusão ao *soft power* nacional na medida em que se alinham com o recorte temático do estudo. Já os materiais que abordam o assunto no âmbito exclusivamente internacional se dispõem em quantidade reduzida, em sequência, ao passo que compõem aproximadamente a metade do total dos setenta e cinco resultados no contexto quantitativo. Reforçando, o estudo de caso do jornal Estadão em detrimento do Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil é justificado por ser a única mídia eletrônica a conter, embora somente duas, as reportagens que inserem o objeto de estudo na esfera do patrimônio cultural, o que substancia a negligência destinada ao tema por parte da imprensa brasileira. Dada a sua relevância, em momentos oportunos a partir de pesquisas posteriores, infere-se que o levantamento investigativo e minucioso dos quatro nomes da mídia apontados neste presente trabalho auxiliaria ainda mais a perfazer este universo temático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme previamente pontuado, o propósito do presente trabalho se insere na esteira dos novos conteúdos que buscam compreender o *soft power* brasileiro escrito em língua portuguesa, na medida em que se inclui em um nicho no qual ainda poucos títulos se sobressaem. Para além disso, salienta-se o caráter inovador do campo das Relações Internacionais adentrando na via do *soft power* como patrimônio cultural, em intersecção com a História, uma vez que o patrimônio cumpre escasso prestígio nas grades curriculares dos cursos internacionalistas. Em referência aos títulos nacionais, Rodrigo Christofolletti, Franchesco Ballerini e Ronaldo Guimarães Guerardi são três dos nomes que marcam proeminência com seus admiráveis estudos, genuínas fontes de inspiração para a concepção inicial deste conteúdo, em 2018.

Desafiadora e em caráter inaugural, a pesquisa transitou por distintos estágios desde o segundo semestre de 2020 até 2022, a ser materializada, por fim, em março de 2023. Em suma, a parte introdutória procurou estabelecer um primeiro contato com a temática do patrimônio cultural e a relação das políticas, meios de preservação e salvaguarda no Brasil para, então, traçar correlação com o objeto de pesquisa, de modo a estabelecer como prioridade o universo do patrimônio enquanto *soft power*, ainda pouco explorado pelo campo das Relações Internacionais, sobretudo em língua portuguesa. Já o primeiro capítulo teve o papel preponderante de aprofundamento da temática, desde a sua “concepção”, definições e aplicações pragmáticas à luz de suas nuances, sentidos e atribuições frente às iniciativas privadas ou governamentais. Nesse sentido, foi dedicado um espaço para descrição do tema da pesquisa, finalidade, delimitação e relevância do estudo mediante sua significativa contribuição à comunidade acadêmica.

Com a influente e inédita contribuição de “*Soft Power: The Forces of Attraction in International Relations*” (2020), pelo Professor Dr. Hendrik W. Ohnesorge, adentra-se no contexto teórico das Relações Internacionais ao passo que se procura estabelecer as distintas percepções, pluralidade de sentidos e adaptações atribuídas a ‘poder’ na geopolítica ao longo da História guiadas por um fundamento cronológico, até a denominada atual Era da Informação. A partir desse processo, ressalta-se a conexão entre poder e cultura, sobretudo na linha do patrimônio histórico-cultural enquanto instrumento identitário coletivo e potencial ferramenta de *soft power* nacional.

Em meio aos documentos oficiais do governo, o estudo orientou-se a discorrer acerca do manejo da cultura pela política externa brasileira: a questão do reconhecimento, da

salvaguarda, proteção e preservação dos bens culturais, bem como o destaque à relação dos órgãos responsáveis por tais processos, interligando-os às decorrências no tocante à força, poder e estratégias geopolíticas nacionais. Subsequentemente, na chave do patrimônio cultural como *soft power*, examinam-se os valores abstratos e sentimentais frente à interpretação das seguintes abordagens: coleção, identidade, memória, tradição e simbolismo, cuja notoriedade se encaminha aos autores A. Hampaté Bâ, Maurice Halbwachs, Marcos Olender e Pierre Nora.

Adiante, o segundo capítulo tencionou redigir uma análise metodológica mais densa, assim como mapear e fornecer as principais tipificações de poder brando brasileiro expostas pela mídia eletrônica nacional neste período de vinte e um anos (1997-2018), descrevendo os elementos expressivos em âmbitos qualitativos e quantitativos, com a ilustração das três tabelas. Os repetidos erros nas ferramentas de busca frente às ocorrências equivocadas foram evidenciados mediante os processos de pesquisa dos quatro acervos. Como observado na Tabela 1: Quantidade de reportagens por décadas, as maiores incidências de *soft power* se concentram entre os anos de 2010 e 2018, que coincidem, nos dois anos iniciais da década, com a proeminência e destaque excepcional ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A terceira tabela, associada ao conteúdo do capítulo seguinte, marca o estudo de caso dedicado ao acervo Estadão, uma vez que se distingue das demais mídias por ser o único a conter a tipificação ‘patrimônio cultural’. De fato, tal delimitação restringe os alcances da presente pesquisa, que poderia ser ainda mais requintada a partir do olhar minucioso direcionado também aos outros três acervos. No entanto, por questões de prazo, no mestrado opta-se por focar no Estado de S. Paulo com o indicativo de abertura para estudos futuros, pois tal predileção se insere como pertinente na medida em que permite aprofundar e explorar o conhecimento no tema específico, bem como oferecer subsídios para ampliar as investigações posteriores no doutorado.

O último capítulo compreende a interpretação individual das reportagens do acervo Estadão, subdividindo-as naquelas que se alinham ao âmbito nacional e as de cunho exclusivamente internacional, que acentuam a hegemonia estadunidense. Por fim, sobressaem-se as duas exclusivas reportagens cujo debate se circunscreve predominantemente à diplomacia: a primeira, em que se comenta do legado positivo do Barão do Rio Branco frente ao tema do patrimônio cultural e a segunda, que se trata da necessidade de melhorias na agenda da política externa brasileira a fim de se aprimorar as possibilidades e alcance do *soft power* a partir de medidas pragmáticas. Enfatiza-se que os conteúdos abordam versões diluídas do conceito cultural e ressalta-se a ausência de discussão ampla referente à temática do patrimônio cultural no âmbito da academia, por meio da equipe de formadores de opinião.

Os conteúdos de cunho exclusivamente internacionais, ou seja, que nem sequer mencionam o Brasil, tecendo referências a outras nações, são numerosos e evidentes também nos demais acervos, o que reforça a lamentável realidade direcionada ao *soft power* brasileiro pela imprensa nacional, sobretudo no ramo do patrimônio cultural, visto que na amostra em que se combina o total de 406 reportagens investigadas nos quatro acervos, somente duas explicitam relevância ao tema. Ao longo desses vinte e um anos, dentre os 196 resultados do Folha de S. Paulo, 126 são de cunho exclusivamente internacional, ou seja, somente 70 correlacionam com o *soft power* nacional. Já o jornal O Globo conta com 42 menções ao poder brando brasileiro mediante suas 108 ocorrências, dedicando-se, majoritariamente, pelo conceito aplicado em âmbito internacional, como fica evidente nas demais 66 reportagens. Por fim, no total de 21 incidências, o Jornal do Brasil estende-se à nação em apenas quatro conteúdos, ao passo que as outras 17 apontam o *soft power* na esfera global.

Portanto, é possível concluir que a mídia eletrônica brasileira não acompanha adequadamente as questões levantadas pela política externa do país no tocante ao *soft power*, ao passo que, quando faz referência ao conceito em território nacional, se restringe a discorrer como o conceito é manejado por distintos governos frente ao recorte temporal estipulado a partir de uma análise superficial e de curto prazo. Logo, ressalta-se que os tempos da diplomacia se demonstram distintos dos tempos da imprensa, uma vez que aparenta desconhecer em profundidade as noções de *soft power* conforme consagradas pela política externa do Brasil. A partir disso, é viável salientar que, na medida em que a imprensa precisa vender jornal e, portanto, despertar a atenção do leitor, parte em inúmeras situações, para conteúdos apelativos, exacerbados e mediatizados, como é perceptível na própria reportagem “Poderzinho”, de 24 de agosto de 2013, por Tutty Vasques, sendo um caso de reportagem que traça uma imagem predominantemente depreciativa do *soft power* nacional.

Ademais, cabe realçar que a Diplomacia Cultural nunca ocupou o mesmo espaço de protagonismo das outras áreas. Em outras palavras, as próprias definições de *soft power*, Diplomacia Cultural e, sobretudo, da questão patrimonial, no Itamaraty, foram demasiadamente oscilantes com relação às inclinações das chefias de Estado frente ao próprio envolvimento pessoal de algumas delas com o tema, que acabava indicando maior ou menor interesse e protagonismo da área cultural com esses temas, gerando, evidentemente, uma maior ou menor repercussão frente à política externa.

Em vista disso, não há uma linha final para o estudo do poder (OHNESORGE, 2020). À luz das publicações de longa data vinculadas aos diversos estudos contemporâneas do *soft power* na via do patrimônio cultural, como o fascinante “*International Relations and Heritage*:

Patchwork in Times of Plurality” (2021), sob organização de Rodrigo Christofolletti e Maria Leonor Botelho, bem como a atuação do grupo de pesquisa Patrimônio e Relações Internacionais – CNPq frente às referências de teóricos que se sobressaem no assunto, as pesquisas contribuem com o propósito de lançar um olhar pormenorizado e plural, visto que se trata de um tema amplo, de modo a corroborar com a finalidade de avolumar a bagagem das discussões e, por conseguinte, engrandecer os conteúdos subsequentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC, Academia Brasileira de Letras. **Celso Lafer**. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/membro/celso-lafer/#>>. Acesso em 26 mar. 2023.

ABDENUR, Roberto. A Política Externa Brasileira e o “Sentimento de Exclusão”. In: FONSECA JR, Gélson; NABUCO DE CASTRO, Sérgio H. (Orgs.) **Temas de Política Externa Brasileira II**. V. 1, 2 ed., São Paulo: Paz e Terra, p. 31-46, 1997.

BÂ, A. Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África (I: Metodologia e pré-história da África)**. 2ª Ed. Rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BALLERINI, Frantiesco. **Poder Suave (Soft Power)**: arte africana; arte milenar chinesa; arte renascentista; balé russo; Bollywood; Bossa-Nova; British invasion; carnaval; cultura mag japonesa; Hollywood; moda francesa; tango; telenovelas. São Paulo: Summus, 2017.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janáina. **Usos e abusos da história oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

BISCHOFF, James L. **A proteção internacional do patrimônio cultural**. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, n. 24, p. 191-218, 2004.

CARDOSO, Lara Elissa Andrade. A memória além de sua materialização. In: **Diplomacia Patrimonial: o Patrimônio Cultural como Mediador das Relações Internacionais**. Faces de Clio, v. 7, n. 14, jul/dez 2021.

CARDOSO, Lara Elissa Andrade; AGOSTINHO, Nathan Assunção. Brazil with its back to Soft Power: indifference or lack of knowledge about Cultural Goods? In: Rodrigo Christofolletti; Maria Leonor Botelho (Org.). **International Relations and Heritage: Patchwork in Times of Plurality**. 1 ed. Zurique: Springer International Publishing, v. 1, p. 400-426, 2021.

CARDOSO, Lara Elissa Andrade. **Duas décadas de soft power na mídia eletrônica brasileira (1997-2017)**. Trabalho de conclusão de curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/LARA-ELISSA-ANDRADE-CARDOSO.pdf>>, 2018.

CARDOSO, Lara Elissa Andrade. **O Soft Power na mídia eletrônica brasileira: entre a visibilidade e a atuação (1997-2019)**. Projeto de dissertação para ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

CEBRI CURSOS. Centro Brasileiro de Relações Internacionais. **História da diplomacia brasileira: do império ao século XXI**. Disponível em: <https://www.cebri.org/media/docs/HistoriaDiplomaciaBR_Apostila.pdf>. Acesso em 26 mar. 2023.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (Org.). **Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power**. Santos: Leopoldianum, 2017.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; BOTELHO, Maria Leonor. (Org.). **International Relations and Heritage: patchwork in times of plurality**. 285ed. Cham: Springer International Publishing, v. 1, 2021.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; OLENDER, M.; CASTRIOTA, L. B. **I Simpósio Internacional Patrimônios da Humanidade Mineiros no Contexto Internacional**. 2019.

COSTA, Karine Lima da. **A quem pertence o patrimônio cultural?** Propriedade em debate. *Tempos Históricos*, v. 22, p. 100-119, 2018.

CLARKE, David. **Cultural Diplomacy**. Publicado em 19 de nov. 2020. Disponível em: <<https://oxfordre.com/internationalstudies/view/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-543>>. Acesso em 18 out. 2022.

FERNANDES, Augusto. **“Que sejamos pária”, afirma Ernesto Araújo sobre o papel do Brasil no mundo**. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/10/4884035-se-falar-em-liberdade-nos-faz-paria-internacional-que-sejamos-esse-paria-diz-ernesto-araujo.html>>. Acesso em 27 mar. 2023.

FERNANDES, Vítor Ramon. **Ontologia e epistemologia da ordem internacional em Raymond Aron**. *Relações Internacionais*, mar. 2015.

FONSECA Jr., Gelson e CASTRO, Sergio Henrique Nabuco (Org.). **Temas de Política Externa Brasileira II**. Vol 1. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 31-46, 1997.

FREITAS, Eduardo de. **Primeiro Mundo**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/primeiro-mundo.htm#:~:text=Segundo%20o%20Banco%20Mundial%20e,%2C%20It%C3%A1lia%2C%20Jap%C3%A3o%2C%20Liechtenstein%2C>>. Acesso em 01 ago. 2022.

GONÇALVES, Williams da Silva. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOVERNO FEDERAL. **Seção Diplomacia Cultural**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br>>. Acesso em 17 jul. 2022.

GUERALDI, R. G. **A aplicação do conceito de poder brando (soft power) na política externa brasileira**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. 2. ed. Martin Claret. 1 de janeiro de 2009.

IBMEC. Ibmecc insights. **Política Externa com o embaixador Rubens Barbosa**. 2021. Disponível em: <<https://blog.ibmec.br/noticias/politica-externa-com-o-embaixador-rubens-barbosa/>>. Acesso em 27 mar. 2023.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida**: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horiz. antropol.* [online]. 2012, v. 18, n. 37, p. 25-44.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Cultural. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em 03 out. 2022.

JORNAL DA USP. **Brasil deveria rever política nacional em relação ao Acordo de Paris**. O embaixador Rubens Barbosa afirma que, apesar de ter tido papel relevante em 2015, na situação atual, o País se isola cada vez mais pelo fato de não apresentar melhorias ao Acordo. 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=378607>>. Acesso em 25 mar. 2023.

JORNAL DA USP. **Brasil deve se basear no interesse nacional ao escolher entre EUA e China**. Para Rubens Barbosa, negociação de tecnologias 5G pode ser um ponto de virada na relação com o país asiático. 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=374518>>. Acesso em 25 mar. 2023.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Ed. Bilingue Alemão/Português. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**: pensamento e ação. Brasília: FUNAG, 2018.

LAYNE, C.; THAYER, B. A. **American empire**: a debate. New York: Routledge, c2007.

MARIANO, Marcelo Passini. A diplomacia e a continuidade na política externa brasileira. In: **A política externa brasileira e a integração regional**: uma análise a partir do Mercosul [online]. São Paulo: Editora UNESP, p. 15-36, 2015.

MENECELLI, Paulo. Soft Power Chinês. **Podcast Chutando a Escada**. Disponível em: <<https://chutandoaescada.com.br/2021/12/18/chute-244/>>. Acesso em 18 out. 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório de gestão do exercício de 2018**. Brasília, março de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/auditorias/brasil-2018/gestao_2018.pdf>. Acesso em 10 out. 2022.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 07-28, 1993.

NYE, Joseph S. **Soft Power**: The Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004.

OHNESORGE, Hendrik W. **Soft Power**: The Forces of Attraction in International Relations. Springer Nature Switzerland AG, 2020.

OLENDER, Marcos. Algumas considerações sobre as coleções como ‘lugares de memória’ da Modernidade. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.).

Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas. 1Ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v. 1, p. 154-163, 2012.

OLENDER, Marcos. **O afetivo efetivo.** Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 35, p. 321-341, 2017.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre as Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade Ilícita dos Bens Culturais**, aprovada pela XVI Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Paris: UNESCO, 1970.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. In: **Contexto Internacional.** Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 305-333, jul./dez. 2000.

PINHO, Anderson Gaspar Inácio. **De Cardoso a Lula:** um balanço da diplomacia presidencial no Brasil. Artigo de especialização em título de Relações Internacionais. 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17393/1/2016_AndersonGasparInacioPinho_tcc.pdf>. Acesso em 25 mar. 2023.

PORTLAND. **The Soft Power 30.** Disponível em: <<https://softpower30.com/>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

RAMONET, Ignácio. **Guerras do Século XXI:** Novos Temores e Novas Ameaças. Petrópolis: Vozes, 2003.

SANTOS, Roberty Douglas Marinho dos. **Política Externa e Diplomacia Presidencial:** uma análise comparada dos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff (1995-2016). Belo Horizonte, v. 20, n. 39, p. 67-95, 2021.

SCHAEFFER, Carolina Munck. Projeto de Iniciação Científica – **Bens Culturais e Relações Internacionais:** O Soft Power na Mídia Eletrônica. Duas Décadas de Transformações (1997-2017).

UNIVALE. **Acordos Internacionais:** O que são, Tipos e Como Funcionam. Disponível em: <<https://ead.univali.br/blog/acordos-internacionais>>. Acesso em 15 jul. 2022.

VAZ, Alexandre Fernandez. GARCIA, Gabriel. **O ocidentalismo fantástico do chanceler:** uma análise indiciária das influências no pensamento globalista de Ernesto Araújo. Em Tese, Florianópolis, v. 18, n.2, p. 87-118, set./dez., 2021.

WEIL, Lynne. The World at Our Doorstep: Engaging The U.S. Policy In Foreign And Security Policy. In: **Journal of Public and International Affairs**, v.12, Spring, p.163- 178, 2001.

ZACHER, M.; MATTHEW, R. A. Liberal International Theory: Common Threads, Divergent Strands. In C. W. Kegley, Jr., **Controversies in International Relations:** Realism and the Neoliberal Challenge. Nova York, St. Martin's Press, p. 107-50, 1995.

Fontes:

Folha de São Paulo. Acervo. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do?_ga=2.17885104.868031172.1673869146-478113476.1673438753&_mather=bd8009ab52866942>.

O Estado de São Paulo. Acervo. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/acervo/>>.

O Globo. Acervo. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>.

Jornal do Brasil. Acervo. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.